Silvana Santiago

**Tal Conceição, Conceição de Tal.
Classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro
das primeiras décadas republicanas.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Prof^a Dra. Maria Clementina Pereira Cunha.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 24/08/2006.

BANCA

Prof^a Dra. Maria Clementina Pereira Cunha (orientadora)

Prof^a Dra. Magali Gouveia Engel (DH/UFF)

Prof^a Dra. Elciene Azevedo (Cecult/Unicamp)

Prof^a Dra. Cristiana Schettini Pereira (suplente - UNSAM)

Prof^o Dr. Sidney Chalhoub (suplente - IFCH/Unicamp)

Agosto/2006

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA

BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

Santiago, Silvana

Sa594t Tal Conceição, Conceição de Tal. Classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas / Silvana Santiago. - - Campinas, SP: [s.n.], 2006.

**Orientador: Maria Clementina Pereira Cunha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Gênero. 2. Raça. 3. Brasil – História – República Velha, 1889 - 1930. I. Cunha, Maria Clementina Pereira, 1949 - .
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

(msh/ifch)

Título em inglês: Tal Conceição. Conceição de Tal. Class, gender and race on poor women's everyday in Rio de Janeiro during the first republican decades.

**Palavras-chave em inglês (Keywords): Gender
Race
Brazil–History–Old Republic, 1889-1930**

Área de concentração: História Social

Titulação: Mestre em História

**Banca examinadora: Maria Clementina Pereira Cunha, Elciene Azevedo e
Magali Gouveia Engel.**

Data da defesa: 24 de agosto de 2006

Programa de Pós-Graduação: História

Resumo

A partir da combinação de fontes processuais, literatura e música popular, este trabalho pretende investigar como se constituíram alguns estereótipos, em especial àqueles relacionados à sensualidade, beleza e a sexualidade das mulatas. Discutindo os conceitos de gênero, classe e raça, minha proposta é pensar como estes estereótipos podem ser percebidos no cotidiano de mulheres negras (e “mestiças”), em sua maioria pobres, de fins do século XIX e início do século XX, período imediatamente posterior à abolição do trabalho escravo no Brasil, bem como da também recente proclamação da República. Utilizando processos de mulheres com a alcunha Conceição combinada a outros nomes, discuto como imagens e estereótipos sobre as mulheres negras surgem no ambiente policial e jurídico. A seguir, tomo a literatura e a música do período como palcos privilegiados para uma leitura alegórica destes estereótipos.

Abstract

From the combination of legal proceedings sources, literature and popular music, this work intends an investigation on how some stereotypes were established specially those related to *mulata's* sensuality, beauty and sexuality. Examining gender, class and race concepts, my proposal is to think how these stereotypes may be noted on black (and “mestiças”) women's everyday, mostly poor, from the end of nineteenth century and the beginning of twentieth century, period just after the slavery abolition in Brazil and short after the Republic proclamation. Using women's legal proceedings whose name Conceição was arranged among another names, I examine how images and stereotypes about black women rise on police and juridical environments. Next, I work the period's literature and music as privileged stages to allegory readings of these stereotypes.

Para o André

Agradecimentos

Finalmente chega ao fim esse looooongo mestrado!

Foi, sem dúvida, um trabalho muito cansativo. Não imaginava que seria tanto assim. Mas foi, também, muito gratificante. Agora que paro para escrever suas últimas páginas (mas, que vêm na frente da maioria delas), não posso deixar de reconhecer que tenho orgulho dele. As muitas pessoas que compartilharam dele em momentos diversos, sabem quase tanto quanto eu, o quanto foi difícil. Mas está aqui, e pertence um pouquinho a cada um de vocês.

Começo agradecendo à Fapesp, financiadora do projeto que deu origem a esse trabalho. Sem o apoio de instituições como essa, certamente, a pesquisa no Brasil seria ainda mais difícil.

Também gostaria muito de agradecer de antemão à banca examinadora. À professora Magali Engel, Sidney Chalhoub, Elciene Azevedo e Cristiana Schettini Pereira, a estas últimas um duplo agradecimento por terem participado da banca de qualificação e trazido novos ares para esse trabalho.

À Cris, um muito obrigada ainda mais especial. Posso considerá-la madrinha desse trabalho que, ainda bem longe da qualidade dos seus, teve-os como inspiração e referência. É muito bom contar com suas sugestões e com sua amizade.

À Clementina, orientadora paciente, e por fim, “ansiosa” desse trabalho. Obrigada por suportar os momentos de desânimo e “dar um gás” nas horas em que a coragem parecia falhar. Prometo não fazê-la passar por mais sustos outra vez!

Dois amigos merecem uma menção honrosa aqui, porque foram super “co-orientadores”: Lúcio Menezes e Daniela da Silveira. O Lúcio talvez nem tenha idéia do quanto ajudou, mas seus comentários a um de meus relatórios despertou em mim várias inquietações que tentei acalmar nesse texto. Além disso, a amizade e o maravilhoso convívio com sua esposa Edivânia e o pequeno Diniz, são sempre momentos que me fazem sentir “em casa”.

A Dani vai ser difícil agradecer. Colega de mestrado – do qual já se livrou faz tempo partindo para vôos mais altos. Companheira e casa. Amiga para todas as horas. Ela entrou de vez na minha vida em um momento “trágico” (você se lembra?) e depois disso

passou a fazer parte das melhores e das piores horas dos últimos tempos. Sempre acreditou que esse trabalho teria fim. Leu, sugeriu, criticou... Aí está Dani! Você tinha razão: no final sempre dá certo.

Agradeço também os amigos direta ou indiretamente envolvidos com o resultado final desse trabalho: Júnior (e seus inseparáveis gibis que emprestava para me salvar nos momentos de stress!), Fernando, Cadinho, Comar e Joana, Matheus e Patrícia, Lericce, Gisela, Cris Myasaka, Renilson, Mairon, Jefferson Cano, Endrica, Ana Gomes, Uli, Luciana, Flávia, enfim, todos que sempre queriam saber um pouquinho como ia o mestrado e se dispuseram a ouvir do que ele se tratava ou agüentar minhas eternas reclamações. Acabei amigos, finalmente!

À minha super família. Desculpem pelo sumiço. Podem preparar o colo e aquela comidinha que eu adoro porque eu “tô voltando”! Amo vocês, e se cheguei até aqui, vocês são os grandes “culpados”...

À Sú, minha “irmilha” do coração um agradecimento especial e um pedido de desculpas pelas tardes tediosas em que você queria um pouco de companhia para conversar e sua “irmãe” só ficava no computador terminando essa redação sem fim. Pode ir se preparando que um dia sua hora também chegará, aí pode contar comigo, tá?

Ao André, que sabe melhor que ninguém o que foi esse mestrado que tem quase a idade do nosso casamento. Passar horas e mais horas digitando do seu lado foi imprescindível para que esse texto existisse. Suas implicações com meus “quês” e minhas teorias de historiadora social trouxeram sempre uma confusão boa e me ajudaram a não desistir. Parir uma tese não foi fácil, nós parimos duas! Você me faz muito mais forte. Obrigada, por tudo.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I	
De tal Conceição, Conceição de Tal.....	15
Capítulo II	
“Vítimas” e “vagabundas”	57
Capítulo 3	
A (des)invenção da mulata.....	99
Conclusão	
(Des)inventar um mito.....	127
Fontes.....	133
Bibliografia.....	135

Introdução

O que significa ser negro no Brasil de hoje? Como é possível, no contexto brasileiro, explicar o paradoxo da convivência (quase) harmoniosa entre a mulata *globeleza* e as políticas de ação afirmativa? Como conciliar tantas teorias e atitudes face à “mestiçagem” e ao racismo?

Partindo de tais inquietações, esse trabalho pretende investigar como se constituíram alguns estereótipos, em especial àqueles relacionados à sensualidade, beleza e a sexualidade das mulatas. A questão racial esteve no centro da discussão sobre identidade nacional desde o século XIX e seu corolário foi a positivação da mestiçagem e sua associação à própria imagem do país: conveniente mito de uma convivência inter-racial igualitária e festiva que se consolida nos anos 20. Com isso em mente, minha proposta é discutir como esses estereótipos podem ser percebidos no cotidiano de mulheres negras (e “mestiças”), em sua maioria pobres, de fins do século XIX e início do século XX? Até que ponto estes estigmas interferiam em seu cotidiano? Ou ainda, como analisar as implicações das variáveis classe, gênero e raça dentro desse debate? Quais os significados de ser negra, mulher e pobre no Brasil desse período?

Entendo estereótipos como o resultado de um processo de fixar significados às coisas, passível de gerar identidades contraditórias, constantemente recriadas e contestadas e, no entanto, incapazes de existir fora de um sistema de significação.¹ Baseio-me na hipótese de que os estereótipos em relação aos negros de modo geral, e às mulheres, mais especificamente, foram constituídos a partir da circulação de idéias provenientes de diferentes segmentos da sociedade. Estas idéias surgem nos mais diversos discursos sociais, são lidas e relidas de formas diversas, instituindo identidades dinâmicas e em constante renegociação, para, no entanto, culminarem em aspectos que considero muito semelhantes. De acordo com Pinho,

“o maior problema decorrente da produção de estereótipos está em que estes reduzem as pessoas a um pequeno conjunto de características entendidas como sendo fixas e parte da essência daqueles que estão sendo representados. Os estereótipos colocam um

¹ Pinho, Patrícia de Santana. **Reinvenções da África na Bahia**. São Paulo: Annablume, 2004, p. 78; Caulfield, Sueann. **Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000, p. 170.

*ênfoque exagerado sobre algumas poucas características de um determinado grupo, ao mesmo tempo em que reduzem este grupo a estas características que, tendo sido superdimensionadas, tornam-se facilmente reconhecíveis e estáticas, como se incapazes de transformação”.*²

Escolhi como ponto de partida os últimos anos do século XIX e o início do século XX, período imediatamente posterior à abolição do trabalho escravo no Brasil, bem como da também recente proclamação da República. Considero esse recorte de especial importância, porque é nele que se constitui um novo ideal de cidadão nacional.³ Partindo desse recorte, utilizei como material de pesquisa na investigação que deu origem a esse trabalho, ocorrências policiais, literatura e canções populares da época. Creio que uma gama variada de fontes permita uma melhor observação da constituição do problema de pesquisa, pois, nos permite atingir, em parte, os pontos de vista e conflitos entre diferentes sujeitos históricos que conviveram naquelas dadas circunstâncias. Utilizo as ocorrências policiais referentes ao ano de 1905 para localizar as mulheres processadas provenientes da 9ª circunscrição com o intuito de acrescentar mais informações sobre os registros de cor das envolvidas nos processos. Além disso, pensadores como Sílvio Romero e Nina Rodrigues, contemporâneos às fontes pesquisadas, terão suas considerações sobre o tema do negro incluídas nessas análises. Como fontes literárias, destaco *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, por tratar-se de um exemplo canônico do naturalismo no Brasil no qual a mulher negra figura como personagem de destaque. Como representante dos romances destinados ao público masculino, *A mulata*, de Carlos Malheiro Dias e, por fim, a denúncia de preconceito contra os negros de Lima Barreto em *Clara dos Anjos*. Discuto também, as formas como as mulheres negras são retratadas na imprensa, além da recorrência dessa temática na música popular, através de publicações sobre esse gênero para o período.⁴

Porém, o *corpus* central é constituído por parte de uma série documental, oriunda do Arquivo Nacional, composta por processos criminais do tipo inquérito, provenientes da 8ª Pretoria (Freguesia de Santana) para os anos 1890 a 1911. Para esse trabalho, foram

² Pinho, op. cit, p. 145.

³ Carvalho, José Murilo de. **Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁴ Romero, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Garnier, 1888; e Rodrigues, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Bahia: Imprensa Econômica, 1894. Entre as publicações de música popular do período: **Trovador Brasileiro ou novíssimo cantor de modinhas**. Rio de Janeiro: Livraria do Povo, 1904; Eduardo das Neves, **Trovador da Malandragem**. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma Editora, 1926. [*trata-se de uma compilação com canções do início do século XX*].

selecionados os anos compreendidos pelo período de 1900 a 1905. A opção por esse período não se deu de forma aleatória. Inicialmente, o intuito era analisar a série de processos completa. No entanto, a leitura desses cinco anos como amostragem inicial revelou um volume bastante razoável, especialmente devido à combinação com as outras fontes já mencionadas.

Ademais, os anos em questão são considerados um marco bastante significativo nos estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro, especialmente a região de Santana, cenário no qual encontra-se a 8ª Pretoria e onde se desenrolam as tramas aqui abordadas⁵. Trata-se do famoso período do “bota-abaixo”, no qual o país encontrava-se sob a batuta de Rodrigues Alves (1902-1906) e a cidade do Rio era governada de forma discricionária pelo prefeito Pereira Passos (1903-1907)⁶. Nesse período tornam-se ainda mais latentes as tensões entre o poder público e a população de baixa renda, marcadas por uma disputa desigual pelos espaços centrais da cidade e pela conquista e manutenção da cidadania. O trabalho com os processos contribui para que parte dessas tensões seja trazida à tona através da observação de um aumento claro da repressão policial nos anos da administração de Passos.

O critério utilizado para seleção das fontes foi a presença do nome ou sobrenome “Conceição”, devido ao grande número de mulheres processadas sob essa alcunha. Essa escolha surge como uma alternativa aos trabalhos que utilizam o tipo de crime como critério para a seleção dos processos a serem pesquisados. Além da grande recorrência do nome, considere também a possibilidade de contemplar um universo mais variado de mulheres (rés e vítimas), dessa forma, meu objetivo era o de observar se haveriam diferenças no tratamento das envolvidas nos processos. Apesar de não ter sido possível esclarecer os motivos da recorrência desse nome, a escolha através desse critério revelou-se um importante trunfo para a compreensão dos processos analisados. Observou-se que

⁵ Ao mesmo tempo, a escolha dos processos provenientes da 8ª Pretoria atende em grande parte ao interesses e objetivos do projeto temático *Santana e Bexiga: cotidiano e cultura de trabalhadores urbanos em São Paulo e Rio de Janeiro - 1870-1930*, financiado pela Fapesp e cujo objetivo é o de mapear essas duas importantes regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, consideradas espaços fundamentais para os estudos sobre a classe trabalhadora, suas práticas cotidianas e locais de sociabilidade durante os marcos temporais citados.

⁶ Sobre as reformas, ver: Benchimol, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992; Damazio, Sylvia F. **Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996; Carvalho, José Murilo de. **Os bestializados**. (...), op. cit; Cardoso, Elizabeth Dezouart; Vaz, Lílian Fessler; Albernaz, Maria Paula; Aizen, Mario; Pechman, Roberto Moses (colaboradores). **História dos Bairros: Saúde, Gamboa e Santo Cristo**. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia: Editora Index, 1987.

um grande percentual dessas mulheres utilizava o apelido “Conceição” para esconder seus verdadeiros nomes, possivelmente, para livrarem-se da polícia, pois, boa parte estava sendo processada por “vadiagem”, termo aparentemente utilizado para designar prostituição, em alguns casos nos quais mulheres eram autuadas ou processadas⁷. Esses nomes também podem ser localizados em processos nos quais mulheres pobres aparecem envolvidas em conflitos cotidianos, por exemplo, como vítimas de agressão praticadas por maridos, brigas entre vizinhos, defloramentos etc. Através da seleção do nome “Conceição” como critério para a investigação do cotidiano das mulheres pobres da Freguesia de Santana, foi possível trazer à cena diversos sujeitos – homens e mulheres – cujos fragmentos de vida aparecem aqui como mote para uma série de considerações.

É bastante curioso o fato de tantas mulheres “adotarem” esse nome, quando postas diante de autoridades, o que sugere uma busca pelo anonimato. Afinal, no meio de tantas homônimas, algumas delas, como veremos adiante, tiveram bastante êxito nessa empreitada. Boa parte dessas mulheres de fato possuíam esse nome, pois se tratava de uma alcunha muito comum, especialmente em um país de forte tradição católica como o Brasil, onde o culto a Nossa Senhora da Conceição é bastante recorrente e rememora o fato dessa santa ter sido concebida imaculada, pura, enriquecida de privilégios, em razão da sua maternidade divina. Por outro lado, destaco também o fato da mesma santa encontrar correspondência no culto de Oxum, divindade africana da água doce e da fecundidade, a mais jovem e faceira das mulheres de Xangô, tida em alguns candomblés como uma espécie de ninfeta⁸. Vale mencionar que a região de Santana, de onde provêm os processos utilizados nessa pesquisa, concentrava uma boa parcela de adeptos dessa religião de origem

⁷ Vale mencionar que a prostituição não era considerada um crime, apenas o lenocínio, que foi definido como tal a partir do período republicano; ver: Pereira, Cristiana Schettini. “*Que tenhas teu corpo*”. *Uma história da prostituição no Rio de Janeiro nas primeiras décadas republicanas*. Campinas - Unicamp, tese de doutorado, 2002.

⁸ É possível que o nome Conceição deveria ser pleno de significados. No entanto, encontrei dificuldades em localizar informações mais concretas tanto no que diz respeito aos significados inerentes a Nossa Senhora da Conceição, quanto à divindade Oxum. Apesar da necessária ressalva com relação a essa prática, utilizei a Internet como fonte para essa pesquisa. As informações, porém, aparecem esparsas, e nem sempre coincidem de uma página para outra. Sobre a divindade Oxum: “(...) A dança de Oxun é mímica da mulher faceira, que se embeleza e atavia, exibindo com orgulho colares e pulseiras tilintantes. Diante do espelho, sorri, vaidosa e feliz, por se ver tão linda e sedutora”. Cf. URL <www.mulhernatural.hpg.ig.com.br/trablux/oxum.htm>. Sobre essa mesma divindade, ver também: Verger, Pierre Fatumbi. **Lendas Africanas dos Orixás**. São Paulo: Editora Corrupio, 1985, p. 42. Esse autor confirma as características atribuídas à divindade localizadas na internet, porém, não menciona a correspondência da mesma em relação à Nossa Senhora da Conceição.

africana, além de abrigar uma série de terreiros.⁹ Se considerarmos, ainda, a possibilidade de boa parte dessas mulheres serem, realmente, prostitutas presas como vagabundas, podemos especular que o nome faça referência à famosa rua da Conceição, localizada no distrito de Sacramento, também nas imediações da 8ª Pretoria. Essa rua teria adquirido fama por concentrar por volta de 51 casas de tolerância no início do século XX¹⁰. É possível que essa recorrência do nome Conceição esteja ligada a parte desses significados. O fato é que essa alcunha traz consigo mulheres “honestas” e meretrizes, às vezes confundidas no cotidiano das delegacias de Santana e acabam por forçar a uma discussão contemplando os diferentes significados dessa presença.

A despeito da aridez característica das fontes processuais do tipo inquirito, esse material serve, sobretudo, para termos uma noção geral e panorâmica da presença feminina no cotidiano da região de Santana. De rito bastante sumário e superficial, esse tipo de fonte era produzido no interior das delegacias, prática proporcionada pela implantação da Lei Alfredo Pinto, de 28 de outubro de 1899, e permitia que comissários forjassem uma série de depoimentos e flagrantes, especialmente nas contravenções ao artigo 399.¹¹

Todavia, o maior obstáculo enfrentado no decorrer das pesquisas foi, sem dúvida, a questão da determinação da cor das mulheres envolvidas nos processos – principal grupo de fontes analisado. Hebe Castro chama a atenção para essa dificuldade nos documentos do pós-abolição e os percalços causados por essa lacuna no andamento das pesquisas sobre o negro neste período¹². Para o caso de mulheres negras, por exemplo, essa dificuldade de identificar a cor nos documentos traz para a discussão o processo de (re)criação e

⁹ Como a famosa “mãe de santo” Tia Ciata. Ver: Moura, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983; Guimarães, Francisco (Vagalume). **Na Roda do Samba**. Rio de Janeiro: Edição FUNARTE, 1978.

¹⁰ Pereira, Cristiana Schettini, op. cit., p. 68. Sandra Graham, menciona a existência, em fins da década de 1870, do famoso Bordel da Barbuda, tida por seus contemporâneos como uma “mulher negra com, aproximadamente, 55 ou 60 anos em 1878, relativamente gorda e de estatura mediana, que possuía um grosso bigode e quase um cavanhaque, razão de seu apelido”. Graham, Sandra L. *Salvery's Impasse: Slave Prostitutes, Small-Time Mistress, and the Brazilian Law of 1871*. IN: **Comparative Studies in Society and History**. Vol. 3, n. 4, out, 1991, p. 672.

¹¹ Sobre essa lei ver: Mattos, Marcelo Badaró. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na cidade do Rio de Janeiro do início do século*. Dissertação de mestrado. Niterói: ICHF – UFF, 1991, pp. 77-8. Sobre as penas para os contraventores por vadiagem e os reincidentes ver, respectivamente, os artigos 399 e 400 do Código Penal de 1890. Código Penal Brasileiro (Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890) comentado por Affonso Dionysio Gama. São Paulo: Saraiva e Cia. Editores, 1923.

¹² Mattos, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

(re)apropriação de identidades¹³. A variedade de terminologias para a designação de negros no Brasil, as implicações de seus usos e, principalmente, a questão da presença/ausência do critério cor na documentação analisada, tornou-se, dessa forma, um importante aspecto a ser considerado nesse trabalho¹⁴. Esses obstáculos talvez possam ser utilizados como justificativa para a quase inexistência de trabalhos recentes cuja proposta seja a de discutir a situação do negro no período pós-abolição, deixando uma desconfortável lacuna a respeito dessa temática. A despeito destas dificuldades e para os objetivos deste trabalho, a noção de raça - construída para produzir e manter relações de poder - ocupa papel de destaque na medida em que se busca discutir as implicações dos usos de terminologias raciais no trato de mulheres negras.

A constante revisão dos estudos sobre raciologia acaba por gerar uma infinidade de terminologias “politicamente corretas” e “incorretas” capazes de tornar qualquer pesquisa obsoleta em um curtíssimo período de tempo. Assim, quando me disponho a estudar os últimos anos do século XIX e o início do século XX, busco reproduzir as terminologias que surgem na documentação desse momento, contextualizando seus significados. Algumas expressões adquiriam sentido pejorativo dependendo dos agentes e dos contextos de seu uso. Preta, parda, mulata, morena, cabrocha, crioula, entre outros, são alguns dos termos empregados para identificar mulheres negras ao longo de todo o *corpus* documental pesquisado.

A cor aparece na análise empreendida não apenas para designar diferentes matizes na pigmentação da pele dos indivíduos. Ela servia (e serve), em muitos casos, para revelar o quanto a racialização era uma perspectiva presente, ainda que de forma velada, nas delegacias, tribunais, e entre os próprios indivíduos sujeitos ao seu uso. Assim, as relações raciais e a definição de seus campos no período não se encontravam restritas ao binômio branco/negro, embora a sociedade do período que corresponde ao início da República e ao pós-abolição, estivesse solidamente ancorada nas crenças bio-raciais, amplamente

¹³ Abreu, Martha. “Sobre Mulatas Orgulhosas e Crioulos Atrevidos”: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890 -1920), IN: **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 16, pp. 143-173.

¹⁴ Para essa discussão sobre as implicações das designações de cor no Brasil, utilizei os seguintes trabalhos: Fry, Peter, “O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a ‘política racial’ no Brasil”. IN: *Revista USP*: São Paulo (28): pp. 122-135, dez-fev 95/96; Andrews, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998, pp. 379-392.

difundidas pela ciência da época¹⁵. Essa racialização foi lida de diferentes formas pelos diversos grupos de indivíduos que operavam com tais conceitos, em busca de “saídas” para o futuro de uma nação condenada pela presença do sangue africano. Em todas as suas vertentes, entretanto, ela foi fundamental na constituição dos lugares sociais pautados nas distinções de caráter qualitativo.¹⁶ Assim, é necessário considerar o fato de que a maior parte dos sujeitos presentes nas fontes consultadas, provém dos setores pobres cuja avaliação estava sujeita ao critério da racialização. Nesse sentido, discutir a questão no âmbito brasileiro torna-se ainda mais complicado, porque a pobreza tende a “escurecer” a cor da pele, no caso de indivíduos lançados dentro de um aparato policial construído a partir dessas premissas.

Um primeiro olhar para as fontes oficiais sugere falsa impressão de que, após a abolição, os negros teriam simplesmente desaparecido ou sido absorvidos pela sociedade e pelo mercado de trabalho. Sua inserção nos novos significados de cidadania teria ocorrido de forma natural e harmoniosa, sem conflitos aparentes. Essa constatação coincide com a forma periférica através da qual a historiografia sobre o pós 1888 trata a temática do negro, a partir de trabalhos cujo enfoque contempla, especialmente, a questão da repressão à vadiagem, por sua vez atrelada à nova organização do mundo do trabalho, às reformas urbanas, ao controle da prostituição etc¹⁷. Apesar desse vazio, tal historiografia fornece referências centrais para o caminho traçado durante essa pesquisa de mestrado, que pretende abordar sujeitos históricos marginalizados, não somente por parte da historiografia, mas, principalmente por sua condição social subalterna enquanto mulheres, negras e pobres.

¹⁵ Lilia Schwarcz aponta para a difusão das idéias do racismo científico no país divulgadas a partir dos grandes centros acadêmicos e outras instituições. IN: Schwarcz, Lilia, **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; Andrews, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (...)*, op. cit.

¹⁶ Acompanho a excelente discussão de Wlamyra Albuquerque sobre a questão da racialização feita em sua tese de doutorado: Albuquerque, Wlamyra R. de. *A exaltação das diferenças: raça, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1890)*. IFCH/Unicamp, Tese de Doutorado, 2004.

¹⁷ Chalhoub, Sidney. **Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001 (2ª ed.). Sobre a prostituição: Pereira, Cristiana Schettini. *“Que tenhas teu corpo”(...)*, op. cit.; ênfase para o epílogo, no qual a autora trata das prostitutas brasileiras, especialmente as “mulatas”. Sobre a repressão policial: Bretas, Marcos Luiz. **Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930**. (trad.) Rio de Janeiro: Rocco; e do mesmo autor: **A guerra nas ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

Cor e a raça surgem aqui como elementos capazes de conferir sentido às vidas dos sujeitos pesquisados. Todavia, uma perspectiva de análise que englobe esses elementos deve ser tecida em conjunto com variantes como gênero e classe¹⁸. Dessa forma, creio ser possível perceber mais claramente a dimensão de cada um desses universos dentro da experiência social que busco compreender e, ao mesmo tempo, perceber o quanto a raça manteve-se como uma questão determinante no trato dos indivíduos, mesmo após a abolição do trabalho escravo. Inicialmente acreditava ser possível confirmar minha hipótese de que a suspeição em relação às mulheres pobres seria mais facilmente observada no caso de indivíduos designados como pretos ou pardos. Essa perspectiva, entretanto, caiu por terra junto com a esperança de encontrar no material pesquisado prostitutas utilizando nomes falsos. As fontes não demonstraram o contrário, mas, acabaram por revelar uma faceta que proporcionou novos desdobramentos nos caminhos da análise, certamente, enriquecendo-a. Quando me vi diante de tantas Conceições de diferentes nacionalidades, agressoras e agredidas, “vagabundas” ou trabalhadoras regulares, meretrizes, donas de casa etc, a maior parte delas sem qualquer designação ou menção referente à cor, notei que esse critério ocupava um espaço implícito no interior dessa discussão, mesmo não se deixando ver imediatamente nos registros processuais.

Assim, se de início, a ausência do registro da cor nos processos constituiu motivo de apreensão em relação aos objetivos da pesquisa, devo reconhecer sua contribuição para tornar o problema a ser investigado mais denso e instigante. É inevitável pensar no quanto essa lacuna contribuiu para mascarar os dados sobre a composição da população brasileira, abrindo espaço para a imagem de um país onde, além de não haver mais escravos, minimizava a presença de uma população amplamente composta por negros considerados, biologicamente, inferiores¹⁹. Tal perspectiva impulsionava o ânimo dos entusiastas da teoria do branqueamento, trazendo alento diante da assustadora perspectiva de um país com população majoritariamente negra assombrando grande parte dos intelectuais desde o século XIX. Some-se aí a vinda em massa de imigrantes europeus. Acreditava-se que esses indivíduos, considerados racialmente “superiores”, se “misturariam” à população nacional,

¹⁸ Higginbotam, Evelyn Brooks. “African-American Women’s History and the Metalanguage of Race. IN: Revista **Signs**, inverno, 1992, vol. 17, número 2, pp. 251-174.

¹⁹ Stepan, Nancy Leys. *Race, Gender, Science and Citizenship*. IN: **Gender & History**, vol. 10, nº 1, abril 1998, pp. 26-52.

acelerando o processo de branqueamento²⁰. A vinda de imigrantes brancos para substituir os ex-escravos no mercado de trabalho, também contribui para explicar, em parte, a quase inexistência de trabalhos contemplando a presença dos negros durante o período posterior à abolição. Essa invisibilidade não deixou de ser proposital porque, se o ideal de trabalho era pautado no regime assalariado, com trabalhadores registrados, não é à toa que pouco se saiba sobre o mercado informal – justamente o espaço onde se encontrava majoritariamente esse grupo da população.²¹

A ausência da cor nos registros dos processos parece refletir mais uma maneira encontrada pelo recente Estado republicano para tentar eliminar a memória sobre o passado escravo.²² Essa ausência se confirma a partir de comparação com outras fontes do período, como por exemplo, o censo de 1906, no qual o critério cor foi abolido das estatísticas oficiais sobre a composição da população da capital brasileira²³. Entretanto, através de um mergulho mais profundo no universo das delegacias, esses números tendem a aparecer, sendo possível recompor a, digamos, “palheta” da população marginalizada. Por outro lado, no caso das ocorrências policiais, o registro da cor parecia essencial, porque era nas delegacias que a “triagem” e a identificação dos indivíduos acontecia. Era necessário possuir o maior número possível de informações, facilitando identificá-los nos casos de reincidência. Cabia à polícia o trabalho mais corriqueiro, cuja visibilidade era bem pouca: apenas as colunas policiais dos jornais se dedicavam, a seu modo, a tratar de seu dia a dia. Era para lá que ia o grupo considerado a escória da sociedade, os indivíduos que deveriam sumir da vista dos cidadãos tidos como honestos e trabalhadores.

O questionamento sobre a maneira como a cor aparece nos processos pesquisados deve ser colocado ao lado dos números da polícia e pensado em conjunto com o projeto de modernização da cidade, da expulsão dos trabalhadores pobres das áreas centrais, do projeto de branqueamento gradual da população amparado na política de imigração, do local escolhido como recorte espacial e da invisibilidade observada nas fontes.

²⁰ Seyferth, Giralda. “Construindo a nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”. IN: Maio, Marcos Chor (org.). **Raça, Ciência e Sociedade**, op. cit., pp. 41-58; Schwarcz, Lília, **O espetáculo das raças(...)**, op. cit.

²¹ Sobre os trabalhadores informais no porto do Rio de Janeiro no início do século XX, em sua maioria negros, ver: Arantes, Érika Bastos. *O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

²² Mattos, Hebe Maria. **Das cores do silêncio (...)**, op. cit.; George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (...)*, op. cit.

²³ Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal) realizado em 20 de setembro de 1906.

Se o conceito de raça está na mira da análise efetuada, um outro aspecto a ser contemplado é a utilização da categoria gênero como ferramenta de análise no desenvolvimento de trabalhos como esse, cujos objetivos sejam trazer para o cerne da discussão a participação das mulheres enquanto sujeitos históricos²⁴. Ao trazer para o centro do debate a discussão sobre a presença e as formas de atuação feminina em espaços considerados dominados por homens, como o cenário policial, por exemplo, pretendo discutir as formas de atuação dessas mulheres. Estas, por vezes, são consideradas justamente a antítese dos padrões pretendidos e, no entanto, convivem com esses modelos com os quais negociam suas possibilidades cotidianas de sobrevivência e tentam conquistar seus espaços de atuação como sujeitos de suas próprias vidas.

Busco utilizar a categoria gênero a partir de uma perspectiva capaz de relacionar o cotidiano e as experiências das mulheres negras com os demais sujeitos históricos presentes em suas tramas cotidianas. Acredito ser dessa forma que as identidades de gênero são (re) inventadas e representadas²⁵. Trata-se de perceber o quanto os indivíduos, mulheres e homens, desempenham papéis múltiplos e, quase sempre, contraditórios e incoerentes. É como se continuamente se remodelassem em resposta as diferentes demandas e interesses, das sutilezas de um emaranhado de universos - ser mulher, ser pobre, ser negra, ser brasileira e assim por diante - capazes de contribuir para a compreensão das formas como

²⁴ Tomo como base para a discussão da questão de gênero o debate entre as pesquisadoras Joan Scott, Louise Tilly e Eleni Varikas, no qual as três argumentam sobre as formas de utilização desse conceito como categoria analítica. De certa forma, essas pesquisadoras fornecem as matrizes teóricas do debate que se opera no Brasil, sem muitas mudanças significativas, desde a década de 1980; Scott, Joan Wallach. “Prefácio a *Gender and politics of history*.” Tilly, Louise. “Gênero, história das mulheres e história social.” Varikas, Eleni. “Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott”. IN: **Cadernos Pagu**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1994; n° 03: pp.11-84. Para um panorama sobre a utilização da categoria gênero no Brasil ver: Cunha, Maria Clementina P. “De Historiadoras Brasileiras e Escandinavas: Loucuras, Folias e Relações de Gêneros no Brasil (século XIX e início do XX)”. IN: **Tempo**, n.º 5; jun. 1998; Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998, pp. 181-215.

²⁵ Dentro dessa perspectiva, aproximo-me mais do trabalho sobre a prostituição carioca do início do século XX de Cristiana Schettini Pereira. Nele a autora discute as formas de atuação das prostitutas e a constituição das teias de relações das quais fazem parte; seus conflitos e solidariedades com policiais e com outras prostitutas; Pereira, Cristiana Schettini. “*Que tenhas teu corpo*”, op. cit. Entretanto, ciente das discussões sobre as diferentes perspectivas teóricas que marcam esses trabalhos, também são importantes referências: Engel, Magali. **Meretrizes e Doutores. Saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, (1845-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989. Rago, Luzia Margareth. **Prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; Soihet, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; Esteves, Martha Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; Graham, Sandra L. **Proteção e obediência. Criadas e seus padrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 e Caulfield, Sueann. **Em defesa (...)**, op. cit.

se constituem os estereótipos. Pontuar e revelar essas incoerências seria uma forma de identificar momentos de resistência²⁶. De acordo com Sueann Caulfield:

*“Estudando a construção de gênero como parcial, performativa e estratégica, é possível observar os conflitos de poder implicados por gênero (...) como conflitos entre agentes (ou atores).”*²⁷

Categoria fluida, as identidades de gênero são construções sociais, assim como raça e classe, e por isso, também deve ser analisada a partir de sua funcionalidade e manutenção em contextos específicos. Em sociedades onde os marcadores raciais estão presentes, como no caso do Brasil, as representações de gênero e classe estão “coloridas” pela raça²⁸. Assim, o fator raça contribui na construção e representação de outras relações sociais e de poder, a saber, gênero, classe e sexualidade. Para o caso de mulheres negras a sexualidade entra como um elemento central nas considerações. Marcados em seus corpos através dos estereótipos, os significados da sexualidade da negra a tornam uma construção específica destacando-a de outras mulheres. Assim, o desafio é discutir o quanto essas essencializações eram negociadas por essas mulheres e pelos demais sujeitos que as entronizavam e difundiam. Nesse sentido, as discussões sobre gênero aqui aparecem diretamente atreladas com os discursos acerca da moralidade, pois, a sexualidade feminina encontrava-se no cerne desse debate nas primeiras décadas republicanas²⁹. O corpo da mulher era tido como o local onde se (re) desenhava e se redefinia essa moralidade e, neste contexto, a cor da pele funcionou como um critério diferenciador e hierarquizador.

Dentro desses debates a velha dicotomia entre o privado e o público, representados pelo espaço da casa e da rua, tendem a adquirir fôlego. O lar é considerado o espaço da mulher tida como honesta, guardiã dessa suposta moralidade. A rua, por sua vez, é tida como o espaço considerado impróprio a essas mulheres, freqüentada apenas por aquelas cujos corpos carregavam consigo os estigmas da degeneração. O trabalho com os processos, entretanto, força a uma releitura dessa dicotomia porque traz à tona situações de

²⁶ Caulfield, Sueann. *Getting into trouble: Dishonest Womwen, Modern Girls, and Women –Men in the Conceptual Language of Vida Policial, 1925-1927*. IN: **Signs**, autumn, 1993, vol. 19, nº 1, pp. 146-176., p. 169-170

²⁷ Idem, p. 174.

²⁸ Acompanho a excelente discussão de Higginbotam, Evelyn Brooks. “African-American Women’s History and the Metalanguage of Race. IN: Revista **Signs**, inverno, 1992, vol. 17, número 2, pp. 251-174.

²⁹ Conf.: Esteves, op. cit e Caulfield, **Em defesa (...)**, op. cit.

conflitos em relação a essas convicções. Afinal, de que maneira seria possível enquadrar as mulheres pobres dentro de categorias estanques - honesta ou prostituta -, se boa parte delas tirava seu sustento do trabalho nas ruas? A resposta a esse questionamento, novamente, traz para a discussão a fluidez dos diferentes universos nos quais os sujeitos encontram-se imersos. Dessa forma, esse trabalho também se propõe a pensar no quanto certas dicotomias precisam ser revistas. Assim, os pares – branco x negro, casa x rua; público x privado; popular x erudito – perdem sentido porque desconsideram a dinâmica dos processos de construção de identidades.

Tendo em mente as questões que abrem este texto, a dissertação será dividida em três capítulos. No primeiro deles apresento de forma mais detalhada o objeto dessa pesquisa. Afinal, quem eram essas tais Conceições? A partir de dados quantitativos, busco discutir quem eram essas mulheres, onde moravam, quais as suas profissões, idade, estado civil, nacionalidade, cor, enfim, todas as informações capazes de apresentá-las como sujeitos de suas próprias histórias de vida, contadas aqui de maneira fragmentada e esparsa devido ao conteúdo oferecido pelas fontes. No entanto, mesmo de forma fracionada, esses dados servem para compreender quais e de que maneira os elementos constitutivos de suas identidades são informados pelas categorias de gênero, classe e raça.

No segundo capítulo, sem perder de vista essas três categorias que conduzem toda a análise, retomo os processos para discutir mais detidamente os casos de agressão e de vadiagem. Com relação aos primeiros, por envolverem um número considerável de pessoas como testemunhas, em geral vizinhos e/ou parentes, esses casos trazem uma quantidade maior de informações sobre os envolvidos, permitindo observar as diferentes estratégias utilizadas pelos sujeitos implicados nas contendas. Assim, neste momento da análise, trata-se de enfrentar as diferentes maneiras como as mulheres envolvidas nesses conflitos se auto-representavam e eram representadas nas fontes. Eram elas de fato tão passivas em sua condição de “vítimas” quanto se convencionava afirmar? De que formas elas acionavam os papéis de gênero para solucionar tais desacordos? O quanto raça, classe e gênero podiam interferir nos veredictos dos processos nos quais mulheres eram vítimas?

Os processos de vadiagem trazem para o debate a questão do lugar social ocupado pelas mulheres pobres no período em questão. Como era possível conciliar o trabalho nas ruas com o estigma da vadiagem? Para o caso das mulheres negras, sua presença em trabalhos de rua data da escravidão, quando as escravas de ganho executavam nas vias públicas os trabalhos de onde saíria o dinheiro a ser entregue a seus proprietários. O quanto é possível observar continuidades nessas práticas no período imediatamente posterior à abolição? Por outro lado, a discussão sobre a vadiagem também traz para o debate a questão da moralidade e da definição dos papéis da mulher considerada honesta e da prostituta. Em alguns processos persiste a dúvida em relação à possibilidade de as mulheres detidas serem de fato meretrizes, recolhidas pela polícia como vadias, já que a prostituição não configurava em crime previsto pelo código penal. Aqui, novamente a memória sobre a prostituição de escravas pode ser uma boa pista para pensar nas opções restantes às mulheres negras e pobres no pós-abolição. De qualquer modo, essa discussão também precisa levar em conta a dinâmica da construção e apropriação das identidades amparadas nas categorias gênero, classe e raça, tendo como pano de fundo a questão da sexualidade da mulher negra inscrita e representada através de seu corpo por meio de estereótipos diversos. Tendo isso em vista, é possível promover uma desnaturalização do papel de vítima recorrentemente atribuído às mulheres.

No terceiro e último capítulo, o objetivo será trazer para o debate as formas como a mulher negra foi representada por outros setores da sociedade, ultrapassando os limites do cotidiano das Pretorias e delegacias de polícia. Aqui entram em cena os trabalhos de intelectuais do período, como Nina Rodrigues e Silvio Romero, contemporâneos que abordaram, diretamente ou não, a latente situação do negro no período pós-emancipação. Esses intelectuais encontravam-se diante das discussões sobre o futuro da recém proclamada República do Brasil e, por mais, que as fontes oficiais tentassem mascarar os números sobre os egressos da escravidão, pensadores de diferentes âmbitos da sociedade especulavam sobre as diversas formas pelas quais seria possível assimilar ou eliminar essa população de indesejados. Suas considerações surgem amparadas na moderna ciência racial, cujos postulados biológicos confirmavam a inferioridade dos negros e de outros grupos que porventura não se enquadrassem nos padrões tidos como civilizados. A partir de seus trabalhos, uma série de estereótipos e representações sobre os negros foi difundida e

incorporada pela sociedade de modo geral. Esses discursos encontraram eco, por exemplo, na literatura do período, aqui analisada, tanto como reprodutora, quanto como difusora desses mesmos estereótipos, lidos de forma diversa, porém, com um sentido muito próximo. O mesmo pode ser observado através da análise de canções populares produzidas por indivíduos que, em sua maioria, convivia regularmente com mulheres cujas vidas eram bastante semelhantes às daquelas tantas Conceições mencionadas anteriormente. Como é possível aproximar todos esses universos, aparentemente, distantes? De que forma as idéias produzidas nesses diferentes meios, alimentaram a constituição e reprodução dos estereótipos capazes de determinar as formas como as mulheres pobres e negras eram tratadas nas delegacias do Rio de Janeiro de fins do século XIX e início do século XX?

Capítulo I

De tal Conceição, Conceição de Tal.

Às onze horas da noite do dia dezesseis de outubro de 1905, o inspetor seccional da 9ª circunscrição, Pedro Joaquim de Lima Bairão, prendeu na Rua Senador Euzébio, as “vagabundas conhecidas” Laudelina Maria da Conceição, de 21 anos, cozinheira desempregada, moradora do bairro Engenho de Dentro; Lucinda da Conceição, menor, com 16 anos, empregada em catação de café, moradora do Morro da Favela e Maria da Conceição, também menor, com 19 anos, criada de servir e residente no bairro de Cascadura.

De acordo com o inquérito policial, Laudelina possuía outras três entradas anteriores na Casa de Detenção, uma proveniente da 1ª circunscrição e as outras duas da 20ª circunscrição, todas elas ao longo do ano de 1903. No caso da acusada Lucinda, esta havia passado anteriormente pela detenção no início do mês de junho de 1905, proveniente da mesma 9ª circunscrição que a recolhera agora, porém, de acordo com as informações de sua ficha de identificação teria dado ao delegado o nome de Alcina Maria Flora. Contra Maria da Conceição, por sua vez, não foi encontrada nenhuma acusação anterior, apenas consta ser mais conhecida pelo nome de Celina Maria da Conceição. As três foram processadas na 8ª Pretoria pelo crime de vadiagem e tinham tudo para cumprirem no mínimo vinte dois dias e meio de prisão na Casa de Detenção. Porém, o curador das menores apresentou defesa indicando diversas irregularidades nos trâmites do processo e este foi anulado, sendo as três jovens Conceições soltas seis dias após a prisão.³⁰

Mesma sorte tiveram outras três Conceições, presas apenas quatro dias depois, na mesma rua Senador Euzébio, 9ª circunscrição, agora conduzidas pelo inspetor Joaquim Xavier Esteves. Eram elas Maria da Conceição, 25 anos, sem profissão e domicílio certo, sob a qual não pesava qualquer acusação ou registro anterior na detenção; Olímpia Maria da Conceição, de 27 anos, também sem profissão e domicílio, esta com uma entrada anterior na detenção com o nome Olímpia Augusta Garcia e, finalmente, Alcídia Maria da Conceição, que, apesar de seus poucos 21 anos, era velha conhecida nas circunscrições do Rio de Janeiro, devido às suas 19 entradas anteriores na Casa de Detenção, na maior parte

³⁰ AN-OR4182/1905 – 8ª Pretoria/RJ.

das vezes utilizando diferentes nomes. O desfecho do processo pouco difere do anterior. O processo também foi anulado e as acusadas foram liberadas onze dias após sua prisão.³¹ Além de serem todas presas pela contravenção ao artigo 399 do código penal – referente ao crime de vadiagem -, Laudelina, Lucinda, Olímpia, Alcídia e as duas Marias têm em comum o nome Conceição. Como elas, outras tantas Conceições foram parar, por diferentes motivos, nas delegacias da região de Santana, no Rio de Janeiro do início do século XX.

Mas, afinal quem eram essas “Conceições”? De início, o intuito era trazer para o centro desse trabalho, apenas as mulheres identificadas nas fontes pesquisadas como pretas ou pardas, as quais acreditava piamente serem em grande parte prostitutas utilizando a alcunha Conceição nas mais diversas combinações.³² A troca de nomes foi um dos artifícios mais utilizados por mulheres presas como vadias (e também por homens, evidentemente) com o intuito de despistar a ação da polícia. São numerosos, entre os processos, os casos nos quais as detidas têm suas fichas de identificação levantadas pela polícia e nelas se observam diversas entradas anteriores na Casa de Detenção com diferentes nomes em cada uma das prisões. Foi justamente a persistente recorrência do nome Conceição entre as mulheres presas que despertou a curiosidade inicial desta pesquisa.

Casos como o da ré Maria Rosa do Espírito Santo ou Maria Francisca, presa à uma hora da madrugada na rua General Pedra, em companhia de Malvina Maria da Conceição, Adelaide Justina de Castro e Juliana da Silva, que declarou em seu interrogatório à polícia haver trocado de nome “para furtar-se da ação da justiça”.³³ Ela e as demais envolvidas foram absolvidas após passarem treze dias na Casa de Detenção. As acusações contra elas foram julgadas improcedentes, pois nada mais foi localizado contra elas. Partindo de

³¹ AN-OR4354/1905 – 8ª Pretoria/RJ. Alcídia aparece com os seguintes nomes: Elcídia Maria da Conceição, Elcídia Maria do Carmo Andrade, Dorvalina Pereira Júnior, Rosalina Pereira Júnior, Maria da Conceição, Blandina Vieira dos Santos, Alcídia Maria, Alcides Maria da Conceição. A prática de mudança de nomes será discutida mais adiante no próximo capítulo.

³² Essa perspectiva nasceu em uma discussão sobre um dos capítulos da tese de doutorado da Professora Doutora Cristiana Schettini Pereira, quando a pesquisadora mencionou o fato de ter se deparado com o fato de ter localizado um grande número de prostitutas brasileiras pretas e pardas cujo nome era Conceição. Em sua pesquisa de doutorado, porém, não foi possível aprofundar essa discussão. Entretanto, no Epílogo “Mulheres de vida pública” de sua tese de doutorado, apresenta uma discussão sobre a presença de meretrizes pobres, e em geral pretas e pardas, no cotidiano da prostituição carioca do início do período republicano. Essa discussão serve de referência para as discussões que se seguem. Conferir: Pereira, Cristiana Schettini. **“Que tenhas teu corpo”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas.** No prelo.

³³ AN-OR3634/1904 – 8ª Pretoria/RJ.

episódios como esse, seria possível discutir os cotidianos e embates diários dessas mulheres pautados na idéia de cor e raça, especialmente dentro do universo criminal. As fontes, porém, nem sempre dizem aquilo que se espera delas e assim as mulheres pretas e pardas, cujos nomes possuíam “Conceição”, desdobraram-se em mulheres brancas, nacionais e estrangeiras, meretrizes e donas-de-casa, réis e vítimas. Junto com elas, subiram à cena outras tantas mulheres com nomes diversos, como a acusada Maria Rosa, além de muitos homens, testemunhas e agressores, policiais ou ainda companheiros em suas incursões pelo mundo da vadiagem.³⁴ Assim, a partir da análise dos processos criminais, principal *corpus* documental dessa análise, procuro evidenciar nesse capítulo quem eram essas mulheres, e quais os diferentes universos nos quais aparecem inseridas. Convém reforçar o fato desses sujeitos históricos terem adquirido formas diferentes daquelas inicialmente pretendidas. No entanto, esses novos caminhos mostraram-se riquíssimos para desenhar um perfil das mulheres pobres da região de Santana, no Rio de Janeiro.

A viabilidade da utilização de fontes processuais de tipo inquérito reside no fato de serem um documento histórico capaz de trazer para a discussão parte das experiências dos envolvidos. Recuperar o cotidiano dos trabalhadores pobres, homens e mulheres, com essas experiências compartilhadas é, ao meu ver, uma forma de tornar mais clara sua inserção nos projetos pretendidos de amplo alcance no período. “Buscá-los” em suas moradias coletivas insalubres, sem conforto ou privacidade e trazer seus conflitos diários através das histórias de algumas Conceições, é uma forma de dar visibilidade a esses sujeitos silenciados. Infelizmente, o único meio de atingir tal empreitada é enfrentar o desafio de olhá-los através da difusa lente da justiça ou do olhar estereotipado de seus contemporâneos. Porém, mesmo através das ambigüidades é possível perceber as maneiras como os sujeitos sobreviviam em meio a variadas situações opressivas.

Tomo como referência para as análises de cunho quantitativo, o trabalho de Boris Fausto com processos penais da cidade de São Paulo para o período compreendido entre os anos de 1880 e 1924. O autor justifica seu recorte com o argumento de ser esta a época em que a cidade recebia intenso fluxo de imigrantes, o que teria alterado de forma significativa

³⁴ Foram localizados três homens que possuíam Conceição nos nomes. Dois deles testemunhas de acusação: Domingos Jacinto da Conceição e Anselmo Manoel da Conceição (ambos no processo AN-OR2418/1902 – 8ª Pretoria/RJ.); e o outro réu: Bartolomeu da Conceição (AN-OR1795/1901 – 8ª Pretoria/RJ).

seu perfil econômico e social e, como consequência, criminal.³⁵ Sem escapar às ressalvas desse tipo de trabalho, Fausto dá um tratamento quantitativo às suas fontes comparando-as com censos populacionais para traçar um perfil do crime enquanto fenômeno específico, e da criminalidade encarada como fenômeno social, do qual pretende extrair padrões de comportamento, representações e valores sociais. O trabalho com as fontes é feito a partir da seleção de alguns temas propostos pelo autor como centrais para a compreensão do panorama geral da criminalidade na cidade de São Paulo, entre eles a questão da cor, como fator a ser considerado na suspeição, repressão e punição aos crimes e delitos.

Encaro com algumas reservas a ênfase no tratamento excessivamente quantitativo dado às fontes processuais, sob pena da perda de aspectos do cotidiano dos envolvidos no desenrolar do processo. Esse tipo de análise nos leva, muitas vezes, ao questionamento dos padrões de comportamento, das representações e dos valores sociais que pretende estabelecer como fio condutor de seu trabalho. Em resposta à lacuna deixada pela análise essencialmente quantitativa o livro *Trabalho, lar e botequim*, de Sidney Chalhoub surge aqui como principal referência, tanto no que diz respeito à forma como o autor analisa suas fontes, quanto em relação à temática, que inspirou boa parte das discussões dessa dissertação.³⁶ Trata-se de uma análise mais qualitativa desse mesmo tipo de *corpus* documental. Ou seja, levando-se em consideração não apenas os aspectos estatísticos do trabalho com os processos, mas também, os aspectos sociais e culturais a serem revelados na fala dos envolvidos. Nesse sentido, o texto dos autos ganha força, ainda que seja necessário considerar os filtros aos quais estas estão submetidas.

Chalhoub seleciona como mote para suas considerações o processo de homicídio no qual é réu o trabalhador da estiva Antônio Paschoal, acusado de ter assassinado a tiros um seu companheiro de trabalho conhecido por Zé Galego. O autor inicia a discussão a partir das diferentes versões que surgem nos jornais e nos depoimentos das testemunhas sobre a cena do crime, destacando o papel da imprensa como divulgadora de estereótipos relacionados aos trabalhadores de modo geral. Ressalta ainda, que as mudanças observadas nos depoimentos das testemunhas ao longo do caso podem revelar algo sobre a reação dos

³⁵ Fausto, Boris. “Criminalidade e controle social”, IN: **Crime e Cotidiano. A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Edusp, 2001 (2ª ed.)

³⁶ Chalhoub, Sidney. **Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001 (2ª ed.).

populares ao sistema policial e judiciário, ou ainda, levantar suspeitas sobre os procedimentos policiais.³⁷ Aqui se coloca um aspecto que permeia os trabalhos com esse tipo de fonte documental: as versões apresentadas no processo, na maioria das vezes “viciadas” pela lógica policial. No entanto, sigo alguns caminhos abertos na “fumaça” e na “neblina” por Chalhoub:

*“O intuito neste contexto é reconhecer que o ponto de partida neste contexto são as contradições, as incoerências, as construções ou ‘ficções’ que constituem efetivamente as fontes analisadas – e muito especialmente os processos criminais estudados. Os fatos de que partimos, portanto, não são como morangos, maçãs ou pêras que se recolhem ao cesto num passeio ameno e ecológico pelo campo. Se os fatos dessa história podem ser comparados construtivamente a alguma coisa, é melhor escolher algo com a neblina e a fumaça que escondem a trilha que precisamos seguir. No entanto, a trilha existe, e cabe aqui segui-la.”*³⁸

Em outras palavras, o importante nesse tipo de trabalho, não é tentar descobrir como cada fato se passou “realmente”, mas tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os agentes envolvidos apresentam para cada caso. Cabe então, buscar significados que se repetem sistematicamente nas diversas versões e através dessa repetição extrair as “verdades do historiador”. Apesar da aridez característica das fontes processuais do tipo inquérito, esse material nos serve, sobretudo, para termos uma noção geral e panorâmica da presença feminina no cotidiano da região de Santana. Estas fontes configuram séries muito extensas e de natureza fragmentária, cujo acesso é dado por um instrumento de pesquisa arquivístico que destaca nome, condição no processo (réus ou vítimas) e artigos onde os crimes são enquadrados. Assim, qualquer critério de recorte será artificial ou arbitrário, ao mesmo tempo em que indispensável, devido ao volume da documentação. De rito bastante sumário e superficial, esse tipo de fonte era produzido no interior das delegacias, prática proporcionada pela implantação da Lei Alfredo Pinto, de 28 de outubro de 1899, e permitia que comissários forjassem uma série de depoimentos e flagrantes, especialmente nas contravenções ao artigo 399. A tabela a seguir ilustra a significativa desproporção entre os casos de repressão à vadiagem e os demais incidentes policiais que culminaram em processos na 8ª Pretoria entre os anos de 1900 e 1905:

³⁷ Idem, p. 38.

³⁸ Idem, pp. 38-39.

Tabela 5 – Processos em números (1900-1905)

Tipo	Quantidade	Porcentagem
desordem/ébrio/mendigo/vadio	124	77,01
agressão	28	17,39
outros	9	5,60
Total	161	100,00

A observância de dados provenientes das ocorrências policiais oriundas da 9ª circunscrição policial, distrito de Santana, referentes ao ano de 1905 também confirma a predominância dos casos de vadiagem. Dentre os 1900 registros, 770 referem-se a casos de vadiagem e infrações correlatas, seguidos de 268 casos de agressão.³⁹ Vale mencionar, que esse material é composto pelos registros de apenas uma das delegacias que compõem a 8ª Pretoria e, por si só, já representa um trabalho de pesquisa independente.⁴⁰ Por isso, esses dados são utilizados aqui apenas a título de comparação e complementação das informações.

Para desenhar o perfil das mulheres pesquisadas, selecionei alguns aspectos a serem discutidos. A partir deles será possível especularmos sobre onde viviam, onde trabalhavam, qual a cor, a idade, o estado civil, enfim, quem de fato eram essas mulheres pobres representadas aqui por fragmentos de histórias de tantas Conceições moradoras do Rio de Janeiro na virada do século XIX. Dessa forma, creio ser possível identificar alguns padrões de repetição capazes de contribuir para o objetivo maior desse trabalho, a saber, discutir a formação dos estereótipos e do senso comum a respeito das mulheres negras, e de modo particular, das mulatas.

³⁹ Foram considerados todos os casos registrados, ou seja, tanto os casos que envolveram mulheres, quanto homens. Com relação às infrações correlatas à vadiagem, incluir desordem e embriaguez.

⁴⁰ Garzoni, Lericé de Castro. *Raparigas e Meganhas no Campo de Santana: Elementos para uma história social da prostituição no Rio de Janeiro (1903-1907)*. Campinas, SP: [s.n.], 2005;

I. De tantas Conceições

I.1. Condição das envolvidas

Dos 874 cadastros nominais obtidos através da leitura dos processos, 335 (38,33%) são de mulheres⁴¹. A tabela a seguir ilustra a condição das mulheres que aparecem nos processos analisados:

Processos Criminais - Mulheres cuja alcunha Conceição aparece nos nomes nas mais diversas combinações

Situação no processo	Quantidade	Porcentagem
Rés	155	82,01
Vítimas	24	12,7
testemunhas de acusação	9	4,76
testemunhas de defesa	1	0,53
Total	189	100,00

A título de comparação, selecionei os registros de ocorrências policiais referentes ao ano de 1905, para que fossem feitos alguns paralelos com os dados extraídos dos processos. Convém lembrar que os processos referem-se ao período compreendido pelos anos de 1900 a 1905, e compreendem um volume muito menor de registros, se comparados às ocorrências. Essa discrepância deve-se ao fato de as ocorrências serem um registro diário de todos os acontecimentos que, nesse caso específico, foram parar na 9ª Circunscrição, referente à região de Santana. Reforço que o objetivo aqui é utilizar as ocorrências apenas como forma de complementar alguns dados referentes aos processos, além de inseri-los dentro do um universo no qual boa parte deles teve origem.

Dentre os 3.292 cadastros nominais obtidos a partir da análise do banco de dados onde podem ser obtidas as informações referentes às ocorrências policiais⁴², 721, ou aproximadamente 21,9%, são referentes a casos em que mulheres aparecem envolvidas. Aqui, mais uma vez, vale mencionar o fato de que no caso dos processos não fica tão nítido o número de homens envolvidos em comparação ao número de mulheres. Isso

⁴¹ Não considerando os nomes que se repetem.

⁴² Esses dados encontram-se disponíveis no banco de dados *Ocorrências Policiais* do Cecult, e foram objeto específico da pesquisa de iniciação científica que deu origem à monografia de Lericce C. Garzoni, op. cit.

ocorre, porque foram selecionados para o recorte da pesquisa apenas processos nos quais figuravam mulheres. Os homens que aparecem são aqueles que, ou estavam envolvidos nos casos de agressão, ou foram presos sob a acusação de vadiagem junto com mulheres detidas pelo mesmo motivo, ou ainda, enquanto testemunhas ou policiais responsáveis pelas prisões. As ocorrências mais uma vez servem para complementar essa lacuna e contribuir na discussão sobre a questão da presença de mulheres no universo policial. Fica bastante evidente que a maioria esmagadora dos envolvidos em incidentes policiais era de indivíduos do sexo masculino. Isso reforça, então, a discussão sobre o caráter de exceção que devia pairar sobre mulheres sob as mesmas condições.

Prevalece a idéia de que, mesmo considerados exceções, quando comparados aos casos em que homens encontram-se envolvidos com a polícia, são episódios como esses que contribuiriam para formar o senso comum sobre as mulheres das camadas pobres da população. Dentre as 721 mulheres envolvidas com a polícia, aproximadamente 17% foram registradas como vítimas. As infratoras, por seu turno, perfazem um total de pouco mais de 9%. Quando alternamos o olhar para o número de mulheres cuja alcunha Conceição aparece atrelada ao nome, elas perfazem um total de 124, ou 17,2% do total de mulheres registradas, mantendo a proporção encontrada para as mulheres de modo geral. A tabela a seguir ilustra quais os motivos que levaram Conceições para diante do delegado da 9ª circunscrição:

Ocorrências Policiais (1905) - Mulheres cuja alcunha Conceição aparece nos nomes nas mais diversas combinações

Situação na ocorrência	Quantidade	Porcentagem
Infratoras	86	69,35
Vítima	13	10,5
Assistida	8	6,45
Queixosa	4	3,22
Testemunhas	4	3,22
Falecida	1	0,8
Outra	8	6,45
Total	124	100,00

Esses números observados de maneira isolada, por hora, pouco têm significado. Todavia, mais adiante quando combinados com outras variáveis, como cor, por exemplo, adquirem maior sentido.

I.2. Nacionalidade

A partir da observância dos números referentes à nacionalidade extraídos do censo de 1906⁴³, 25,94% dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro eram estrangeiros, com destaque para os portugueses, italianos, espanhóis e franceses, nessa ordem de predominância. Dentre os moradores da freguesia de Santana, a soma dos estrangeiros perfazia um total de 15.405 indivíduos, dos quais apenas, aproximadamente, 0,56% era do sexo feminino. No caso das brasileiras moradoras da freguesia, estas perfaziam um total aproximado de 1,74% dentre os 42.049 moradores da região de Santana.⁴⁴ A análise dos processos confirma essa predominância de mulheres de nacionalidade brasileira em detrimento das estrangeiras. É esse o caso de aproximadamente 94% das envolvidas.

Processos Criminais (1900-1905) – Conceições / Nacionalidade

Nacionalidade	Quantidade	Porcentagem
brasileiras	177	93,65
paraguaias	4	2,11
portuguesas	3	1,59
Italianas	2	1,05
não mencionada	3	1,59
Total	189	100,00

O caso de agressão no qual foi vítima a italiana Maria da Conceição constitui uma das raras exceções nas quais o nome Conceição aparece como designação para uma estrangeira. Alcinha não muito comum entre mulheres com essa nacionalidade, tal recorrência torna necessário especular sobre a possibilidade de seu nome ter sido “abrasileirado” pelo comissário que registrou a ocorrência, ou mesmo adotado pela própria vítima com o intuito de facilitar a menção ao seu nome. Com 38 anos de idade, de serviço doméstico e moradora na estalagem da rua General Pedra, número 121, Maria foi agredida após sair em defesa de seu filho Antônio Panaso, que acabara de se envolver em uma discussão iniciada durante uma partida de cartas em uma venda próxima à estalagem onde residia com sua mãe. Como conseqüência de sua intervenção na briga do filho, Maria da

⁴³ De acordo com o censo de 1906, a capital federal possuía um total de 811.443 habitantes, dos quais 463.453 eram homens e 347.790 eram mulheres. Conf: **Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal) realizado em 20 de setembro de 1906**, p. 13.

⁴⁴ Idem, pp. 119-127.

Conceição teria recebido um pontapé nas costelas, dado pelo também italiano Domingos Gianelli. O ocorrido foi presenciado pelo soldado em ronda Olívio Ferreira de Machado que encaminhou vítimas, testemunhas e acusado à delegacia onde o inquérito policial foi aberto culminando em processo que terminou por absolver o réu.⁴⁵

Apesar da nacionalidade dos envolvidos não ser mencionada em pouco mais de 31% dos registros, a observância dos dados referentes às ocorrências policiais confirma a predominância de brasileiros os quais correspondem a aproximadamente 42% do total de indivíduos registrados. O número de brasileiros é seguido pelos indivíduos de nacionalidade portuguesa, perfazendo um total de 16%. Para o caso das mulheres, tendo como critério para a análise apenas aquelas cuja alcunha Conceição apareça em seus nomes, estas perfazem um total de 124 mulheres. Destas, quase 77% são de nacionalidade brasileira. Essa predominância serve para confirmarmos o quanto casos como o da italiana de nome Maria da Conceição podem ser considerados exceções.

I.3. Quanto à naturalidade

Quanto à naturalidade das envolvidas, tanto os processos como as ocorrências coincidem na predominância de mulheres naturais da cidade do Rio de Janeiro. Nas ocorrências policiais, dentre as 95 Conceições envolvidas em incidentes que foram parar na 9ª circunscrição no ano de 1905, as cariocas perfazem um total de quase 30%. Estas, por sua vez, são seguidas pelas mineiras (22%) e pelas fluminenses (20%). A tabela a seguir apresenta os dados referentes à naturalidade das mulheres processada na 8ª Pretoria entre 1900 e 1905:

⁴⁵ AN-OR2202/1902 – 8ª Pretoria/RJ.

Processos Criminais (1900-1905) – Conceições / Naturalidade

Naturalidade	Quantidade	Porcentagem
Rio de Janeiro	51	26,99
Minas Gerais	28	14,81
Rio de Janeiro (estado)	22	11,64
Pernambuco	17	9
Bahia	13	6,88
São Paulo	10	5,3
Outros	19	10,05
Não identificada	29	15,34
Total	189	100,00

I.4. Quanto ao estado civil

Com relação aos dados referentes ao estado civil das envolvidas, é necessário considerar a questão da desproporção populacional entre os sexos. No censo de 1906 consta que dentre os 811.443 habitantes da cidade do Rio de Janeiro, 347.990, ou 43%, eram mulheres, contra 463.453 - ou 57% - de homens⁴⁶. Esses números, postos ao lado dos índices de nupcialidade, demonstram que o “mercado” conjugal da cidade era não apenas concorrido devido à desproporcionalidade entre os sexos, mas, também, que o casamento não era uma prática das mais recorrentes entre a população, de modo geral. Do total dos habitantes, 527.675 eram solteiros, contra 214.297 casados⁴⁷. Convém destacar o fato de que o censo não registrou os indivíduos cujas uniões não fossem oficiais, como é o caso de uma boa parcela da população de baixa renda. Os dados referentes aos processos e ocorrências policiais confirmam essa desproporção. As tabelas a seguir apresentam os dados relativos à nupcialidade extraídos dos processos:

Processos Criminais (1900-1905) – Conceições / Estado civil

Estado Civil	Quantidade	Porcentagem
Solteiras	134	70,9
Viúvas	29	15,34
Casadas	18	9,52
não mencionado	8	4,23
Total	189	100,00

⁴⁶ Recenseamento do Rio de Janeiro, op. cit. p. 13.

⁴⁷ Idem, p. 87.

A análise desses dados permite especular um pouco mais sobre as mulheres cujo estado civil declarado à polícia era solteira ou viúva, enquanto no decorrer do processo fica evidente a existência de um companheiro com o qual dividia o lar. Esse tipo de união, entretanto, podia servir de pretexto para algumas mulheres se auto proclamarem livres o bastante para trocar de companheiros quando lhes conviesse. Podemos tomar como exemplo casos como aquele no qual o praça da polícia Juvêncio Cândido da Silva, 28 anos, solteiro, morador no próprio quartel onde trabalhava, foi acusado de agredir fisicamente o também praça Joaquim Blandino da Silva, sobre o qual não se tem outra informação no processo além de seu nome. Os motivos da contenda, contudo, ficam bastante claros. Em seu depoimento à polícia, Juvêncio afirmou ser amásio, desde 1896, de Maria Emília da Conceição, 25, casada, cozinheira, tendo sempre providenciado seu sustento. No entanto, após passar um período preso no quartel, ao sair encontrou-a com o praça Joaquim, a quem agrediu. De acordo com Maria Emília, no momento da agressão ela se encontrava na cama com seu amásio Joaquim, quando o réu arrombou a porta e começou a agredi-lo, o que já não era a primeira vez que ocorria. Ainda de acordo com o motivo da discórdia dos praças, Juvêncio já não era mais seu amásio há cinco meses.⁴⁸

Brigas por ciúmes pareciam ser o principal motivo de divergência entre casais, sendo em geral recorrente a intervenção dos vizinhos, mesmo apenas enquanto testemunhas dos conflitos. Se, para os dados oficiais, estes casais não computavam como estatística, para os sujeitos envolvidos nesse tipo de relação e os demais indivíduos que partilhavam seu convívio, viver junto era normalmente tido como uma forma de união relativamente estável. Em outros episódios, entretanto, a solidariedade presente na relação entre vizinhos nem sempre prevalecia e o ditado “em briga de marido e mulher não se deve meter a colher” parecia ser levado a sério. Não eram raros os casos nos quais, no inquérito policial as testemunhas afirmam ter visto o casal brigando, porém, diante do juiz, essas mesmas pessoas se contradizem para evitar futuras represálias por parte dos envolvidos.⁴⁹

⁴⁸ AN-OR3453/1904 – 8ª Pretoria/RJ. No próximo capítulo discuto com mais detalhes as implicações dos conflitos entre amásios.

⁴⁹ Processos AN-OR1525/1900-8ª Pretoria e AN-OR2405/1902-8ª Pretoria. O primeiro ocorreu no ano de 1900, na casa de cômodos da Rua Formosa (atual General Caldwell), número 117, uma das testemunhas disse que ouviu a discussão, porém, afirmou que o casal sempre viveu em perfeita harmonia mesmo após o ocorrido. O segundo caso, ocorrido dois anos depois na Rua da América, 77, é um pouco mais curioso, pois

I.5. Quanto à ocupação

Com relação à profissão, destaco o alto índice de episódios nos quais ela não é mencionada. Essa recorrência pode estar ligada ao fato de que, diante dos juízes, era necessário que os indivíduos processados, principalmente por vadiagem, fossem “comprovadamente” vadios, sob pena de invalidação do processo. A tabela abaixo apresenta os números relativos à ocupação das mulheres processada na 8ª Pretoria:

Processos Criminais (1900-1905) – Conceições / Ocupação

Ocupação	Quantidade	Porcentagem
cozinheira	52	27,51
lavadeira	24	12,7
serviço doméstico	25	13,22
meretrizes / prostitutas	6	3,17
outras	16	8,47
não mencionada	66	34,92
total	189	100,00

É interessante reforçar que, na leitura do inquérito, a profissão raramente aparece mencionada na qualificação das queixosas ou acusadas. Porém, seguindo a leitura do processo, no depoimento dado perante o juiz, a maior parte delas alega possuir “trabalho honesto”, muitas contando, inclusive, com o testemunho de seus patrões para confirmar suas declarações, como ocorreu no caso de Maria da Conceição, presa por embriaguez, que apresentou a seguinte defesa:

"(...) Maria da Conceição vem pela primeira vez pedir-lhe o seu perdão V. Excia. na qualidade de um juiz togado e (...) com o documento junto que tem emprego e residência e nunca foi presa e nem tenho o vício de me embriagar como se vê no documento (...) meu patrão como sua empregada de anos”.

Segue anexada ao processo, a seguinte carta, escrita por seu patrão:

uma das testemunhas, além de assegurar diante do juiz que não havia visto nada, disse lamentar a prisão do *encarregado* da casa de cômodos, aparentemente temendo qualquer tipo de represália por parte deste.

“Eu abaixo assinado atesto que a senhora Maria da Conceição é minha cozinheira a mais de oito anos sito a Rua Senador Euzébio, 230A. Por ser verdade juro, se possível for, que a sua conduta durante os oito anos que é minha empregada sempre fiel e não tendo o vício de se embriagar por este motivo assino para fazer uso do que lhe convier”.

Maria da Conceição foi tida como vagabunda, ébria e desordeira de acordo com condutor responsável pela prisão e com o depoimento das testemunhas e, apesar de apresentar sua defesa amparada pela declaração assinada por seu patrão, a ré foi condenada a vinte dois dias e meio de prisão, pena dada aos condenados pelo crime de vadiagem (artigo 399).⁵⁰ É possível que o endereço com a letra A provavelmente indicasse cortiço, ou estabelecimento comercial anexo a cortiço, desse modo, o testemunho do patrão seria pouco confiável para policiais e juizes.

Para o caso específico dos processos de vadiagem, não pareciam raras as ocasiões nas quais a simples menção dos patrões fosse acionada perante o juiz ou o delegado como forma de defesa, o que não é de se estranhar em uma situação na qual a prova da existência de um emprego fixo representava a liberdade⁵¹. É interessante perceber situações nas quais, mesmo quando a intervenção dos patrões aparece dentro do prazo dado para a defesa, isso não é suficiente para que as envolvidas se livrem do desenrolar do processo. Certamente, juizes e delegados tinham consciência dessa prática, exprimindo um jogo bastante sutil entre aquilo que os agentes da lei queiram imputar às mulheres e o modo como elas negociam e reinterpretam esses valores. Por outro lado, condenar essas mulheres mesmo quando se afirmam sob a proteção de seus patrões, contribuía para lançar a suspeição sobre todas as mulheres detidas. Essa disputa entre homens e mulheres no âmbito policial, contribuía para tornar o jogo entre eles mais equilibrado, na medida em que ambos tinham consciência dos artifícios que deveriam manipular em determinada situação. Dessa forma,

⁵⁰ No caso de Maria Victoria das Doreas, presa como vagabunda e desordeira em companhia de Cândida Maria da Conceição, a situação se repete, no entanto, com um desfecho um pouco diferente, pois a ré tem seu processo anulado devido à constatação de irregularidades nos depoimentos das testemunhas. Ver: AN-OR3972/1905 – 8ª Pretoria/RJ.

⁵¹ Vale relembra o fato de que a infração ao artigo 399 previa pena aos indivíduos que não possuíssem meio de subsistência e domicílio certo. Mais adiante transcrevo e discuto um pouco mais esse artigo.

há casos nos quais o testemunho dos patrões não é suficiente para absolver as envolvidas ou anular o processo.

Um outro aspecto dessa discussão é a questão do meretrício. Apesar de não ser possível comprovar se as mulheres presas como vadias eram, em sua maioria, meretrizes de profissão, alguns casos nos permitem especular sobre as formas como profissões tidas como desonestas podiam determinar a perseguição dos indivíduos.

Casos como o da prisão conjunta de oito mulheres na rua General Pedra, às cinco horas da manhã, são excelentes exemplos de como a menção ou não da profissão era utilizada por ambos, homens da lei e acusadas, nas mais diversas situações. Entre as detidas no episódio citado estavam: Rosalina Augusta Gomes, 33, solteira, natural de Pernambuco; Cecília Maria da Conceição, 23, solteira, do mesmo estado; Margarida Archangea de Souza Rodrigues, 35, viúva, natural do Rio de Janeiro; Maria Justiniana da Conceição, 21, solteira, natural da Bahia; Maria Rosa Ferreira, 42, viúva, natural de Minas Gerais; Eliza Terfe Marfa, 42, casada, natural de Berlim na Alemanha; Maria Augusta da Conceição, 40, solteira, também natural da Bahia e, finalmente, Romana da Silva, 49, solteira, natural do Rio de Janeiro. Em momento algum o processo nos permite afirmar serem elas meretrizes: pelo contrário, todas afirmam ter profissões domésticas, como lavadeira e cozinheira.

De fato, revelar-se meretriz, apesar de não ser crime⁵², não devia facilitar muito a situação das mulheres presas nas ruas da cidade em um período no qual são insistentemente perseguidas pela polícia. Todavia, à exceção de Maria Rosa Ferreira, condenada a dois anos de prisão por reincidência, todas as demais foram condenadas a vinte e dois dias e meio de prisão por vadiagem⁵³. Essa parecia ser a forma encontrada pela polícia do período para controlar ou ao menos neutralizar as atividades das prostitutas.

Sandra Graham chama atenção para a confusão estabelecida entre domésticas e prostitutas que se declaravam criadas, ou ainda, exerciam as duas profissões como forma de complementar sua renda familiar.⁵⁴ Margareth Rago destaca que essa confusão costumava ser justificada através de estudos apoiados pela polícia:

⁵² Ver Pereira, Cristiana Schettini, “**Que tenhas teu corpo**” (...), op. cit.; Garzoni, Leriche de Castro, *Raparigas (...)*, op. cit.

⁵³ AN-OR3787/1904-8ª Pretoria/RJ.

⁵⁴ Graham, Sandra L. **Proteção e obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 60

*“Através de estatísticas realizadas com o apoio da polícia, estes estudos procuram mostrar que a grande maioria das prostitutas provém das camadas mais pobres da população, especialmente as ‘não-casadas das classes proletárias (...), que exerciam anteriormente atividades de floristas, costureiras, operárias, domésticas, artistas de teatro, entre outras.”*⁵⁵

No capítulo final desse trabalho veremos que para o caso das mulheres pobres negras esses estereótipos causam ainda mais equívocos, pois, estas eram acusadas de carregar em seus corpos indícios capazes de comprovar sua desonestidade.⁵⁶ Em outro processo de vadiagem, uma possível perseguição em relação à prostituição parece mais evidente. Nele, Áurea de Salles Campos, 33 anos, natural de Pernambuco; Pedrina Maria da Conceição, 22, natural de Sergipe e, Maria da Conceição, 21, também natural de Sergipe, aparecem como meretrizes declaradas em seus depoimentos. As três afirmam, ainda, serem vítimas de perseguição policial, pois conhecem o inspetor Arthur Rodrigues, responsável por sua prisão. Detidas às duas horas da tarde na rua Marechal Floriano Peixoto, foram acusadas pelo condutor e pelas testemunhas de “ébricas e desordeiras habituais, baixas meretrizes, [presas] enquanto proferiam obscenidades ofendendo a moral e os bons costumes, tendo agredido um velho aleijado do qual escarneciam com palavras injuriosas”. Áurea, por sua vez, afirmou que nenhuma delas agrediu o tal velho, e que a responsável pelo ato teria fugido⁵⁷.

De acordo com o advogado de defesa de Pedrina e Maria da Conceição:

“(…) A falta de prova neste processo contra as acusadas é absoluta. Depõem no auto de flagrante três testemunhas que sobre o fato delituoso não satisfazem com suas declarações a exigência legal.

Dizem elas, primeira testemunha Inspetor Seccional Arthur Rodrigues da Silva, que às duas horas da tarde mais ou menos, passava pela Rua Marechal Floriano Peixoto quando viu as acusadas embriagadas proferindo obscenidades, ofendendo a

⁵⁵ Rago, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinas. Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 87. Ver, especialmente capítulo II; “A colonização da mulher”. Nas ocorrências policiais observa-se que a maior parte das envolvidas exercem essas profissões mencionadas.

⁵⁶ Esteves, op. cit., p. 64.

⁵⁷ AN-OR2427/1902 – 8ª Pretoria/RJ.

moral e bons costumes tendo ofendido a um velho aleijado; e aí as prendeu e conduziu à Delegacia; as outras duas testemunhas, também inspetores seccionais, confirmam a mesma coisa, com o acréscimo de as conhecer como ébrias e desordeiras, e vagabundas conhecidas.

(...) é fácil verificar que nenhuma dessas testemunhas diz qual a ofensa produzida no velho aleijado, nem tão pouco se acha junto aos autos seu depoimento, ou corpo de delito que prove tal ofensa.

É também para notar que as acusadas produzindo um alarido tamanho, chamando a atenção do público, não aparecesse uma só pessoa do povo que por aí transitasse e não se prestasse a ser testemunha deste fato tão escandaloso, a não ser as três testemunhas que compõem o presente flagrante, que são todos inspetores seccionais pertencentes a mesma Delegacia; que não só referem-se ao fato com também acrescentam de as conhecerem como acima já alegaram o que muito admira, pois não são [moradores] em sua circunscrição e sim em outra (...).”.

Note-se a estratégia do advogado de defesa o qual, em momento algum, apresenta qualquer evidência do não envolvimento das detidas no episódio. Ele nem ao menos tenta acionar o fato de possuírem algum tipo de profissão - mesmo sendo esta o meretrício – desqualificando-as como vadias. Seu artifício é negociar com as supostas, mas amplamente conhecidas, arbitrariedades da ação policial.⁵⁸ Os agentes da lei, por seu turno, utilizam a recorrente estratégia de deter indivíduos tendo por testemunhas apenas seus colegas de profissão a confirmarem seus depoimentos. Se as acusadas tivessem, de fato, agredido o tal velho, então deveriam ter sido processadas não apenas como vadias, mas, também, como agressoras. O advogado de defesa parece saber exatamente como utilizar essa falha deixada pela polícia para atingir seu objetivo. Um outro aspecto para o qual é necessário atentar é o

⁵⁸ Dentre os autores que tratam da relação entre a polícia e a população, conferir: Bretas, Marcos Luiz. **A guerra nas ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997; e do mesmo autor: **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997; Pereira, Cristiana Schettini. “**Que tenhas (...)**”, op. cit.; Garzoni, Lericce de Castro. *Raparigas e Meganhas (...)*, op. cit.

fato da profissão, apesar de não ter sido utilizada como estratégia da defesa, ter sido mencionada pelas testemunhas como mais um agravante para a situação das envolvidas. Fica bastante evidente que, apesar de não ser considerado crime, o meretrício como profissão era, sem dúvida um complicador para as mulheres detidas como vadias.

As duas rés solicitam ainda apresentar defesa através de duas testemunhas que possam comprovar que tenham profissão e domicílio certo. São elas, Ernestina Coelho da Fonseca, 21 anos, solteira, costureira, moradora à rua de São Jorge, número 8 e, Maria Arruda, 23, casada, também costureira, residente à rua Luiz de Camões, 13. A primeira disse:

“(…) que mora em companhia de Pedrina Maria da Conceição há mais de um ano pagando um cômodo de cinquenta mil réis; que durante o tempo em que mora em sua companhia nunca foi presa e sendo esta a primeira vez que lha consta ter sido presa; é mulher de bons costumes e muito ordeira. E quanto a Maria da Conceição é sua vizinha, morando à Rua Luiz de Camões nº 13 e também pode afiançar que paga um cômodo e trabalha em costura para uma loja de alfaiate sendo seu procedimento bom (…)”.

A segunda testemunha de defesa, Maria Arruda, confirma o depoimento de Ernestina em relação a Pedrita e afirma o mesmo sobre a profissão, o bom comportamento e o endereço de Maria da Conceição, sua companheira no aluguel do referido cômodo. Como observa-se, o depoimento das testemunhas de defesa contraria todo o processo. Na fala do advogado, este, em momento algum faz menção a qualquer tipo de profissão exercida pelas rés. Maria e Ernestina, por sua vez, apresentam outras declarações de onde se concluiria serem as acusadas mulheres honestas e trabalhadoras. Pedrina e Maria da Conceição tiveram as acusações contra elas julgadas improcedentes e foram absolvidas. Áurea de Sales Campos, sobre a qual não consta nada além do inquérito policial, foi condenada da quarenta e cinco dias de prisão, pelas penas combinadas dos artigos 396 e 399 (embriaguez e vadiagem respectivamente).

Mais uma vez fica a dúvida sobre quem de fato estaria dizendo a verdade nesse caso. A perseguição dos policiais em relação às acusadas fica bastante evidente. Porém, tomarmos como verdadeiras, sem qualquer questionamento, as declarações das

testemunhas de defesa, significaria desprezar a capacidade dos sujeitos envolvidos de mobilizar suas redes de relações – nesse caso, provavelmente com outras meretrizes. A mentira nesse tipo de depoimento era bastante comum, assim como, mobilizar companheiros para confirmar suas histórias como uma solidária troca de favores. No caso de Pedrina e Maria da Conceição, o depoimento de suas defensoras nem ao menos encontra respaldo em suas próprias falas, ou na defesa apresentada por seu advogado, o que reforça a hipótese da mentira. Aqui, o conflito entre o aparato policial e os sujeitos perseguidos fica bastante latente, sendo possível perceber que um mesmo artifício poderia ser utilizado por ambos os lados para atingir seus objetivos. A saber: a utilização da profissão como qualificadora ou desqualificadora dos sujeitos detidos como vadios.

I.6. Quanto à idade

A análise dos processos demonstra um predomínio de mulheres com idade entre 15 e 25 anos. A observância dos dados referentes à faixa etária das mulheres que constam dos registros das ocorrências policiais para o ano de 1905, também reitera essa mesma predominância. Nos cadastros nominais, as mulheres nessa faixa etária e cuja alcunha Conceição aparece atrelada ao nome perfazem um total de pouco mais de 37% das envolvidas, seguidas por 21% de mulheres entre os 26 e 36 anos. A tabela a seguir apresenta com mais detalhes a proporção etária das mulheres julgadas na 8ª Pretoria com destaque para mulheres com idades entre 15 e 36 anos:

Processos Criminais (1900-1905) – Conceições / Idade

Faixa etária	Quantidade	Porcentagem
15-25	86	45,5
26-36	56	29,63
37-47	30	15,87
acima de 47 anos	6	3,17
idade não mencionada	11	5,82
Total	189	100,00

Se retomarmos os dados da tabela referente ao estado civil, observamos a preponderância do número de solteiras entre as mulheres pesquisadas – informação reforçada pela observância dos dados do censo de 1906. Assim, um fator a ser considerado

na discussão sobre a juventude da maior parte dessas mulheres é a possível inexistência de maridos ou companheiros para os quais deveriam dar satisfações de seus paradeiros e atos. Essa ausência, certamente, proporcionava-lhes mais liberdade de ação e mobilidade e, conseqüentemente, uma maior exposição, ao contrário de mulheres com idades mais avançadas e situações familiares mais complexas. Além disso, a ausência de alguém capaz de auxiliar em sua manutenção forçava-as a buscar o mais cedo possível formas de prover seu sustento. Porém, como veremos mais adiante, a presença de companheiros nem sempre significava o cerceamento da liberdade das mulheres das camadas populares. Algumas delas deixam bastante evidentes as dimensões de sua liberdade mesmo ao lado de maridos e amantes.

Casos como o da acusada Ouvídia Maria da Conceição, de apenas 16 anos, de cor preta, solteira, filha de Seraphim Coelho e Filismina da Conceição, brasileira, natural de Ouro Preto Minas Gerais, lavadeira e moradora da rua da Prainha, número 1, presa no Morro da Favela às nove horas da manhã do dia 11 de junho de 1905, como “vagabunda conhecida sem profissão e sem domicílio certo”, serve de mote para uma discussão em torno dessa perspectiva. A abundância de detalhes sobre a ré deve-se a existência de sua ficha de identificação anexada aos autos do processo. Nos poucos casos em que isso ocorre é possível extrair uma série de informações relevantes para a análise. Vale dizer que a jovem infratora teve seu primeiro registro na Detenção, em vinte e sete de agosto de 1904, quando tinha ainda quinze anos, como consta em sua ficha. Seguem-se mais quatro entradas posteriores, todas elas por contravenção ao artigo 399. Além do nome com que foi registrada pela primeira vez – Ouvídia Maria da Conceição – a ré também utilizou os nomes Ouvídia Maria, Ouvídia Maria Francisca da Conceição e, nas duas últimas vezes anteriores ao processo ao qual me refiro, Claudemira de Souza ou Claudemira da Silva.⁵⁹ Ouvídia teve o processo anulado, não apenas pela confusão de nomes, mas também pela de datas, pois, de acordo com a defesa apresentada por seu curador, a ré havia sido absolvida - por ter arranjado emprego e domicílio - apenas quatro dias antes de sua prisão.

Mesmo devido à predominância de detalhes sobre Ouvídia, infelizmente, processos dessa natureza não fornecem dados suficientes para permitir especulações sobre os motivos

⁵⁹ AN-OR3911/1905 – 8ª Pretoria/RJ; ver também, da mesma ré: AN-OR3580/1904 – 8ª Pretoria/RJ e AN-OR3603/1904 – 8ª Pretoria/RJ.

capazes de lançar alguém tão jovem a tantos episódios policiais de vadiagem. Também não é possível dimensionar o quanto sua presença nas ruas da cidade estava ou não relacionada ao seu ofício de lavadeira. O fato é que Ouvídia, aparentemente, não possuía um companheiro com o qual dividisse seu sustento, pois é declarada como solteira. A anulação do caso por ter a ré, anteriormente, adquirido emprego e domicílio, torna suspeito o fato desta também não viver como seus pais, cuja existência é mencionada em sua ficha de identificação.

A menor Alice Maria da Conceição, que declarou ter vinte e um anos, filha de pais incógnitos, solteira, natural de São Luiz, no Maranhão, foi presa apenas três dias antes da acusada Ouvídia citada no processo anterior. A prisão ocorreu na rua General Pedra, às onze horas da noite. Pesava sobre a jovem ré 17 entradas anteriores na Casa de Detenção, a última delas, à qual se refere esse processo, com o nome de Floriza Guilherme de Bessa. Com intuito de evitar a punição de detenção na Colônia Correccional de Dois Rios até completar a idade de vinte e um anos, Alice mentiu sobre sua idade. Entretanto, ao ser questionada sobre a data de seu nascimento afirmou, ter nascido no dia treze de maio de 1888, dia da abolição, tendo, então, 17 anos. Desse modo, foi nomeado seu curador Arthur Godinho, cuja apresentação da defesa contribuiu para a anulação do processo e a ré foi posta em liberdade. Convém mencionar: a primeira entrada de Alice na Detenção ocorreu em vinte e três de março de 1903, quando tinha apenas 15 anos de idade.⁶⁰

Novamente fica evidente aqui a “desproteção” dessas jovens. É óbvio não podermos enquadrá-las como simples vítimas de sua condição. Todavia, chama atenção o fato de uma jovem, natural do estado do Maranhão, encontrar-se tão longe de sua terra natal sem ter ninguém capaz de zelar por sua segurança. Por outro lado, faz-se necessário considerar que a mentira em relação à sua idade não fosse a única contada por Alice. Colocar-se como vítima, pode ter sido sua estratégia para livrar-se da polícia. Dessa forma, negar a existência de sua família – ou simplesmente ignorá-la propositalmente – contribuiria para justificar seu desamparo e necessidade de proteção.

⁶⁰ AN-OR4050/1905 – 8ª Pretoria/RJ. Ver também: AN-OR4162/1905 – 8ª Pretoria/RJ, no qual é ré Elcídia Maria da Conceição, de 22 anos, com 16 entradas anteriores na Casa de Detenção, em oito delas usando nomes diferentes.

Marcos Bretas ressalta a relação dúbia de proteção/repressão da polícia com as mulheres e a importância do código penal de 1890, o qual criou leis aumentando a repressão em relação às mulheres do início do século XX⁶¹. Segundo Bretas as mulheres frequentemente encontradas nos registros policiais podiam ser apresentadas tanto como transgressoras da ordem, sofrendo o controle daqueles que não as desejavam nas ruas, como na condição de vítimas exibindo marcas ou simplesmente queixando-se das agressões e violências cotidianas. O autor também não perde de vista as mulheres que aparecem no universo policial, não como infratoras ou vítimas, mas pura e simplesmente, por serem parte de um mundo considerado criminal por “natureza”.

É possível que a preponderância de mulheres jovens esteja relacionada ao fato de serem elas as mais expostas às situações cotidianas cujo cenário principal eram as ruas. A busca por emprego, as atividades informais efetuadas nos espaços públicos, o ir e vir das casas dos patrões, ou mesmo a prostituição proporcionava a elas uma maior liberdade de circulação e, como consequência, uma maior vigilância e perseguição.

I.7. Local de moradia

Moradores de uma região da cidade do Rio de Janeiro na qual localizavam-se espaços que atendiam a interesses variados, os habitantes da região da 8ª Pretoria, foram empurrados lentamente para longe da região central através das reformas urbanas, principalmente, as de início do século XX.⁶² Suas moradias, já precárias, foram destruídas para a construção de obras com pouco ou nenhum sentido para suas vidas. Esse empurrão foi também uma forma de neutralizar uma população, em sua maioria, egressa da escravidão, composta de negros sem espaço no mercado de trabalho por serem considerados inferiores, e por imigrantes pobres, atirados às margens ao lado dessa já numerosa população de espoliados.

Fundada em 1814, a freguesia de Santana concentrava camadas da população de baixa renda distribuídas pelos 291 cortiços situados ao redor da referida praça da

⁶¹ Bretas, Marcos Luiz. **Ordem na cidade (...)**, op. cit. Ver especialmente capítulo IV: “A polícia e as mulheres”, pp. 173-204.

⁶² Para um panorama da Região no ano de 1905, cf.: <http://unicamp.br/cecult/mapastematicos/index.html>

República⁶³. A região abrangida pela 8ª Pretoria, de onde são provenientes os processos analisados, abarca uma área bem maior, composta, também, pelas freguesias de Santo Cristo, Gamboa, Saúde e Santa Rita, todas elas com grande concentração de trabalhadores de baixa renda, especialmente, homens ligados às atividades portuárias. Foram essas regiões as que mais sofreram com as grandes epidemias que assolaram a cidade durante o século XIX e início do século XX. Além das péssimas condições de higiene características das moradias da região, a proximidade com o porto tornava o local uma espécie de porta de entrada para doenças trazidas por imigrantes vindos de uma Europa assolada pela peste bubônica. Por outro lado, foi também no local que se localizou o maior foco de resistência da população da cidade com relação à obrigatoriedade da vacinação contra a varíola no ano de 1904, no famoso episódio da Revolta da Vacina.⁶⁴

Os bairros que compõem a zona portuária foram ocupados no início do século XVII, no entanto a urbanização só ocorreria ao longo do século XIX. Durante todo o século XVIII, a região teria sido povoada por pequenas chácaras com produção para subsistência. Sua importância só tornar-se-ia de fato crescente a partir do movimento causado pela mineração, quando a região passa a abrigar trapiches construídos nas encostas dotadas de bons ancoradouros marcantes na paisagem da região.⁶⁵ Com a vinda da família real em 1808 e a abertura dos portos ao comércio com as nações amigas, o movimento no porto se intensificou sendo acrescido, em meados do século, pelo crescimento da produção e exportação do café consolidada após a construção da Estrada de Ferro de D. Pedro II. Renomeada, posteriormente, Estrada de Ferro Central do Brasil, ocupa até os dias atuais uma posição bastante importante na região por tratar-se de um ponto de dispersão de trabalhadores vindos dos subúrbios cariocas para o trabalho nas regiões centrais da cidade.

⁶³ Informação referente ao ano de 1895, Damazio, Sylvia F. **Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996, p. 79, apud.

⁶⁴ Com especial destaque para os bairros Saúde e Sacramento. Ver: Carvalho, José Murilo de. **Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; Benchimol, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992; Pereira, Leonardo Afonso de Miranda. **As barricadas da saúde. Vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira da República**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002; Chalhoub, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁶⁵ Cardoso, Elizabeth Dezouart; Vaz, Lílian Fessler; Albernaz, Maria Paula; Aizen, Mario; Pechman, Roberto Moses (colaboradores). **História dos Bairros: Saúde, Gamboa e Santo Cristo**. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia: Editora Indez, 1987, p. 27.

Situada em um dos lados da Praça da República, a Central do Brasil contribuiu, e ainda contribui, para tornar o local palco para acontecimentos da vida urbana da população de baixa renda.

Se anos depois essa mesma região recebeu o ambíguo título de Pequena África, por ser considerada o berço de uma cultura africana reinventada no Rio de Janeiro pelos negros moradores do local, no período referente a essa análise o paralelo se aproxima bem mais da situação de pobreza que sempre assolou aquele continente.⁶⁶ Assim, contar seu passado através das histórias de vida de seus moradores e freqüentadores esporádicos ou permanentes contribui para compreender de onde e como surgiram as lendas e verdades sobre os tipos da Pequena África: a baiana do tabuleiro, a mulata do carnaval, o sambista malandro e as mães de santo. Para o caso das discussões a seguir, conhecer um pouco dessa história serve para compreender os sentidos da presença feminina das camadas pobres da população no local. Na tabela a seguir é possível observar a proveniência dos infratores julgados na 8ª Pretoria. A partir desses dados constata-se a forte perseguição sofrida por indivíduos moradores do Morro da Favela. Esses números trazem para a discussão o fato da pobreza do local e dos sujeitos que por lá viviam, constituir uma pré-condição para que fossem considerados passíveis de suspeição.

Processos Criminais - Endereço dos Infratores		
Ruas ⁶⁷	Quantidade	Porcentagem
Morro da Favela/ Providência	42	19,09
Rua General Pedra/ Rua São Diogo	23	10,45
Rua General Caldwell / Rua Formosa	13	5,9
Rua da América	12	5,45
Rua Senador Euzébio	11	5
Rua Barão de São Félix	9	4,09
Rua Senador Pompeu	8	3,63
Outras	102	46,36
Total	220	100,00
*Não levando em consideração os endereços cujo logradouro não foi mencionado ou foi dado como inexistente (101)		

⁶⁶ Para uma crítica a essa visão idílica sobre a Pequena África, conf.: Gomes, Tiago de Melo. “Para além da Casa da Tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930”, IN Afro-Ásia nº 29-30 (2003), pp. 175-198.

⁶⁷ Vale mencionar que as ruas da América e Barão de São Félix circundavam o Morro da Favela, reforçando a idéias sobre a perseguição aos moradores dessa área.

Expulsa do centro devido às reformas urbanas, a população que não foi absorvida pelas habitações coletivas remanescentes, subiu os morros da cidade, construindo suas precárias habitações em terrenos baratos e de difícil acesso. Em um primeiro momento, destaca-se o Morro da Providência, mais conhecido durante os primeiros anos de ocupação como Morro da Favela.

Por volta de 1897, o local teria sido uma alternativa de moradia aos soldados das batalhas de Canudos, cuja promessa de obterem habitação em seu retorno jamais teria sido cumprida. Como opção, esses militares ocuparam o morro, dando a ele o nome de Favela, devido à semelhança com o local onde se alojaram durante as batalhas, no qual crescia em abundância uma planta em forma de favas, e que por sua vez, tinha o nome faveleira.⁶⁸ Existem, porém indícios da existência de moradias populares no local desde 1893, habitadas por moradores remanescentes do famoso Cabeça de Porco. Em 1901 teria sido concluída a obra do oratório, até hoje no cume do morro, onde foi inserida uma imagem do santo da devoção de Antônio Conselheiro, trazido da Bahia pelas esposas dos soldados. Com o agravamento da crise de moradia causada pelo bota-abaixo aumenta de maneira considerável a população do local. Em um relatório do ano de 1906, referente à discussão sobre habitações populares, sobre o morro lê-se:

“O morro da Favela é íngreme e escarpado. Suas encostas e ribanceiras margeiam-se, porém, de pequenos casebres sem higiene, sem luz, sem nada. Para ali vão os mais pobres, os mais necessitados, aqueles que pagando alguns palmos de terreno, adquirem o direito de escavar as encostas dos morros e fincar com quatro mourões os quatro pilares de seu palacete. Ali não moram apenas os desordeiros e os facínoras..., ali moram também operários laboriosos, que a falta ou carestia de cômodos atira para esses lugares altos, onde se goza de uma barateza relativa, e de uma suave viração que sopra continuamente, dulcificando a dureza da habitação.”⁶⁹

⁶⁸ Damazio, op. cit, p. 27, Moura, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983, pp. 39-40 e Cardoso et alli, op.cit, pp. 122-123; Chalhoub, **Cidade (...)**, op. cit., p. 17.

⁶⁹ BACKHEUSER, Everardo. **Habitações Populares. Relatório apresentado ao Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores**. Imprensa Nacional, RJ, 1906. APUD: Cardoso et alli, op. cit, p. 123.

Bem menos idílico em suas considerações sobre o local, o jornalista Francisco Guimarães, o Vagalume, em seu “punhado de crônicas” recupera, já na década de 1930, parte da história do samba carioca através de episódios cotidianos dos principais morros do Rio de Janeiro, segundo ele, lugar “onde nasce o samba”.⁷⁰ Para o jornalista, também entusiasta das melhorias urbanas, o local precisava ser remodelado, pois, já “não [era] possível esconder aquela espécie de aldeamento de indígenas, contradizendo com a beleza da mais linda capital das nações civilizadas de todo o mundo!”⁷¹ A imprensa do início do século fez coro com o cronista na medida em que contribuiu para divulgar a imagem do local como sendo reduto de malandros e palco de contravenções e episódios sangrentos.⁷²

Se o endereço serve para mapear os locais onde viviam os envolvidos nos processos, eles muitas vezes serviam também para confundir a justiça. São inúmeros os casos inconclusos ou os processos julgados à revelia devido ao “sumiço” de todos os envolvidos. Casos nos quais isso ocorria demonstram a mobilidade que marcava o cotidiano das habitações coletivas servindo-nos como um importante indício da fluidez dos indivíduos durante um período em que as oportunidades de emprego e moradia podiam ser apenas passageiras e os laços de amizade e convívio entre vizinhos rompiam-se de uma hora para outra⁷³.

No entanto, isso não parecia significar que eles fossem inexistentes. Tais laços de solidariedade, pela força das circunstâncias e das próprias experiências a que estavam submetidos, entretanto, nem sempre eram permanentes. Esse parece ter sido o caso de Bartolomeu da Conceição, acusado de ferir com um garfo a Galdino Manoel da Silva e sua amásia Edwiges Maria da Conceição, além de um vizinho de nome Jeremias de Carvalho,

⁷⁰ Guimarães, Francisco (Vagalume). **Na Roda do Samba**. Rio de Janeiro: Edição FUNARTE, 1978.

⁷¹ Idem, p. 230.

⁷² Notícias sobre o local costumavam aparecer na imprensa dessa forma: “A faca – no Morro da Favela. O Morro da Favela, já célebre nos anais do crime, por ter sido teatro de horrorosas cenas de sangue, assistiu ontem a mais uma, levada a efeito num momento de exaltação de seu protagonista. Eugênio de tal, praça nº 193 da 4ª Cia do 10º Batalhão de Infantaria do exército, de 20 anos de idade, atraíçooou o seu companheiro Manoel Martins Tavares, corneteiro do mesmo corpo, nº 102 da 2ª Cia, que era amasiado com a mulata Maria Emília. Tavares foi ontem para a casa de sua amásia, naquele morro, quando encontrou o camarada em colóquio amoroso com Maria. Eram 9 e ½ horas da noite. Tavares, enfurecido com o procedimento de seu companheiro de anos, sacou de uma faca e vibrou-lhe profundo golpe nas costas do lado esquerdo, matando-o instantaneamente. Maria Emília, aterrorizada, fugiu. O assassino foi preso e enviado para o quartel general de seu batalhão. A vítima foi enviada para o Necrotério e a polícia da 9ª Circunscrição tomou conhecimento do fato.”, **Correio da Manhã**, 02/10/1904, p. 02.

⁷³ Um exemplo em que as testemunhas “desaparecem” no decorrer do processo: AN-OR2261/1902-8ª Pretoria/RJ, em que Bernardina de Tal é acusada de agredir fisicamente a Francisca Luduvina da Conceição, na estalagem da rua General Pedra, 121.

que veio em auxílio do casal, e de um praça da polícia. O incidente ocorreu na estalagem da Rua Vidal de Negreiros, número 30. Bartolomeu foi preso e logo em seguida foi enviado ao Hospício Nacional dos Alienados onde cometeu suicídio meses depois.⁷⁴ De acordo com o depoimento de Galdino, Bartolomeu era um conhecido seu que passava por dificuldades, por isso não hesitou em oferecer-lhe abrigo em sua casa. Porém, o réu teria se ofendido quando este lhe arranhou um emprego e disse que não mais podia sustentá-lo. Note-se que mesmo habitando um local cujas condições de vida eram notoriamente bastante precárias a solidariedade em um momento de maior dificuldade pareceu ser a prioridade na relação de amizade.

No processo no qual Vicente Ferreira ou Platino Ferreira Pessoa é acusado de agredir Edwiges Maria da Conceição, coincidentemente homônima da Edwiges do processo anterior, nota-se, que, inclusive no Morro da Favela, a alternativa de dividir a moradia com outros indivíduos, mesmo estranhos, era uma opção para ambos, locatário e locador: se o primeiro encontrava uma solução relativamente barata de abrigo, o segundo garantia uma fonte de renda para sua manutenção.⁷⁵ Uma das testemunhas de nome Ursulina Valério da Silva, de 19 anos, solteira, cozinheira, revela em seu depoimento que residia e trabalhava na rua Senador Furtado e, no entanto, na noite da agressão de Edwiges “veio dormir no cômodo que aluga na casa do réu”, quando foi acordada pelos gritos de socorro. Casos como os de Ursulina não deviam ser raros para trabalhadores obrigados a dormir ou permanecer próximos de seus empregos e, ao mesmo tempo, mantinham residências mais “fixas” nas quais pudessem conservar seus objetos pessoais e mesmo suas famílias.

I.8. Local da prisão

Reconstituir o Rio de Janeiro do início do século, esquadrihar o que João do Rio chamava a *alma encantadora de suas ruas*,⁷⁶ representa, ao meu ver, mais uma forma de localizar os sujeitos envolvidos nas tramas do cotidiano. Para o cronista:

⁷⁴ AN-OR1795/1901-8ª Pretoria/RJ, em que é réu Bartolomeu da Conceição.

⁷⁵ AN-OR3426/1904 – 8ª Pretoria/RJ.

⁷⁶ João do Rio. **A encantadora alma das ruas**. Raul Antelo (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

“(…) a rua é um fator de vida das cidades, a rua tem alma!. Em Benarés ou em Amsterdão, em Londres ou em Buenos Aires, sob os céus mais diversos, nos mais variados climas, a rua é a agasalhadora da miséria. Os desgraçados não se sentem de todo sem o auxílio dos deuses enquanto diante dos seus olhos uma rua abre para outra rua. A rua é o aplauso dos medíocres, dos infelizes, dos miseráveis da arte. (...) A rua é generosa. O crime, o delírio, a miséria não os denuncia ela. A rua é a transformadora das línguas.”⁷⁷

Desviar o olhar para esses espaços proporciona o surgimento de novos sujeitos de análise, ou ainda, uma outra ótica através da qual observá-los. Em um momento no qual as dimensões da honra feminina inflamavam os debates jurídicos sobre os crimes de sedução e defloração, certamente as mulheres tidas como “honestas”, jamais deveriam ser vistas pelas ruas em horários tão adiantados.⁷⁸ É óbvio que não se pode considerar “desonestas” todas as mulheres envolvidas no cotidiano policial, especialmente, porque os significados de honestidade certamente eram outros, em um universo no qual a presença da mulher na rua podia significar o sustento de sua família, ou a complementação da renda de um casal.

São as ruas o principal universo de vigilância e intervenção por parte dos policiais. É também nelas onde boa parte da população de baixa renda garante seu sustento através de atividades informais.⁷⁹ Merecem destaque as ruas General Pedra, Senador Euzébio e Doutor João Ricardo, campeãs na concentração de “vadias e desordeiras” perseguidas pela polícia na região da 8ª Pretoria.

⁷⁷ Idem, p. 47.

⁷⁸ Sobre a presença de mulheres pobres nas ruas ver: Graham, Sandra L. **Proteção e obediência (...)**, op. cit. Também dentro dessa discussão, porém, com ênfase na questão da honra feminina ver: Esteves, Martha Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; e Caulfield, Sueann. **Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

⁷⁹ No capítulo II discuto mais atentamente os significados da presença feminina nas ruas da 8ª Pretoria.

Tabela 3 - Ruas em que aconteceram as ocorrências que culminaram em processos*		
Ruas ⁸⁰	Quantidade	Porcentagem
Rua General Pedra / Rua de São Diogo	39	26
Rua Senador Euzébio	14	9,3
Morro da Favela	13	8,6
Rua Doutor João Ricardo	12	8
Rua da América	11	7,3
Praça da República	10	6,7
Rua Senador Pompeu	8	5,5
Rua Barão de São Félix	7	4,6
Outras	36	24
Total	150	100,00
*Não levando em consideração os crimes cujo logradouro não foi mencionado (11)		

A prática bastante recorrente no período de prender vários indivíduos e, posteriormente, abrir contra eles um único processo, apesar de significar em alguns momentos, mais um artifício da polícia, por outro lado, leva a outras possíveis conclusões. No caso do alto índice de repressão à vadiagem na rua General Pedra, a prisão conjunta de oito mulheres às cinco horas da manhã no referido local faz pensar o quanto essa rua talvez fosse um local com grande concentração de meretrizes pobres, com idades e nacionalidades variadas. É conveniente destacar que, somente através dos processos, foram identificados nessa rua 23 habitações coletivas e 3 botequins.⁸¹ Certamente o local possuía outros estabelecimentos comerciais que atraíam os trabalhadores e moradores da região, além de tornarem o local bastante favorável para o meretrício devido ao número de habitações nas quais cômodos podiam ser alugados por algumas horas.

I.9. Quanto à cor

Nos processos a designação de cor aparece em duas ocasiões específicas: nos exames de corpo de delito, em casos de agressão ou de defloração e nos casos de vadiagem no qual da ficha de identificação das acusadas aparece anexada aos autos. No

⁸⁰ É importante mencionar que essa contagem refere-se ao total de processos, sem a discriminação dos tipos de delitos.

⁸¹ Esses locais foram mapeados através do campo *logradouro*, contido nos bancos de dados Ocorrências Policiais e Processos Criminais. Sua localização representa um esforço coletivo de pesquisa proporcionado pelo trabalho desenvolvido no Projeto Temático Santana e Bexiga. No entanto, trata-se de um resultado parcial e já se encontra desatualizado.

total, a cor foi mencionada 41 vezes entre os 877 cadastros nominais, ou seja, em apenas aproximadamente, 4,7% dos cadastros. Dentre estes, 17 eram casos de agressão, 16 de vadiagem e 2 eram de crimes de sedução e defloração. Quase 15% eram referentes a homens e, pouco mais de 85% eram mulheres, sendo: 6 identificadas como brancas (17%), 14 como pardas (40%) e 15 como pretas (43%). Destas 60% eram réis (14% brancas, 43% pardas e 43% pretas).

Como afirmado anteriormente⁸², a determinação da cor das mulheres envolvidas nos processos pesquisados constituiu o nó central a ser desatado no desenrolar desse trabalho. O quase completo silêncio sobre esse critério nas fontes levou-me ao questionamento sobre o processo de “branqueamento” da população brasileira, aqui efetuado através da omissão dos dados sobre a cor dos envolvidos nos processos. Se, como veremos mais adiante, o projeto de “branqueamento” ocorreu em escala macro através do processo de miscigenação que teve a mulata como símbolo máximo, nas Pretorias da cidade esse processo parece ocorrer através da maquiagem dos dados oficiais. Não mencionar a cor dos indivíduos parecia concordar com a mesma perspectiva apresentada no censo de 1906, onde esse critério é omitido na contagem da população da cidade. Assim, se os negros “não existem” oficialmente, não podiam ser considerados uma ameaça aos cidadãos tidos como honestos e civilizados, estes sim desejados pela recém proclamada república. A esse debate somava-se a discussão sobre a imigração e sua contribuição para o branqueamento da população mestiça, buscando, para tanto, respaldo nas teorias do racismo científico em voga no período e encontrando no Brasil campo fértil entre intelectuais e cientistas que colaboraram para a difusão dessas idéias.⁸³

⁸² Para essa discussão sobre as implicações das designações de cor no Brasil, utilizei os seguintes trabalhos: Fry, Peter, “O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a ‘política racial’ no Brasil”. IN: *Revista USP*: São Paulo (28): pp. 122-135, dez-fev 95/96; Andrews, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998, pp. 379-392. Conferir a introdução desse trabalho.

⁸³ Seyferth, Giralda. “Construindo a nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”. IN: Maio, Marcos Chor (org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, pp.41-58; Lilia Schwarcz aponta para a difusão das idéias do racismo científico no país divulgadas a partir dos grandes centros acadêmicos e outras instituições. IN: Schwarcz, Lilia, **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; Dentro do debate sobre os intelectuais do período: Ventura, Roberto. **Estilo tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Matos, Claudia N. de. **A poesia popular na república das letras: Silvio Romero folclorista**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: FUNART, 1994; do próprio autor: Romero, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Garnier, 1888. Sobre as diferenciações que deveriam existir no código penal brasileiro com relação às punições para as “diferentes raças”: Rodrigues, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Bahia: Imprensa

Nos poucos casos nos quais a cor é mencionada nos processos ela parece ter dois significados. Em certos momentos, ela é necessária, pois serve como forma de identificar as mulheres detidas, mais uma marca a ser observada nos casos de reincidência. Foi esse o caso de dois processos de vadiagem nos quais as acusadas foram identificadas através do exame de corpo de delito, uma como “parda clara” e outra como “parda escura”. No primeiro, Firmina Maria da Conceição ou Clementina Maria das Dores, 28 anos, solteira, natural do Rio de Janeiro foi presa às dez horas da manhã na Rua Senador Pompeu. Por tratar-se de um caso de suspeita de reincidência, foi solicitado ao Gabinete de Identificação e Estatística que enviasse a ficha da acusada, na qual lê-se sobre suas cinco entradas anteriores na detenção. A primeira delas com o nome de Firmina Maria Francisca, de pais incógnitos e de cor parda escura.⁸⁴

No segundo caso, Ana Alves de Jesus ou Ana Maria da Conceição, 23 anos, lavadeira, natural de Diamantina, Minas Gerais, foi presa às dez horas da noite na rua da América como ébria e vagabunda. De acordo com suas declarações e provas que apresenta, Ana, em cujo recibo de aluguel consta residir no Morro da Favela, número dezoito, afirmou ter ido tratar-se de doença na casa de alugar cômodos onde residia sua comadre, no endereço onde foi presa (rua da América, 42). Após uma confusão no local, teria sido convocada a depor, e como não compareceu, foi levada a força para a delegacia e processada como vadia. Ana também apresenta atestado médico confirmando sua doença. Porém, nos autos do processo aparece anexada a ficha de identificação da ré, cuja primeira e única entrada anterior data de seis de abril de 1905, por agressão. Além das informações de praxe, irrelevantes aqui, constava ser a acusada de cor parda clara, e possuir uma tatuagem no antebraço posterior no qual lê-se o nome “Malachias” escrito sobre alguns símbolos sem significado compreensível.⁸⁵

A menção da cor tanto no caso de Firmina, quanto no de Ana, parece atrelada pura e simplesmente a mais uma forma de identificá-las caso retornassem às delegacias da cidade. A cor de suas peles, mais clara ou mais escura, constitui mais um sinal inerente à sua condição de mulheres pobres e “vagabundas conhecidas”. É quase como afirmar serem

Econômica, 1894; Correa, Mariza. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista, SP: EDUSF: IFAN, 1998.

⁸⁴ AN-OR3563/1904 – 8ª Pretoria/RJ.

⁸⁵ AN-OR4311/1905 – 8ª Pretoria/RJ. O cronista João do Rio atribuí a prática da tatuagem nos negros como uma forma de fetiche. Ver: “Os tatuadores”, IN: **A Alma Encantadora das Ruas** (...), op. cit., pp. 100-112.

todas pertencentes a um grupo uniforme, que agregaria características comuns. Ambas, pela própria presença diante do juiz na condição de vadias, já pertencem a esse grupo inferior. O claro e o escuro seria apenas uma maneira de distinguí-las fisicamente uma da outra e das demais detidas na mesma situação. A cor aqui parece ter o mesmo sentido da tatuagem no antebraço de Ana. É só mais uma marca trazida no corpo. O processo de racialização nesse contexto não aparece baseado diretamente na matriz biológica. Ele encontra-se implícito na medida em que determina um padrão para as mulheres detidas por vadiagem. Se como vimos a partir dos dados estatísticos, as mulheres designadas como pretas e pardas eram maioria entre àquelas presentes nas delegacias e tribunais, eram elas quem determinavam a forma como as demais seriam tratadas.⁸⁶

A outra forma na qual a cor aparece mencionada nos processos está relacionada ao modo como os indivíduos se apropriavam dessas designações. A variedade de terminologias existentes no Brasil para identificar indivíduos de pele escura acabava por gerar situações em que uma mesma pessoa podia ser ora preta, ora parda. Tudo dependia dos olhos de quem a identificasse ou do meio onde fosse identificada. Essa diversidade de terminologias proporcionava episódios como aquele do processo no qual é réu Antônio Álvaro Pereira, de 19 anos, solteiro, de nacionalidade portuguesa, empregado e morador na venda do Athayde, na rua da América, número 189. Antônio foi acusado de agredir Firmina Maria da Conceição, 28, casada, brasileira, de serviço doméstico, moradora do Morro da Favela⁸⁷. Firmina é identificada no exame de corpo de delito como uma mulher de cor preta. Uma das testemunhas refere-se à vítima como uma “crioula”:

“(…) que ontem cerca de duas em meia hora estava na venda do Athayde, à Rua da América nº 189 e viu chegar a crioula de nome Firmina, a qual começou a contar uma história a Jesuíno, indivíduo de cor parda que costuma (...) do que resultou Firmina deu um empurrão em Jesuíno e este cair sobre as balanças que se achavam na ponta do balcão e atira-las pelo chão; que após o empurrão Jesuíno com um pau ameaçou a Firmina, tendo nesta ocasião, o caixeiro da venda, o acusado

⁸⁶ Sobre a questão da racialização, acompanho as idéias de: Albuquerque, Wlamyra R. de. *A exaltação das diferenças: raça, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1890)*. IFCH/Unicamp, Tese de Doutorado, 2004.

⁸⁷ AN-OR2418/1902 – 8ª Pretoria/RJ.

presente (...), tomado o cacete das mãos de Jesuíno e com ele vibrou uma cacetada na cabeça de Firmina prostrando-a por terra banhada em sangue e ferida; que após ferir a Firmina, Antônio entrou de novo para dentro do balcão, gritando a (...) que saísse e tendo Jesuíno saído pelos fundos (...).”

O acusado Antônio, por sua vez, identifica o tal “indivíduo de cor parda” como o responsável por toda a agressão contra Firmina, eximindo-se de culpa:

“(...) que não é verdade que tenha dado uma cacetada na cabeça da ofendida; que esta esteve na taverna e pediu e tomou parati e em seguida travou conversa com um indivíduo de cor parda; que a conversa teve trocas de palavras desaprováveis, pois a ofendida deu-lhe uma bofetada; que esta a ameaçou e por isso a ofendida correu para o interior do estabelecimento onde escorregou e bateu com a cabeça na balança sobre o balcão; que o indivíduo de cor parda fugiu pela porta dos fundos que dá saída para a Rua da Providência (...).”

Outra testemunha, que passou pelo local, porém, não presenciou a agressão, disse ter visto Firmina conversando com “um indivíduo de cor morena”, e diante do juiz afirmou ser a ofendida “ébria e desordeira costumeira que estava embriagada no dia do incidente”. Note como a cor de Firmina e de Jesuíno - indivíduo sobre o qual nada mais consta no inquérito – é lida e relida de diferentes formas pelos envolvidos no processo. Na informação mais “oficial”, o exame de corpo de delito, tratava-se de uma mulher de cor preta. Entre os indivíduos que faziam parte de seu universo, contudo, Firmina era designada como crioula, palavra hoje considerada depreciativa quando usada para designar indivíduos de pele escura. Quanto ao tal Jesuíno, ele aparece, ora como pardo, ora como moreno, termo utilizado como eufemismo para pardo ou mulato.

Um outro caso que considero emblemático para essa discussão é o processo de rapto e defloramento no qual Francisco Joaquim Eriz, 18 anos, solteiro, brasileiro, natural do Rio de Janeiro, de profissão serralheiro, e acusado de deflorar a menor Arminda Maria da

Conceição, de 17 anos, também natural do Rio de Janeiro, filha de Honorata Maria da Conceição e pai incógnito.⁸⁸ De acordo com o depoimento de Arminda:

“(…) Francisco Joaquim Eriz, era namorado da declarante, sendo por sua mãe contrariada nessa pretensão, o que mantivera a declarante às escondidas, (...), que em doze do mês passado (...) sendo deflorada nessa ocasião (...), isso na sala da casa onde então morava; que a pedido de seu namorado nada contou à sua mãe, pois seu namorado lhe pediu nada relatar, pois, acabado o carnaval, se casaria, que findo um mês, tendo seu ofensor lhe dito que não mais se casaria, e que se a declarante quisesse a colocaria em uma casa para juntos viverem (...) com o fim de ver se o seu sedutor ofensor casava-se com ela (...). Que foi Francisco seu ofensor, pois, com outro homem não teve relações sexuais; que seu ofensor não quer casar-se com ela declarante por ser ela negra (...)”.

As testemunhas confirmam o depoimento de Arminda sobre os motivos do réu não mais querer o casamento. Ainda de acordo com o depoimento da vítima, observa-se o interesse de Francisco em manter um relacionamento informal com a jovem. Se a cor fosse, de fato, o empecilho para uma união formal, ela, aparentemente, não representava obstáculo se o relacionamento não fosse oficializado. O exame de corpo de delito confirma o defloramento seguindo o padrão da época e apontando uma série de características físicas que desqualificariam Arminda como uma moça honesta, vítima inocente de sedução:⁸⁹

“(…) que Arminda Maria da Conceição, filha de Honorata Maria da Conceição, brasileira, maior de 16 anos e menor de 21, referiu que o fluxo catamenial se manifestara a primeira vez aos 14 anos, não sofrendo interrupção no seu aparecimento até a presente data, referiu mais: que fora deflorada em 12 de fevereiro do corrente e tivera vários contatos com o seu ofensor, e que sentira dor e

⁸⁸ AN-OR2716/1903 – 8ª Pretoria/RJ.

⁸⁹ Esteves, Martha de Abreu, op. cit.; e para um período posterior: Caulfield, Sueann, op. cit. Ambas destacam que a menção de determinadas características físicas observadas nos corpos das jovens defloradas eram utilizadas como provas para seu comportamento recorrentemente leviano e, por isso, passível de episódios de defloramento.

perdera sangue por ocasião do primeiro contato sexual. Examinando-a em gabinete reservada e iluminada à luz difusa; notaram ser de cor preta, ter a mamas flácidas; ter os pelos axilar e pubianos carapinhados e pouco crescidos. Colocada em mesa especial e posição adequada notaram ainda: que os grandes lábios eram bastante aumentados de volume, que a membrana hímen estava dilacerada em vários pontos, achando-se os respectivos retalhos incompletamente cicatrizados, que o ósculo vaginal estava dilatado e que a mucosa vulvo-vaginal apresentava-se congesta e um tanto edemaciada. (...)”⁹⁰ (grifos do documento)

Os grifos são bastante explícitos em seu objetivo de emitir juízos de valor e formar uma opinião sobre a vítima. O primeiro deles, segue o padrão e apenas destaca a idade da vítima, confirmando tratar-se de uma menor e, portanto, passível da proteção policial. O segundo, por seu turno, é um claro lembrete para o fato do hímen não se encontrar totalmente cicatrizado devido à afirmação anterior da própria vítima de que havia tido vários contatos com seu ofensor após o defloramento. Por fim, o último grifo reforça a perspectiva do primeiro destacando o inchaço observado na região vaginal. Apesar de tratar-se de um exame físico, não aparecem mencionadas altura ou peso da paciente, aparentemente, apenas sua cor e o formato de seus seios constituíam características proeminentes para os examinadores. A cor preta da jovem é colocada ao lado dos seios “flácidos” como se ambas características tivessem a mesma relevância.⁹¹

Além da cor da vítima aparecer mencionada no corpo de delito, merece destaque, também, o fato de, tanto a própria, quanto às testemunhas mencionarem que Arminda é uma negra. A utilização desse termo chamou minha atenção porque não havia encontrado essa palavra em fontes do período. De acordo com Hebe Mattos, em tempos de escravidão, o uso das expressões negro e preto fazia referência à condição anterior de servidão do

⁹⁰ Exame de corpo de delito de Arminda Maria da Conceição; AN-OR2716/1903 – 8ª Pretoria/RJ.

⁹¹ No último capítulo desse trabalho discuto mais atentamente os significados das características físicas para a constituição de estereótipos sobre as mulheres negras.

indivíduo.⁹² Ainda de acordo com Mattos, conforme a década de 1890 finda a designação de negro passa a ser menos associada à idéia de cativo anterior⁹³.

Em trabalho recente sobre o teatro de revista na década de 1920, o historiador Tiago Gomes destaca que o termo negro no período era utilizado pelas elites brancas do país com uma conotação claramente racista. Os termos preto e negro seriam preferencialmente utilizados pela grande imprensa como o propósito de referir-se a uma “*massa indiferenciada de indivíduos indesejáveis*”.⁹⁴

De volta ao processo de Arminda, a recorrência do termo faz pairar a dúvida sobre se o significado da designação “negra” nesse contexto servia de sinônimo apenas para a cor preta, ou se ela possuía algum outro sentido político implícito. Ou ainda, se podia ser também considerada como sinônimo para o termo “crioula”, citado no processo anterior, no qual Firmina Maria da Conceição é identificada dessa maneira.

Ainda com o intuito de preencher o vazio deixado pela ausência do critério cor nos processos, recorri aos livros de registros provenientes da Casa de Detenção. Nesse material, é possível localizar os registros tanto de homens quanto de mulheres que passaram pela Casa de Detenção enquanto aguardavam a conclusão de seus processos. Porém, meu contato com os livros referentes ao período republicano revelou-me a infeliz surpresa de que os registros de homens e mulheres foram aparentemente separados, porque após consultar o catálogo dos livros referentes ao período abrangido por essa pesquisa, não havia encontrado um que contivesse os registros das mulheres detidas.

É importante ressaltar que o material referente ao início do século XX encontra-se em péssimas condições de manuseio.⁹⁵ Para compensar parte da frustração, decidi olhar, ainda que de forma bastante superficial, todos os livros referentes ao período de 1900 a 1905 disponibilizados ainda na esperança frustrada de encontrar as mulheres que procurava. Porém, essa busca terminou por me trazer a idéia de observar a cor dos homens detidos nesse período. O resultado não surpreendeu, eles eram em sua maioria negros (pretos, pardos, crioulos, como aparecem descritos), seguidos imediatamente pelos imigrantes

⁹² Mattos, Hebe Maria. **Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 94.

⁹³ Idem, p. 334.

⁹⁴ Gomes, Tiago de Melo. **Um espelho no palco: identidades sociais e massificação da cultura no teatro de revista nos anos 1920.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, especialmente, pp. 40-44.

⁹⁵ Para a pesquisa em alguns dos livros, necessitei, inclusive, de autorização especial. Agradeço a atenção dispensada por parte dos funcionários do arquivo que me dispensaram toda atenção e ajuda possível.

envolvidos nas inúmeras greves de trabalhadores do período. A melhor surpresa, entretanto, foi a localização de dois livros de registros de mulheres provenientes dos anos de 1892-1893 e 1898-1899. A descoberta desse material confirma a hipótese de que os registros de homens e mulheres foram de fato separados no período republicano. Para verificar se as mulheres detidas eram, assim como no caso dos homens, em sua grande maioria negras (pretas e pardas), selecionei alguns recortes cronológicos aleatórios e, novamente pude confirmar minhas suspeitas. Aqui cabe mencionar que os termos encontrados para designar a cor dessas mulheres foram branco, preto, pardo, moreno, fulo, e acaboclado, mais uma vez faz-se necessário reforçar a importância do debate sobre as designações de cor abordada anteriormente.

No recorte compreendido entre os meses de fevereiro a junho de 1903, por exemplo, foram localizadas 84 mulheres identificadas como pretas, 49 pardas, 7 morenas, 18 fulas, 7 acabocladadas e 21 brancas. Se computarmos como negras todas as mulheres pretas, pardas, morenas e fulas, teremos um total de 158 mulheres. Porém, reforço que os termos serão, na medida do possível, analisados de acordo com seu sentido de época, o que, aliás, é justamente um dos aspectos que permite efetuar a discussão sobre estereótipos, alvo dessa pesquisa. Aproximando-me um pouco mais do século XX, selecionei os registros compreendidos entre os meses de outubro até meados do mês de novembro de 1898. O resultado final difere um pouco do período anterior com relação à proporção de mulheres brancas, sem, no entanto, deixar de revelar a desproporção visível entre os dois grupos: 83 negras (pretas, pardas, morenas e fulas) e 30 brancas.

Um mergulho mais profundo no universo das delegacias também torna esses números mais explícitos, sendo possível especular um pouco mais sobre os matizes da população marginalizada. A tabela a seguir contém os dados referentes aos registros de todas as mulheres detidas por motivos diversos na 9ª circunscrição durante o ano de 1905. O predomínio de mulheres designadas como pretas ou pardas supera o número de mulheres brancas. Entretanto, mesmo nas ocorrências a não menção da cor ainda constitui um aspecto a ser considerado:

Ocorrências Policiais (1905) – Cor		
Cor	Quantidade	Porcentagem
Preta	175	24,27
Parda	110	15,26
Branca	91	12,62
Outra	3	0,42
Não mencionada	337	46,74
Total	721	100

É importante destacar novamente a tendência da pobreza tornar mais escura a cor da pele dos indivíduos no que diz respeito ao modo como são tratados, reforçando, dessa maneira, um processo de racialização a ser considerado como mais um complicador para essa sociedade. Por isso, é necessário considerar a possibilidade de o tratamento recebido por um indivíduo preto ou pardo nas delegacias ser pouco diferente do tratamento dado a um imigrante grevista branco, morador nos mesmos cortiços compostos de outros tantos indivíduos considerados degenerados. Assim, a maior proporção de indivíduos pretos e pardos nessas condições, podia determinar a maneira como os demais, provenientes de um mesmo local, seriam tratados.

Ainda tendo por base o número total de mulheres registradas no ano de 1905, quando combinamos esses números com àqueles discutidos ao longo do capítulo, é possível traçar um perfil mais nítido das mulheres pesquisadas. Se o problema da ausência da cor não pode ser solucionado através dos processos, os dados provenientes dos registros da Casa de Detenção e das ocorrências policiais, certamente, confirmam a desconfiança inicial que motivou essa pesquisa. Selecionei as variáveis “condição na ocorrência”, “idade”, “profissão” e “estado civil”, todas combinadas com a cor, para extrair algumas considerações finais.

A predominância de mulheres negras entre as detidas deixa evidente a cor da marginalização e da criminalidade no Rio de Janeiro do início do período republicano. Do total de mulheres registradas na 9ª circunscrição, aproximadamente 30% das infratoras foram identificadas pela polícia como sendo de cor preta ou parda, seguidas por pouco mais de 8% de brancas. Esses números confirmam, a preponderância da perseguição em relação a indivíduos negros. Além disso, corrobora a idéia da marginalização a qual eram submetidos esses sujeitos cujos cotidianos mantinham-se atrelados à memória de um

passado, não muito distante, de escravidão, e de uma estigmatização em relação a seu caráter supostamente inferior biologicamente.

Com relação à idade das mulheres detidas combinadas com a cor, quase 48% daquelas entre 15 e 25 eram pretas e pardas, contra 4% de brancas. Esse índice evidencia o quanto mulheres negras e pobres eram lançadas mais cedo em um universo marcado pela perseguição e vigilância policial, quando não era possível contar, ainda, com a proteção de pais e maridos ou companheiros.

Quando retomamos os dados referentes à profissão, o número de mulheres negras, em cujo depoimento consta não possuírem nenhum meio de subsistência, perfazem um total de 5%. Esse valor pode parecer irrisório dentro do universo analisado, porém, comparados com o pouco mais de 1% de mulheres brancas na mesma situação, parece ter algum significado. Como vimos, a prática de deter indivíduos sob a acusação de não possuírem qualquer tipo de ocupação, foi um expediente largamente adotado pela polícia da época. Em muitos casos, entretanto, no decorrer do processo não era raro o surgimento de padrões ou conhecidos atestando algum vínculo empregatício das envolvidas. Por outro lado, também foi destacada a estratégia das mulheres detidas de forjarem testemunhos de conhecidos com o intuito de livrarem-se da polícia. Para a polícia blefar com a possibilidade da não existência de um emprego fixo podia significar o êxito de parte de seu projeto educativo.

Nos casos onde a profissão é mencionada, prevalece o ofício de cozinheira como a profissão mais exercida pela soma das mulheres identificadas como pretas e pardas: pouco mais de 14% do total. Porém, mesmo entre os demais ofícios mencionados – a saber: lavadeira, doméstica e costureira – em todos eles predominam mulheres negras. Entre as mulheres designadas como brancas, destaca-se a ocupação doméstica, ofício que não deixa claro se representa de fato uma profissão ou se remete apenas às donas de casa.

Quanto ao estado civil, dentre as 721 mulheres registradas, 106 pretas, 59 pardas e 27 brancas foram identificadas como solteiras. Entre as casadas, 26 eram de cor preta, 12 pardas e 29 eram brancas. A partir desses números conclui-se que, não apenas o mercado conjugal carioca do início do século era dominado pelos solteiros, como era, também, mais difícil para as mulheres negras arranjar um companheiro com quem dividir as agruras de seu cotidiano de pobreza. Lançadas a sua própria conta e risco, a maior parte dessas

mulheres recorre a trabalhos informais diversos, ou mesmo, à prostituição, como meio de sobrevivência.

II. Mas, afinal, quem eram essas tais Conceições?

Se fosse possível traçarmos um perfil das inúmeras Conceições processadas na 8ª Pretoria entre os anos de 1900 e 1905 a partir dos dados aqui discutidos, poderíamos afirmar, com uma certa margem de segurança, serem elas em sua maioria, “vagabundas e desordeiras”, de nacionalidade brasileira, naturais do Rio de Janeiro, solteiras, com idade entre 15 e 25 anos, de cor preta e de profissão lavadeira.

Obviamente, esse exercício seria falho e passível de anacronismos. Entretanto, esse parece ter sido justamente o modelo de mulher a ser perseguido pelos policiais nas ruas do Rio de Janeiro do início do período republicano. Era esse arquétipo de mulher a antítese daquele pretendido pelas elites republicanas em seu projeto de modernização e branqueamento nacional. Discutir esse modelo é uma forma de desvendar como, porquê e em que medida esse projeto teve êxito ou não. É, exatamente, através das estratégias desses indivíduos, para os quais desejava-se estabelecer padrões, que estes questionamentos tornam-se passíveis de especulações.

O objetivo desse capítulo foi identificar quais aspectos do cotidiano dessas tantas Conceições pode ter contribuído para a formação do senso comum e da consolidação de estereótipos relacionados às mulheres pobres de modo geral. Busco não perder de vista uma análise de gênero capaz de funcionar de forma relacional, levando em consideração outros aspectos que compunham o emaranhado de diferentes universos determinantes de suas vidas, em especial, a raça. A partir de combinação de dados quantitativos e da análise qualitativa de processos do tipo inquérito, extraí alguns aspectos a serem retomados no decorrer do trabalho com o objetivo final de discutir as implicações da formação desse senso comum e desses estereótipos na constituição da *mulata* – sujeito histórico capaz de revelar algumas das contradições do eterno debate nacional em torno da questão racial.

Apesar da cor não se apresentar de modo explícito nas fontes processuais pesquisadas, o processo de racialização dos sujeitos surge de modo perverso e sutil, tornando essa ausência plena de significados intrínsecos, os quais saltam aos olhos na

proporção em que se avança em direção ao debate. O passo seguinte será discutir mais a fundo como esses elementos ressurgem quando essas mulheres são postas diante de juizes, sejam elas como réis – agressoras ou vagabundas – ou como vítimas, em geral da violência de companheiros, vizinhas ou rivais. No próximo capítulo analiso mais detidamente os casos de agressão e de vadiagem e discuto as diversas estratégias das mulheres envolvidas nesses episódios para livrar-se da policial ou utilizar o aparelho judicial a seu favor. Desse modo, pretendo questionar a vitimização desses sujeitos e apresentar elementos relativos à sua consciência em relação aos que se esperava delas. Com isso busco resposta a algumas perguntas centrais aos objetivos deste trabalho: de que maneiras gênero, classe social e raça eram acionados pelos diversos grupos envolvidos nos processos em seus momentos de embate? Como esses aspectos contribuem para a formação da identidade dessas mulheres? E para a constituição de estereótipos?

Capítulo II

“Vítimas” e “vagabundas”

No dia 04 de fevereiro de 1903, após grande confusão promovida pelos envolvidos em um episódio de ciúmes que culminou em agressão na estalagem localizada na Rua Senador Pompeu, número 294, a testemunha José Porfírio P. da Silva, de 52 anos, brasileiro, casado, trabalhador, analfabeto e morador do referido local, deu à polícia o seguinte testemunho:

“(…) que estava dormindo e acordou devido à algazarra e barulho na estalagem em que mora e viu entrar em luta Sabino, o ofendido presente, com o acusado presente, que procurou separá-los e já nessa ocasião, Sabino estava ferido pelo acusado presente que (...) antes já havia agredido e ferido com a mesma faca a uma baiana; a ofendida presente, com a qual lutara e até [*derrubou*] seu tabuleiro de quitandas. (...) E mais não disse.”⁹⁶

Outra testemunha, também morador do local, de nome João Dias, 26 anos, solteiro, empregado no comércio e de nacionalidade portuguesa, confirmando o depoimento de seu vizinho, disse que:

“(…) viu agora mesmo, onze e meia da noite, quando subia um lance de escadas na estalagem dos Melões, à Rua Senador Pompeu, 294, a ofendida presente, vendedora de doces, com o tabuleiro à cabeça, ser rispidamente agredida pelo crioulo que é o acusado presente que empunhava uma faca, a presente neste ato; que viu embalarem-se e caírem o tabuleiro gritando a baiana (...), que viu a mesma com um golpe no ombro esquerdo, e, tendo (...) Sabino de Tal, o ofendido também presente, e vindo em socorro da mulher foi por sua vez agredido e

⁹⁶ AN-OR2665/1903-8ª Pretoria/RJ.

[ferido] pelo acusado presente (...). E mais não disse”.⁹⁷

Apesar do adiantado da hora ter despertado do sono os moradores da “Estalagem dos Melões”, os motivos que os levaram à delegacia, entretanto, tiveram início ainda pela manhã do mesmo dia. Por volta de 10 horas, a vendedora de doces Ignácia Marinha da Conceição, 29 anos, solteira, natural da Bahia e moradora da Rua Camerino, número 80, parece ter sido o centro de uma disputa amorosa ocorrida nos jardins da Praça da República, seu local de trabalho. A agressão que culminou no processo teve seu desfecho no fim do dia quando Ignácia, levando consigo seu tabuleiro de quitutes foi procurar abrigo na casinha de uma amiga situada na Estalagem dos Melões, com medo de sofrer represálias por parte de seu companheiro enciumado. Qual não é nossa surpresa quando, ao lermos o testemunho da vendedora de doces, esta revela que, lá chegando, encontrou o motivo da discórdia entre a vítima e seu agressor: o freguês comprador de amendoim, Sabino Cardozo da Silva, coincidentemente, ou não, morador da referida estalagem. A confusão inicia-se quando, de acordo com o testemunho de Ignácia e Sabino, chega à estalagem Dario, que ao vê-los conversando na escada – “cumprimentando-se”, nas palavras de ambos – parte para cima de Ignácia utilizando como arma a faca de seu ofício de sapateiro, ferindo-a. Sabino, vindo em socorro da mulher é também ferido.

Interessa-nos, por ora, o fato de que, por ter ocorrido em uma estalagem, a briga conjugal passou a envolver, não apenas o casal de amásios, mas também, outros moradores que serviram como testemunhas no inquérito policial, alguns deles, inclusive, intervindo diretamente na discussão. Conflitos desse porte tendiam a mobilizar todos os moradores, tornando ainda mais tênue a linha que separava o espaço comum a todos e o ambiente privado, praticamente inexistente nesses locais. Brigas conjugais como esta entre a vendedora de quitutes de tabuleiro e seu amásio Dário José Ferreira revelam alguns retalhos do cotidiano de tantas outras Conceições como Ignácia, que, apesar de ficarem de fora das estatísticas oficiais, engrossaram as fileiras de trabalhadoras informais na cidade do Rio de Janeiro durante o início do século XX. Através de fragmentos de suas histórias de vida é possível trazer para a discussão o cenário no qual seus conflitos se desenrolaram,

⁹⁷ Idem.

os demais personagens que deles tomaram parte e os acontecimentos de largo porte pelos quais passavam o país e, especialmente, a cidade do Rio de Janeiro.

O objetivo desse capítulo é discutir a presença, através das histórias daquelas tantas Conceições apresentadas na primeira parte desse trabalho, de todas as demais mulheres que dividiram com elas a cena do cotidiano criminal carioca na Freguesia de Santana, no início do século XX, tomando como base a análise das duas principais categorias de tipificação dos episódios que aparecem nos processos analisados – a saber, a agressão e a vadiagem. Para isso, divido esse capítulo em duas partes.

A primeira busca recuperar os casos de agressão ocorridos em habitações coletivas. Nesses episódios, a privacidade dos indivíduos vem à tona nos momentos de conflitos diversos, permitindo-nos discutir suas dimensões. Trato, também, de episódios de agressão nos quais as ruas e/ou outros espaços não residenciais foram como o cenário para o seu desenrolar. Esses locais eram considerados inadequados à presença feminina pelo pensamento jurídico e médico ou pela regras de moralidade das elites. No entanto, entre as camadas mais pobres da população, eles representavam uma extensão de seus lares, seus locais de trabalho e sociabilidades diversas. A segunda parte do capítulo, trata da questão da vadiagem e da presença feminina em locais públicos.

A presença de mulheres nesse tipo de fonte nos remete às discussões historiográficas sobre o papel feminino nos debates da virada do século XIX. Naquele momento histórico e na ótica dominante, ser mulher trazia consigo uma série de significados e exigência de comportamentos determinados, a partir da definição dos âmbitos da moralidade em uma República ansiosa por parecer antenada com o mais moderno e civilizado⁹⁸. O contato com as fontes, entretanto, evidencia a necessidade de dissociar a rotina de uma delegacia desta imagem “ideal” de mulher. A partir dessas discussões, é possível dimensionar as formas como os indivíduos envolvidos lidavam com a tênue linha que separava os espaços coletivos dos espaços privados nos momentos de conflito. Por outro lado, também nos conduz em direção a uma relativização do rótulo de vítima, supostamente intrínseco às mulheres envolvidas nos casos de agressão ao contrário

⁹⁸ Ver: Esteves, Martha Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; e Caulfield, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

das prisões por vadiagem, que funcionam aqui como uma espécie de antítese desse modelo.

I. Vítimas de sua própria história?

I.1. Uma Babel: a vida nos cortiços

Escrevendo suas memórias sobre a virada do século no Rio de Janeiro, o cronista Luiz Edmundo nos legou suas impressões sobre o cotidiano dos cortiços:

(...) o movimento de vai-e-vem dos moradores, (...), numa agitação contínua e rumorosa. Gente de várias raças e de todas as cores: pretas crioulas de saias rodadas e cachimbos de barro, pendendo de enormes bocas, portuguesas sobrancehudas e vermelhas, de braços grossos e peitarra forte, mulatinhas flébeis, de ar andrógino e ademanes sentimentais, italianos, espanhóis, alemães, sírios, chins...”

(...)

É uma Babel.

E essa gente toda a falar, a sorrir, a se mexer. Aqui berra um, ali discute outro, um terceiro adiante assobia. Mais longe um outro resinga, berra, discute e briga.”⁹⁹

A despeito das adjetivações preconceituosas do cronista, podemos tomar essa Babel ao pé da letra para constatar que os conflitos no cotidiano das habitações coletivas eram de natureza variada. Não constituíam motivo para admiração em locais onde pessoas das mais diversas origens experimentaram um convívio diário dentro de um espaço reduzido. Para a população pobre do Rio de Janeiro, em sua luta diária por sobrevivência, a moradia foi certamente um grande obstáculo posto de forma incisiva nesse momento¹⁰⁰. A ainda

⁹⁹ Edmundo, Luiz. **O Rio de Janeiro do Meu Tempo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, pp. 370-375.

¹⁰⁰ Sobre a questão da moradia no período e as reformas urbanas, acompanho: Benchimol, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992; Damazio, Sylvia F. **Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996; Carvalho, José Murilo de. **Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das

recente abolição da escravidão e a vinda de imigrantes, a partir de meados do século XIX, gerara um aumento justificável na população para qual a capital federal era a possibilidade de melhoria em sua situação de vida. No entanto, a busca por oportunidades esbarrava nas péssimas condições encontradas por essa população concentrada nas habitações coletivas próximas à região central. A maior parte dessas pessoas buscava solução para o problema da moradia nos cortiços, estalagens e casas de cômodos insalubres mantidas mesmo após a série de posturas e medidas implantadas desde, pelo menos, meados da década de 1870.

A perseguição e as tentativas de extermínio desse tipo de habitação devem-se à existência de uma confluência de fatores que, somados, criavam imagens e estereótipos sobre esses locais e seus moradores. Nesse sentido, não seria exagerado afirmar o fato dessas moradias terem servido como pretexto para justificar diversas formas de discriminação contra seus habitantes. Referem-se ao mesmo período os avanços nas teorias sobre higiene e salubridade tidas como capazes de determinar o grau de civilização de determinados grupos. Ao mesmo tempo, surgem também os debates sobre o destino dos egressos da escravidão, em vias de ser extinta. Reacendem-se as discussões sobre o lugar social a ser ocupado por esse grupo de indivíduos moradores de habitações coletivas ao lado dos inúmeros imigrantes pobres, também habitantes desses locais. Homens, mulheres e crianças de diferentes origens eram indiscriminadamente considerados perigosos à ordem pretendida para a cidade. Recaía sobre essa população uma forte suspeição que atrelava pobreza à criminalidade, e os cortiços seriam o local mais favorável para a proliferação desses indivíduos.¹⁰¹

Os casos de agressão ocorridos em habitações coletivas devem ser observados com tais imagens em mente. Foram esses debates, somados aos estereótipos e ao senso comum sobre essa população, os fatores constituintes desses processos. Estes correspondem a pouco menos de 43% do volume de casos analisados. Merecem destaque, pois, representam a principal razão da presença de mulheres diante do juiz da 8ª Pretoria na região da Freguesia de Santana, especialmente entre os anos de 1900 a 1902, quando a perseguição àquelas consideradas vagabundas ainda não era tão acirrada a ponto de levá-

Letras, 1987; Cardoso, Elizabeth Dezouart; Vaz, Lílian Fessler; Albernaz, Maria Paula; Aizen, Mario; Pechman, Roberto Moses (colaboradores). **História dos Bairros: Saúde, Gamboa e Santo Cristo**. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia: Editora Indez, 1987; Chalhoub, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁰¹ Chalhoub, **Cidade febril (...)**, op. cit.

las aos tribunais. Os casos de agressão ocorridos em habitações coletivas figuram nos processos de três maneiras: mulher como agressora de outra mulher; o homem como agressor de uma mulher e, finalmente, mulher como agressora de um homem¹⁰². Além do tipo do local onde ocorreram, todos os casos têm em comum o fato de envolverem os vizinhos no desenrolar dos conflitos, levando-nos a questionar as dimensões da diferenciação dos espaços considerados públicos e, por isso, coletivos, daqueles considerados de âmbito privado.

I.2. Entre roupas sujas, tapas e mexericos.

Os casos mais comuns nos quais uma mulher é acusada de agredir uma outra mulher, em geral, envolviam brigas entre vizinhas. Eles perfazem um total de 25%. Esses episódios eram bastante comuns quando observamos processos de agressão ocorridos durante o dia em habitações coletivas. O principal motivo da predominância de mulheres nesse tipo de conflito parece ser a presença maciça de mulheres em casa nos horários nos quais a maioria dos homens exercia fora suas atividades profissionais. Boa parte das mulheres, por seu turno, em geral, exercia nos lares ofícios domésticos, remunerados ou não. Os espaços coletivos, como o tanque onde lavam as roupas, ou pátio onde eram dependuradas para secar, tornavam-se, dessa forma, locais de embates e solidariedades para elas.

A portuguesa Maria da Conceição Alves parece ter vivido uma situação na qual sua privacidade ocupou o centro de uma contenda, finalizada por uma agressão ocorrida no pátio da habitação coletiva onde vivia. Com 28 anos, casada, de serviço doméstico, e moradora de uma casa de cômodos da rua Barão de São Félix, Maria deu a polícia o seguinte depoimento:

“(…) que conhece a ofendida sua vizinha, e eram até amigas, quando tendo saído e voltado com um cunhado e compadre passou a ouvir da ofendida indiretas fazendo referência a Santo Onofre, mas dirigidas a ela, as quais respondeu; a ofendida

¹⁰² O número de casos em que isso ocorre é irrisório entre os episódios analisados, por isso, têm pouco significado para essa discussão. O processo AN-OR4293/1905 – 8ª Pretoria/RJ, confere com essa perspectiva.

começou então a atacá-la com os punhos e esta para se defender, deu-lhe uma bordoadada na testa com uma concha de ferro que tinha nas mãos, ferindo-a; que fez isso para se defender pois a ofendida tem fama de valentona”.¹⁰³

A vítima da ofensa foi a brasileira Ana Margarida de Faria, de 23 anos, também de serviço doméstico. Em seu depoimento afirmou estar conversando com uma outra vizinha sobre o tal Santo Onofre que possuía quando foi, inesperadamente, ofendida com palavras obscenas pela portuguesa Maria da Conceição. Ana teria respondido às ofensas e sido, em seguida, agredida na testa com a referida concha de ferro.

De acordo com a devoção popular no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, como em outras partes do país, Santo Onofre é o santo protetor das prostitutas pobres, responsável por lhes arranjar os fregueses e não deixar suas protegidas passarem necessidades¹⁰⁴. Essas características atribuídas ao santo talvez sirvam para esclarecer em parte os motivos geradores da briga entre as envolvidas. As testemunhas do episódio, vizinhas de ambas, confirmaram o depoimento da vítima. A menção a Santo Onofre e a seus significados implícitos, utilizados por Ana Margarida com o intuito de agredir Maria da Conceição, é um forte indício do convívio estreito entre essas mulheres. É, também, um indício da forma como interpretavam essa relação, marcada por uma interferência diária e pautada por referências que dizem respeito apenas ao seu universo cotidiano. Os momentos íntimos passam a ser do conhecimento de todos os indivíduos que convivam naquele mesmo espaço, a ponto de gerar intervenções por parte destes.

Reforço aqui a maneira como a intimidade de Maria da Conceição vem à tona quando expõe a preocupação em zelar por sua imagem diante dos demais moradores do local. Se o tal cunhado e compadre fosse, na verdade, um amante levado para seu cômodo, a situação provavelmente não teria chegado à delegacia, pois talvez Maria não desejasse correr o risco de se expor ainda mais, iniciando uma briga na qual seu comportamento

¹⁰³ AN-OR2388/1902-8ª Pretoria/RJ

¹⁰⁴ Apesar da necessária ressalva com relação a essa prática, utilizei a Internet como fonte para essa pesquisa. Sobre o santo, localizei: “Santo Onofre (séc.IV). Eremita, durante sessenta anos na solidão, viveu em Capadócia, província romana na Ásia Menor. Segundo a tradição, teria sido filho de um rei. Não é um santo de festas, mas está presente na vida cotidiana; costumes populares: para alcançar as graças de Santo Onofre, a imagem do Santo tem que ser uma imagem roubada; curiosamente, muitos colocam o santo de costas, mesmo no oratório.” Cf. URL<www.religiosidadepopular.uaivip.com.br/junho.htm>.

duvidoso fosse discutido. Todavia, a acusada defendeu com unhas e dentes o questionamento de sua conduta, demonstrando uma preocupação em manter uma boa imagem diante de seus vizinhos.

Ao final do referido processo lê-se que nenhuma das envolvidas foi encontrada para depor por não mais residirem no endereço dado. Restou ao juiz absolver a ré, oito meses após o ocorrido. Esse conflito entre vizinhas certamente era bastante comum nesses locais e, possivelmente, foi resolvido logo em seguida pelas próprias envolvidas, tendo sido considerada desnecessária a intervenção do juiz¹⁰⁵.

I.3. Vítimas da honra

Ainda tendo como cenário as habitações coletivas, se tomarmos os casos em que o homem é o agressor de mulheres, os processos perfazem um total de 61%. Essas agressões iam desde tapas na cara, até casos de agressões gravíssimas em que homens atearam fogo ao corpo de suas companheiras¹⁰⁶. Apesar dos números apresentarem um índice aparentemente não tão alarmante de episódios de agressão num espaço de cinco anos, momentos como estes demonstram o quanto as relações de gênero no período pressupunham – e ainda pressupõem – uma hierarquia bastante marcante entre homens e mulheres. Boa parte dos casos de agressão, todavia, sequer saíram do âmbito privado, deixando de serem computados como estatística. Porém, as ocorrências legadas a nós através da justiça não podem ser tomadas como exceção. Pelo contrário, elas constituem uma das formas através das quais as mulheres reagiram à violência doméstica e contribuem para a relativização do rótulo de vítima imputado a elas.

No processo de abertura desse capítulo, a baiana vendedora de doces nos jardim da Praça da República, Ignácia Marinha da Conceição foi vítima dos ciúmes de seu amásio em relação a um dito freguês comprador de um punhado de amendoim¹⁰⁷. Em seu depoimento à polícia a vendedora declarou:

¹⁰⁵ Ver os processos AN-OR1923/1901 – 8ª Pretoria/RJ, AN-OR2388/1902 – 8ª Pretoria/RJ, AN-OR3215/1904 – 8ª Pretoria/RJ, AN-OR1951/1901 – 8ª Pretoria/RJ.

¹⁰⁶ Ver por exemplo: AN-OR3200/1904 – 8ª Pretoria/RJ, onde Nestor Pereira Lopes é acusado de espancar e atear fogo em sua amásia Custódia da Conceição, após uma discussão iniciada por motivo de ciúmes.

¹⁰⁷ AN-OR2665/1903 - 8ª Pretoria/RJ.

“(…) que estava no Campo de Santana vendendo doces, quando da declarante se aproximou um crioulo e comprou cem réis de amendoim; que conhece de vista o crioulo por ser seu freguês; que enquanto servia ao dito crioulo, que sabe chamar-se Sabino Cardozo da Silva, chegou-se junto da declarante outro crioulo, cujo nome é Dario José Ferreira, o acusado presente, o qual chamou a Sabino e disse que queria dar uma palavra e assim (...) feito, retiraram-se para um lado e, a declarante ouviu Dario dizer a Sabino ‘você quer se amasiar com Ignácia’ ao que respondeu Sabino ‘não quero, a conheço de vista e hoje aproximei-me para comprar amendoim’, que ainda discutiram e cada um tomou sua direção. Que cerca de onze e meia para meia noite tendo se retirado e ia recolher-se a casa de uma conhecida a Rua Senador Pompeu, 294, casinha vinte, (...), pois que podia ser ofendida por Dario, seu amásio, ao chegar em a dita casinha o crioulo Sabino aí estava sentado e a respondente deu-lhe ‘boas noites’, que Dario, chegando, sem nada dizer, com a faca presente, que é de sapateiro, agrediu e feriu no ombro esquerdo a declarante, partindo-lhe o tabuleiro de doces, que ato seguido, travou luta com Sabino, a quem também feriu em diversos lugares procurando Sabino ocultar-se. Que (...) tumulto e algazarra, apareceram os moradores e apitaram socorro (...)”.

Sabino confirma o depoimento de Ignácia e traz ainda mais cores ao episódio de ciúmes:

“(…) que hoje cerca de dez horas comprou um [punhado] de amendoim no Campo de Santana, da doceira Ignácia Marinha da Conceição, sua freguesa (sic); que tendo comprado o amendoim, um crioulo que sabe chamar-se Dario José Ferreira, que se dizia amásio de Ignácia, o interpelou perguntando-lhe se queria se amasiar de Ignácia, ao que respondeu-lhe que não e só conhecia Ignácia de vista e por comprar doces em seu tabuleiro. Que não satisfeito, Dario ainda altercou com o declarante, terminado, cada um retirando-se; que chegando em casa estava sentado à porta, viu chegar a vendedora de doces Ignácia com o tabuleiro à cabeça; que viu em

seguida aparecer Dario, que tinha na mão um ferro que (...) faca de sapateiro; que após curta discussão com a mulher, ameaçou esta e, metendo os pés no tabuleiro, avançou para a mesma de arma em punho e foi lhe atirando golpes para o pescoço, ferindo Ignácia no ombro esquerdo; que gritando, pois julgava querer [*matar*] Ignácia; Dario virou-se para o declarante e com o mesmo ferro foi lhe cortando nas costas o lado direito (...). Que foi a primeira vez que viu Dario em noite de hoje, nunca tiveram rixas antigas; atribuindo a ciúmes essa cena de sangue em que queria assassinar ao declarante e a Ignácia (...).”

Dario também apresenta sua versão para o fato:

“(...) que devido ao modo de proceder de sua amásia, Ignácia Marinha da Conceição, foi que originou-se tudo de que deu com o ferimento de Ignácia e Sabino. Que há muito tempo vive com Ignácia, pagando-lhe casa e dando o que lhe permite as suas condições de homem trabalhador; que Ignácia longe de cumprir fielmente o seu dever de companheira, com lealdade e seriedade, procura exaltar o gênio ciumento do respondente, por isso que, sendo vendedora de doces e outras quitandas, os indivíduos seus fregueses com quem se oferece e com eles procura ficar em intimidade, diante do respondente. Que hoje à noite, sabendo que sua amásia ia procurar Sabino em a estalagem dos Melões, onde ele mora, foi disso certificar-se e de fato a viu com o tabuleiro em a dita estalagem; que interpelando-a travando-se forte discussão, Ignácia maltratou e injuriou o respondente, (...) como estava, tendo perdido a calma paciência, com a pequena faca, presente neste ato, que é de seu trabalho, feriu [*as costas*] de sua amásia e, tendo aparecido Sabino que o queria agredir e ferir ao respondente, com a mesma arma que tinha na mão procurou defender-se acreditando ter ferido a Sabino. Que não queria matar sua amásia e se a feriu foi devido ao proceder da mesma, e estar exacerbado, e não pensar no momento das conseqüências de seu ato, e a Sabino usando a arma em sua legítima defesa, quando se viu furiosamente pelo mesmo agredido veio o espancar (...).”

O fato de ter se iniciado ainda pela manhã na Praça da República e de ter seu desfecho no fim do dia em uma habitação coletiva, traz para esta análise, alguns aspectos sobre o cotidiano dos envolvidos no caso. Para essa discussão específica sobre os processos de agressão esse caso é importante porque, além de nos expor os sujeitos da trama, apresenta as razões e motivações para seus atos. Novamente aqui não podemos tomar como verdade todo o afirmado pelos protagonistas da história. Entretanto, se algumas informações dadas não se encaixam, outras encontram eco nos três depoimentos.

Uma delas é o ciúme do acusado Dario, reconhecido pelo próprio declarante, subentendido na declaração de Ignácia e confirmado por Sabino. O agressor desenha com detalhes o perfil de Ignácia para expressar as razões de seu sentimento e justificar seu ato movido pela emoção. Após tantos anos, como afirma, vivendo com sua companheira, Dario sente-se no direito de reivindicar respeito, mesmo não sendo a situação entre eles reconhecida perante a lei¹⁰⁸. Apesar do casamento oficial não ser a única forma de união entre os indivíduos das camadas pobres da população, note-se que valores de fidelidade, lealdade, respeito e companheirismo são reivindicados da mesma forma que entre os segmentos mais abastados. Por outro lado, esses mesmos valores são também acionados pelos indivíduos como forma de justificar seus atos. Cobrar a fidelidade de sua amásia e expor seu comportamento supostamente leviano perante o delegado pode ter sido a maneira encontrada por Dario de livrar-se da culpa pela agressão¹⁰⁹. Nesse contexto, a tese da “defesa da honra” contida nos debates sobre a moralidade nesse período, é utilizada por ambos – homens e mulheres – em diferentes situações de seus cotidianos e inflamou as discussões de fins de século XIX e primeiras décadas do século XX¹¹⁰.

Dario chama para si a responsabilidade de provedor, de responsável pela manutenção do sustento de seu lar com Ignácia. Porém, a jovem também possuía seu meio de sustento, o que lhe proporcionaria certa independência em relação ao parceiro. Essa situação abre espaço para a baiana ter, por exemplo, possibilidade de escolher entre voltar

¹⁰⁸ Sobre os amasiamentos, ver Esteves, Martha de Abreu. **Meninas perdidas (...)**, op. cit., pp. 179-192.

¹⁰⁹ Marisa Correa atenta para as formas como se constroem os papéis masculinos e femininos capazes de contribuir na absolvição dos maridos agressores. Conf.: Correa, Marisa. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sociais**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983, pp. 113-144.

¹¹⁰ Sobre os debates jurídicos com relação à questão da honra e da moralidade, ver: Caulfield, Sueann. **Em defesa (...)**, op. cit.

para sua casa e enfrentar seu companheiro ciumento, ou esperar os ânimos esfriarem indo abrigar-se na casa de uma amiga a qual, diga-se de passagem, só aparece na fala da vítima. Supondo que Ignácia tenha de fato ido ao encontro de Sabino na estalagem dos Melões, essa atitude parece demonstrar o quanto ela se sentia livre o bastante dos valores reivindicados por Dario a ponto de correr o risco de arranjar um, ou vários, amantes¹¹¹. As tensões entre o casal Ignácia e Dario parece ter atingido seu ponto crítico, pois ambos parecem compreender a relação de maneiras diversas, assim como ambos também parecem resolver sua situação de formas diferentes.

A intervenção por parte dos moradores do local e da polícia parece pouco ter contribuído para a resolução do incidente. Dario foi absolvido apenas doze dias após o ocorrido. Essa sentença de modo algum constitui a exceção nos casos de agressão contra mulheres, pois, a maioria dos agressores e uxoricidas não recebia qualquer tipo de punição. Em geral, a menção à questão da honra aparecia como justificativa para seus atos. À honra, eram somadas as teorias médicas sobre as diferenças biológicas entre homens e mulheres. No discurso científico do período, a suposta fragilidade feminina colocada em oposição à virilidade nata pertencente ao sexo masculino, contribuía para a permanência do modelo patriarcal de família, com algumas de suas principais características, entre os mais diversos grupos familiares brasileiros. Dessa forma, ainda que a realidade das famílias das camadas mais pobres se distanciasse bastante daquele modelo das classes superiores, é necessário considerarmos a circularidade desses valores entre todos os indivíduos. Os diferentes grupos sociais pertencentes à população tinham conhecimento desses códigos a eles impostos, e acionavam as diferentes maneiras de manipulá-los (re) adaptando-os de acordo com sua necessidade cotidiana.

Dario reivindica para si o papel de defensor de sua honra, inspirado em valores verticalmente impostos. Ele aciona os papéis recorrentes de homem honesto e trabalhador, capaz de prover sozinho o sustento de seu lar, deixando implícito o fato do dinheiro proveniente do trabalho de sua amásia não ser necessário para o sustento de ambos. A partir dessa constatação, Dario identifica Ignácia como uma mulher leviana, a qual só insistiria em manter seu emprego como vendedora para “se oferecer” aos seus clientes,

¹¹¹ Acompanho aqui a discussão feita por Chalhoub, Sidney. **Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2ª ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, especialmente, “*Mulheres trabalhadoras*”, pp, 203-210.

exaltando, assim, seu “gênio ciumento”. Diante disso, o sapateiro Dario utiliza sua ferramenta de ofício – ato, aliás, bastante emblemático se rememorarmos o quanto possuir uma profissão estava associado à honestidade do indivíduo – para lavar sua honra em um momento de desespero e legítima defesa e, de acordo com suas palavras, sem nenhuma intenção de matar sua amásia. Marisa Correa destaca o fato de que as construções jurídicas dos papéis sexuais atribuídos a homens e mulheres nos casos de agressão doméstica culminantes em homicídios, tendiam a contribuir na absolvição dos maridos agressores¹¹². Não obstante o caso não ter chegado às vias de fato, Dario parece conhecer bastante bem essas representações sexuais no momento de seu depoimento ao delegado, a ponto de acioná-los e reverter a situação a seu favor.

Ignácia, por seu turno, ao insistir em manter seu ofício, apesar disso despertar a ira e os ciúmes de seu amásio, contraria os valores patriarcais acionados por Dario, demonstrando o quanto às relações afetivas entre as camadas pobres eram motivadas por valores muito mais complexos do que simplesmente os padrões a eles impostos. Sua ligação com Sabino pode ter sido, de fato, apenas uma simples conversa com um freguês. Por outro lado, ter um amante – ou vários – também pode ter sido uma forma de se livrar dos ciúmes e talvez da violência recorrente de seu companheiro.¹¹³

Se não tivesse terminado em uma agressão pouco mais grave, provavelmente o conflito seria decidido entre os três envolvidos com alguns socos e pontapés sem qualquer intervenção da polícia ou da justiça. Mais uma vez, a interferência dos vizinhos – incomodados com a interrupção brusca de seu sono – e da polícia, trouxe à tona a intimidade dos envolvidos. Apesar do grau de conhecimento entre os envolvidos e as testemunhas parecer ser muito menor do que àquele observado no caso da briga entre vizinhas, discutido anteriormente, os moradores da habitação coletiva acabaram por tornar-se personagens importantes de um episódio que só interessava ao casal. Vale mencionar que estes sequer eram moradores da tal estalagem onde sua intimidade foi exposta com direito a gritos e facadas.

¹¹² Correa, Marisa. **Morte em família** (...), op. cit., pp. 113-144.

¹¹³ De acordo com Chalhoub: “(...) a mulher pobre em questão muitas vezes reagia aos maus tratos do companheiro utilizando-se do expediente de mudar de amásio. Esta ‘rotatividade dos amásios’ atirava os homens uns contra os outros e transformava as mulheres de vítimas da violência machista em manipuladoras, conscientes ou não, deste tipo de violência.” Chalhoub, **Trabalho, lar** (...), op. cit. pp. 230-231.

A análise dos casos de agressão nos quais mulheres figuram como as principais envolvidas, sejam elas as vítimas ou as agressoras, permite vislumbrar parte das diversas formas através das quais esses sujeitos tendiam a lidar com os papéis de gênero. Os rótulos recorrentes de mãe e esposa, responsável pela manutenção do lar e pela educação dos filhos, eram simplistas demais para as mulheres das classes pobres. A maior parte delas não podia se dar ao luxo de permanecer em casa cuidando apenas dos afazeres domésticos cotidianos porque, delas, muitas vezes, dependia o sustento integral de seus lares. Os episódios de violência nos quais aparecem envolvidas, surgem aqui como uma forma de dimensionar os espaços de atuação dessas mulheres. Observar a maneira como reagiam em relação à violência doméstica, levando seus conflitos pessoais para serem resolvidos na delegacia, era uma das formas de se fazerem ouvir. Para algumas, tornar públicos seus conflitos privados era a única maneira de livrar-se de maridos e amálios violentos e persistentes. Para outras, no entanto, a liberdade de, simplesmente, trocar de companheiro não era vista como um desvio assim tão grave.

Essa fluidez nos relacionamentos podia parecer, para quem as olhava “de cima”, um indício claro de seu temperamento naturalmente fraco e patológico. Todavia, não podemos negar o fato de que essas mulheres, de uma forma ou de outra, zelavam pela manutenção do bem estar de seus lares e de suas vidas particulares. Algumas podiam fazê-lo utilizando conchas de ferro, outras, mantendo seu sustento e liberdade através do trabalho autônomo, outras ainda, como veremos a seguir, defendendo a garrafadas seu direito sobre um amante. O fato, é que todas elas aparecem aqui devido a certos momentos de tensão nos quais foram levadas diante de delegados e juízes, como vítimas ou algozes de situações nas quais suas vidas pessoais foram expostas, de maneira explícita, ou não. É justamente nesses momentos que os papéis sociais e de gênero a elas atribuídos são manipulados e (re) significados de acordo com as contingências. Formular questões a partir da categoria gênero, nesses casos, leva-nos a questionar o rótulo de vítima atribuído a mulheres que, aqui, atuam como sujeitos de sua própria história, como vítimas, não tão passivas, de hierarquias sexuais fundamentadas em valores patriarcais seculares.

II. Vagabundas e desordeiras pelas ruas de Santana

Se processos de agressão são exemplos ricos em informações sobre o cotidiano dos trabalhadores pobres, seus locais de trabalho e moradia e as formas de organização de sua vida pessoal, quando alternamos o olhar para processos nos quais a violência aparece associada à vadiagem, os espaços públicos ganham destaque. São as ruas que abrigam o principal universo de vigilância e intervenção por parte dos policiais. Desviar o olhar para esses espaços proporciona o surgimento de uma outra ótica através da qual observar os indivíduos das camadas pobres, nesse caso de modo especial as mulheres, cerne dessa discussão. Aqui, a questão a ser tomada, diz respeito à presença feminina nas ruas da cidade.

A maioria esmagadora dos registros processuais pesquisados é referente a mulheres processadas pelo crime de vadiagem (artigo 399 do Código Penal de 1890). Contudo, é importante ressaltar que esse crime abrangia uma variedade de significados tão vagos quanto o próprio termo vadiagem possuía nesse período¹¹⁴. Desse modo, entre as mulheres processadas é possível encontrar desde pessoas que viviam da mendicância, até prostitutas, passando por aquelas citadas em processos sumários e ambíguos cujo conteúdo não permite perceber a verdadeira razão da detenção; todavia, todas essas mulheres foram identificadas como “vagabundas conhecidas, sem domicílio, nem meios de subsistência”, como rezava o jargão policial.

A previsão de penas para vadios já existia nas leis brasileiras desde o Código Penal Imperial de 1830. Em 1888 a discussão sobre esse assunto retorna na forma da “Lei de Repressão à Ociosidade”. Porém, é apenas no Código Penal, promulgado “coincidentalmente” logo após a abolição, que a definição de vadio ganha contornos mais definidos, porém bastante ambíguos, servindo de mote para uma verdadeira febre de repressão. De acordo com o Código Penal de 1890, ser vadio era:

“Deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite; prover

¹¹⁴ Ver: Chalhoub, Sidney. **Trabalho, Lar (...)**, op. cit., trata a questão da vadiagem em fontes semelhantes. Mattos, Marcelo Badaró. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na cidade do Rio de Janeiro do início do século*. Dissertação de mestrado. Niterói: ICHF – UFF, 1991.

a sua subsistência por meio de ocupação ofensiva da moral e dos bons costumes.”¹¹⁵

Nos casos pesquisados, a maior parte dos indivíduos processados aparece sem profissão e domicílio registrados, pré-condição para que fossem enquadrados como vadios. O projeto pedagógico das elites relacionado à vadiagem tinha por objetivo não só reprimir os ociosos, mas, sobretudo, educar os recém libertos com o intuito de garantir a ordem¹¹⁶. O Código Penal republicano reforça essa prática dando amplos poderes à polícia de reconhecer e prender aqueles considerados vagabundos, especialmente a partir da Lei Alfredo Pinto, cujo objetivo era agilizar o julgamento e a punição dos contraventores. Através dessa lei todos os passos do processo – do auto de flagrante à conclusão – seriam conduzidos no âmbito policial, cabendo ao juiz-pretor apenas a tarefa de proferir as sentenças¹¹⁷. Na leitura dos processos, se observa o quanto esse poder reverte frequentemente em perseguição a determinados indivíduos os quais, por ventura ou por ofício, fossem pegos vagando em locais sobre os quais pairava qualquer tipo de suspeição, ou em horários tidos como inadequados. O grande número de processos de vadiagem revela o relativo êxito do projeto republicano de controle social.

Apesar de não se tratar de casos nos quais as réas são processadas por vadiagem, dois casos de atentado ao pudor merecem ênfase por estarem relacionados à questão da presença feminina em espaços públicos. O primeiro é o processo da ré Elcídia Maria da Conceição¹¹⁸. Elcídia, brasileira, 22 anos, cozinheira e moradora no bairro do Engenho Novo, foi presa no dia 23 de julho de 1905, às 11 horas da noite na praça da República, enquanto “proferia obscenidades, mostrando as partes sexuais e ofendendo ao pudor, (...) que no caminho para a Delegacia rasgou as roupas ficando totalmente nua”, de acordo com o depoimento do condutor. Episódios como esse evidenciam o quanto a presença feminina nas ruas, sobretudo em situações extremas como essa, era profundamente incômoda aos olhos das autoridades. Mulheres como Elcídia, certamente, só poderiam ser enquadradas em duas categorias para a justificativa de seus atos: ou tratava-se de uma louca e degenerada, incapaz de dimensionar seus atos, como proclamavam os cientistas; ou de uma

¹¹⁵ Código Penal Brasileiro (Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890) comentado por Affonso Dionysio Gama. São Paulo: Saraiva e Cia. Editores, 1923.

¹¹⁶ Chalhoub, Sidney. **Trabalho, Lar (...)**, op. cit.

¹¹⁷ Mais detalhes sobre essa lei em: Mattos, Marcelo Badaró. *Vadios, jogadores (...)*, op. cit., p. 41.

¹¹⁸ AN-OR3990/1905-8ª Pretoria/RJ.

“meretriz de baixa estirpe” acostumada a promover escândalos pelas ruas da cidade, como costumavam declarar alguns policiais.

Esse tipo de situação poderia ser agravada quando a variável cor estivesse relacionada ao comportamento da infratora. Em artigo sobre o tema da loucura, Maria Clementina P. Cunha resgata o episódio no qual é protagonista a jovem negra Antônia, de 20 anos, presa ao viajar de trem usando trajes masculinos.¹¹⁹ A partir da história de Antônia, Cunha expõe a questão da presença de mulheres negras em instituições psiquiátricas e ressalta que os pareceres médicos sobre essas internas eram, em geral, vagos permitindo apenas a percepção da relação direta estabelecida entre inferioridade de raça e degeneração. Para médicos como Franco da Rocha, no caso de mulheres negras e pobres a predisposição à loucura seria proporcionalmente maior que nos homens da mesma condição. As justificativas a essa tendência à loucura, ao alcoolismo e ao vício, seriam as condições às quais se submetem na luta pela vida.¹²⁰ A autora destaca ainda, a importância dos valores moralizantes embutidos nos julgamentos de loucura. Para as mulheres negras, entretanto, consideradas a escala mais profunda da degeneração humana, o hospício seria quase desnecessário devido à sua condição mais animal que humana.¹²¹

O caso de atentado ao pudor no qual é ré Benedicta Maria, conhecida pelo vulgo “Comida de Onça”, é também esclarecedor. Com idade não mencionada, Benedicta foi identificada como sendo uma mulher solteira, natural do estado da Bahia, exercendo a profissão de cozinheira e “carregadora de comida”. Presa às 3 horas da tarde “na Praça da República, entre o Hotel Gionelli e a Faculdade de Direito, entre as ruas da Constituição e do Hospício”. Note-se a rara abundância de pequenos detalhes na descrição do local onde foi efetuada a prisão, provavelmente, com o intuito de reforçar a importância do local como espaço de grande circulação de pessoas. As testemunhas, todos policiais, fornecem declarações importantes de serem transcritas, pois demonstram a clara preocupação em puni-la por uma ofensa considerada grave. Nas palavras de Agapito Marcelino Chasse, 34 anos, português, guarda civil:

¹¹⁹ Cunha, Maria Clementina Pereira. De Historiadoras Brasileiras e Escandinavas: Loucuras, Folias e Relações de Gênero no Brasil (século XIX e início do século XX)”. IN: *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, n.º 05, jun. 1998; Rio de Janeiro, Sette Letras, pp. 181-215.

¹²⁰ Cunha, op. cit., p. 199.

¹²¹ Cunha, op. cit., p. 200-201. Percebe-se aqui algo que Esteves também destaca em relação à preocupação do projeto jurídico em discriminar as mulheres negras ao mesmo tempo em que visava a regeneração das mulheres brancas; conf. Esteves, Martha de Abreu. **Meninas perdidas (...)**, op. cit.

“[foi presa] uma preta conhecida por ‘comida de onça’ e habitual em praticar escândalos quase sempre na Praça da República. Que essa preta cujo nome é Benedicta Maria Joana da Conceição praticava então uma das suas habituais cenas de ultraje ao pudor público levantando a saia e camisa que vestia, mostrando não só as partes sexuais como também as nádegas (...)”

O inspetor seccional Edgar Sampaio, 30 anos, brasileiro, por sua vez vai ainda mais longe em suas considerações, mesmo não tendo presenciado o incidente:

“(...) achando-se nesta Delegacia quando teve ciência que, na Praça da República uma mulher de cor preta fazia ali grande escândalo (...). Que na hora em que se dava o fato, três horas da tarde, transitam pelo local muitas pessoas e também veículos da Cia São Cristóvão em que vinham senhoras(...)”

A ré foi condenada a um mês de prisão por atentado ao pudor. É interessante notar que, ao contrário da maioria das outras em situação semelhante, ela não foi simplesmente recolhida ao hospício. Isso indica claramente não se tratar de pessoa com sintomas atribuíveis à “loucura”. É provável tratar-se apenas de um episódio de embriaguez, passível apenas de uma punição educativa. Benedicta preenchia todos os requisitos necessário para ser enquadrada como uma mulher tipicamente passível de perseguição e vigilância policial. Se, como vimos no capítulo anterior, as mulheres predominantes nas delegacias eram as negras – designadas como pretas e pardas -, some-se a isso o fato de Benedicta ter sido presa na rua, em um local de grande circulação de indivíduos, pré-requisito para não ser uma mulher considerada honesta. Além disso, possuía como agravante o fato de ter cometido um atentado ao pudor, expondo as partes mais íntimas de seu corpo, cuja exibição deveria ser restrita apenas ao âmbito privado e mais íntimo do lar.

De acordo com a fala da primeira testemunha, os “escândalos” eram prática habitual na vida da “preta” Benedicta. O inspetor Edgar Sampaio, por seu turno, apesar da não se encontrar presente no momento do ato, apresenta o depoimento mais inflamado

contra a prática da infratora. Ele ressalta o fato do atentado ao pudor ter ocorrido em praça pública, diante dos olhos de diversos transeuntes, entre eles, senhoras que vinham nos bondes, estas sim, mulheres distintas e honradas. Nesse episódio a cor não é meramente mais um sinal de identificação. Ela é uma prova da inferioridade e da degeneração de Benedicta.

II.1. O poder do abuso ou os abusos do poder.

Os casos de repressão à vadiagem trazem para o debate as formas como os indivíduos eram espoliados de seus direitos através de práticas arbitrárias por parte do aparato policial. Porém, esse mesmo universo apresenta as formas como os sujeitos aí lançados negociavam com essas situações de seu cotidiano de modo a burlar a lei, mobilizando os mais variados artifícios. Aos agentes da lei cabia a tarefa de por em prática os projetos de controle e repressão aos cidadãos tidos como vadios alguns deles, na verdade, trabalhadores e moradores das inúmeras habitações coletivas. Estes espaços de moradia eram bastante comuns na região de Santana e neles ocorreram inúmeros episódios que foram terminar nas delegacias.

Adentrar esse universo significa conhecer parte da história de um sem número de Conceições de origens diversas, que utilizaram seus próprios nomes ou apelidos como estratégia para enganar a polícia. Significa também questionar a forma como essas mulheres agenciavam o fato de serem consideradas “vagabundas”. Parte delas, por sua vez, quando presas como vadias, estava simplesmente no lugar certo, porém na hora errada. Lugar certo porque, ao contrário do que pretendiam juristas, médicos e intelectuais do período, a rua era sim o lugar da mulher pobre. Era de lá que provinha, muitas vezes, o sustento de seus lares e filhos. Assim, estar na rua, nem sempre significava estar “perambulando em vadiagem”, mas, sobretudo, denotava parte da luta diária por sobrevivência. Mônica Pimenta enfatiza o fato da presença dessas mulheres nas ruas da cidade diferir da norma imposta do alto quanto à utilização adequada do espaço público. Entre as camadas mais abastadas, a presença de mulheres nas ruas obedecia a uma série de regras e padrões de comportamento e pressupunham uma certa passividade face aos papéis de gênero. Entre as mulheres pobres, por outro lado, tal passividade não ocorria porque seu

cotidiano estava diretamente ligado e essa permanência. Eram estes os locais onde trabalhavam, encontravam com conhecidos e estabeleciam suas variadas teias de relações, ampliando as possibilidades de trabalho e de relacionamentos afetivos.¹²²

Por outro lado, as mesmas ruas podiam também ser o local de trabalho de meretrizes pobres. Estas, apesar de não serem criminosas, eram consideradas a antítese ao modelo da mulher considerada “honesta”. A repressão à vadiagem parece ter sido uma das formas de perseguir e neutralizar essas mulheres. Para o caso das demais, permanecer nas ruas em convívio estreito com essas meretrizes podia, sem dúvida, ser uma pré-condição para que todas também fossem passíveis de estigmatizações e perseguição.

Em um momento no qual as dimensões da honra feminina inflamavam os debates jurídicos sobre os crimes de sedução e defloramento, certamente as mulheres tidas como “honestas”, jamais deveriam ser vistas pelas ruas em horários adiantados.¹²³ Sob essa ótica, pouca diferença existiria entre Elcídia e a baiana vendedora de quitutes, Ignácia. Sua permanência nesses locais públicos, ainda que em horários considerados adequados, deveriam ser supervisionadas por membros mais velhos da família, ou ainda damas de companhia especialmente designadas para essa função. É dentro desse contexto que ganha força a questão da repressão à vadiagem, que lança, de forma quase indistinta, trabalhadores – homens e mulheres – cujo objetivo é garantir o sustento diário, ao lado de outros tantos miseráveis, obrigados a viver da mendicância e da prática de pequenos delitos. Boa parte deles recebe o rótulo de “vadios e desordeiros”, quando de fato tratam-se de trabalhadores informais. Para o caso das mulheres, especificamente, é óbvio não podermos considerar “desonestas” todas aquelas envolvidas no cotidiano policial, especialmente, porque os significados de honestidade eram muito diversos em um universo no qual a presença da mulher na rua podia significar o sustento de sua família, ou a complementação da renda de um casal. Ou ainda, como no caso da baiana Ignácia, podia representar sua relativa autonomia em relação ao amásio ciumento e violento que se proclamava responsável por seu sustento e manutenção. A própria ambigüidade das fontes

¹²² Velloso, Mônica Pimenta, *As tia baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro*. IN: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 3, nº 6, 1990; p. 12.

¹²³ Sobre a presença de mulheres pobres nas ruas ver: Graham, Sandra L. **Proteção e obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Também dentro dessa discussão, porém, com ênfase na questão da honra feminina ver: Esteves, Martha de Abreu, op. cit.; e para um período posterior: Caulfield, Sueann, **Em defesa da honra (...)**, op. cit.

sobre a vadiagem nos permite vislumbrar quais significados esse termo deveria possuir para o caso de mulheres detidas. O que deveria significar, de fato, ser perseguida nas ruas e identificada como “vagabunda conhecida” por policiais e testemunhas nas delegacias?

É essa mesma ambigüidade que levava ao “desencontro” de informações que marcava o andamento do processo da delegacia até a decisão do juiz e, muitas vezes, levava à sua anulação ou a absolvição das acusadas, seja por falta de provas do flagrante, seja pelo fato do depoimento das testemunhas apresentar qualquer tipo de contradição, ou mesmo devido à acusada apresentar evidências capazes de comprovar sua idoneidade, endereço e, contrariando as alegações de praxe, uma ocupação honesta.

Um caso que merece menção é um processo no qual, através do depoimento das testemunhas, constatou-se que os dois envolvidos haviam sido presos pelo mesmo policial em locais diferentes, o que anulava o flagrante e, conseqüentemente, o processo. Esse caso leva a um exercício imaginativo no mínimo engraçado, se pensarmos que o condutor efetuou duas prisões pelo “preço” de uma. Eram os réus Deográcia Maria da Conceição, de 23 anos, solteira, natural de Diamantina, Minas Gerais, de profissão cozinheira, e o serralheiro de nacionalidade portuguesa Antônio Alves da Silva, 44 anos, solteiro. Além de não constar no inquérito, o depoimento do policial responsável pela prisão dos acusados, a fala das testemunhas registra que Deográcia teria sido presa na rua General Pedra, enquanto Antônio, teria sido detido na rua Santo Cristo.¹²⁴ Essa “mania” da polícia de deter vários indivíduos em locais diferentes, aparentemente, não era incomum. O mesmo teria ocorrido à viúva Maria Joana, cuja idade ignorava, natural do Ceará, lavadeira desempregada moradora na rua da América, número 98. Presa às dez horas da manhã na já famosa rua General Pedra junto com as acusadas Izabel Rocha, de 21 anos, natural do Rio de Janeiro e, Alice Maria da Conceição, com os mesmos 21 anos e também natural da capital federal, Maria Joana apresentou ao juiz a seguinte defesa:

“(…) a acusada Maria Joana, presa na rua da América ao sair de casa – rua da América, número 98 (...) para buscar roupas de seus fregueses pois é lavadeira, foi presa como vagabunda pelo Ilmo. Inspetor, e conduzida à Delegacia, onde foi

¹²⁴ AN-OR3891/1905 – 8ª Pretoria/RJ.

processada com outras mulheres, como se juntas estivessem na fala das testemunhas.

A acusada é uma mulher que vive de seu trabalho para sustentar uma filha menor de 11 anos de nome Maria – que em sua companhia tem; não é vagabunda, tem domicílio e meio de vida (...).”

Anexado aos autos do processo consta também um recibo de aluguel do cômodo à rua da América, número 98, em nome de Jenerozo Pinto. No topo do mesmo documento, assinado por Dona Maria Augusta Correia, – provável proprietária do imóvel - lê-se: “o presente recibo está no nome do marido (amásio) da acusada Maria Joana”. Além disso, segue também anexado um abaixo-assinado no qual sete testemunhas atestam a idoneidade da ré¹²⁵. Infelizmente, não foi possível desvendar o desfecho do processo, porque a sentença apresenta-se ilegível. Apesar disso, esse exemplo serve para demonstrar que a perseguição policial marcada por suas arbitrariedades rotineiras gerava solidariedades e encontrava resistência entre os sujeitos atirados no universo da vadiagem. Os indivíduos presos, homens e mulheres, mobilizavam os mais diversos tipos de artifícios, verdadeiros ou falsos, com o intuito de encontrar as brechas do aparato policial.

As autoridades, por seu turno, mantinham-se firmes em seu projeto de caça aos vadios e não são raros os casos nos quais estes se afirmam diretamente perseguidos pelos agentes da lei. No processo em que são rés Leonor Marques, 38 anos, Emília Maria da Conceição, 21 anos e, Dalila Maria da Conceição, de 17 anos, todas solteiras e, supostamente, sem profissão ou domicílio esse tipo de perseguição fica bem evidente. As três foram detidas às oito horas da manhã, como vadias no Largo de São Joaquim, dentro dos limites da 2ª circunscrição. Possuíam contra si a acusação de reincidência, constatada a partir do exame de suas fichas antropométricas provenientes do Gabinete de Identificação e Estatística, todas elas com diversas entradas anteriores na Casa de Detenção, usando, inclusive, diferentes nomes. Em defesa apresentada pelas rés, estas, entretanto, afirmam que as fichas são falsas, pois nunca teriam mudado seus nomes, sendo a acusação fruto de perseguição policial. Afirmam, ainda, não terem sido presas juntas – prática bastante comum – sendo cada uma detida em lugar diferente. Além dessas considerações, pesava

¹²⁵ AN-OR3753/1904 – 8ª Pretoria/RJ.

também fato de não ter sido nomeado curador para as menores, determinando a anulação do processo e a absolvição das rés.¹²⁶

O exercício de deter vários indivíduos ao mesmo tempo parece indicar que os policiais agiam dessa maneira obedecendo a ordens superiores. No entanto, não possuíam preparo suficiente para exercer esse poder proporcionado por leis e decretos que a maioria deles só conhecia na prática cotidiana, pois boa parte deles era constituída de analfabetos, sendo assim incapazes de ler o que de fato diziam esses códigos.¹²⁷ Da mesma forma, certamente os contraventores – homens e mulheres – também possuíam um conhecimento semelhante em relação a esses regulamentos, pois eram os seus alvos diretos. Algumas vezes, como fica claro, suas formas de manipular essas regras permitia-lhes escapar ilesos da ação policial. Em outros momentos, essa manipulação certamente deveria ocorrer através de redes de solidariedade existentes com os indivíduos pertencentes a essa instituição.

O português Vasco Peixoto parece também ter sentido na pele a rotina da vigilância e da perseguição policial. Com 40 anos de idade, casado, “trabalhador”, foi preso junto com Maria Benedita da Conceição, 46, viúva, lavadeira, na rua da América, em horário não informado, pelo inspetor Sydrônio José de Oliveira da 9ª circunscrição. No inquérito policial, consta ser o réu analfabeto. Porém, sua defesa foi escrita e assinada por seu próprio punho. Registrar os indivíduos como analfabetos parecia ser um outro meio encontrado pela polícia para forjar os testemunhos que julgasse mais convenientes nos casos de vadiagem. Quando os réus eram analfabetos, os próprios policiais de plantão assinavam os testemunhos. Isso certamente dava margem ampla para abusos. De acordo com Vasco:

“(…) sendo morador na Rua Senador Euzébio nº 228, padaria onde trabalha, e tendo necessidade de ir à Rua São Diogo em casa de uma minha lavadeira a fim desta me entregar uma roupa que tinha mandado esta lavar; e quando nesta ocasião que estava na parte da casa da referida lavadeira,

¹²⁶ AN-OR3323/1904 – 8ª Pretoria/RJ.

¹²⁷ Sobre o despreparo da polícia no período ver Bretas, Marcos Luiz. **A guerra nas ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997; e do mesmo autor: **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

apresentou-se um enxerido que me embargou os passos intimando-me a comparecer com ele à 9ª Delegacia a fim de lá dar uma explicação ao Delegado da referida Delegacia, e chegando na referida Delegacia em presença do Inspetor de dia que lá estava que na mesma ocasião soube que aquele indivíduo e meu condutor era agente de polícia da mesma Delegacia por ter um aparentado ao inspetor e declarar que tinha me prendido por eu ser bêbado e vagabundo, querendo eu protestar a acusação que o referido agente estava me fazendo em presença do inspetor, esta não me quis ouvir o meu (...) mandando-me arrecolher-me (sic) no xadrez, e no dia (...) remeteu-me para a Casa de Detenção até a data da presente a ordem e a disposição de V. Ex^a sem a competente nota de culpa pela qual eu pudesse verificar qual o meu crime; pois o suplicante confiado na reta justiça que caracteriza os atos de V. Ex^a, espera o vosso bondoso e magnânimo coração a luz da liberdade que só assim salvará um desprotegido da sorte ao fundo do abismo e perseguido por alguém. Portanto, desde já ficará ansioso do fundo do cárcere pela liberdade ao trabalhador e cumpridor dos seus deveres espera justiça (...).”

Sobre Maria Benedita, nada mais consta no processo além das informações extraídas do inquérito policial. Sabe-se, porém, que ela aparentemente também foi beneficiada pelas irregularidades apresentadas na defesa de Vasco Peixoto, pois o processo foi anulado e ambos foram absolvidos.¹²⁸

Outra forma de enfrentar a polícia encontrada pelos sujeitos detidos como vadios era a denúncia crítica à repressão desenfreada e aos abusos por ela cometidos. Foi o que fez Maria Emília da Conceição, de 25 anos, casada, natural de Pernambuco, e moradora do Morro da Favela, local onde foi presa como vadia às oito e meia da noite. Em sua defesa Maria Emília declarou “que não é vagabunda e que se está desempregada é porque faltam colocações no Rio de Janeiro, e que sair para tomar um café no botequim e em seguida retornar para casa não pode ser sinal de vagabundagem”.¹²⁹ Se sua declaração é verdadeira ou não, nunca saberemos – aliás, isso pouco importa. Interessa aqui, o fato dela utilizar o

¹²⁸ AN-OR3941/1905 – 8ª Pretoria/RJ.

¹²⁹ AN-OR3659/1904 – 8ª Pretoria/RJ.

exíguo espaço dado aos acusados nesse tipo de processo para disparar uma dupla crítica a sociedade em que vivia. Maria Emília, em poucas palavras, mostra duas formas através das quais pessoas como ela eram cotidianamente jogadas às margens, sendo forçadas a inventar meios de sobreviver nessas condições.

O advogado da menor Maria da Conceição, 17, solteira, lavadeira, natural de São Paulo, vai ainda mais longe em suas críticas e dispara:

“(…) Não procede a acusação contra Maria da Conceição como incurso nas penalidades do Artigo 399 do Código Penal.

Pelos presentes autos verifica-se que a acusada foi presa em flagrante quando vagabundeava, mas entretanto (sic), não existe a discriminação do delito, não existe a exposição clara do que seja flagrância de vagabundagem, apesar da falsidade das alegações das testemunhas, um empregado público, outro negociante que certamente empregam-se em constatar delitos dessa natureza; isto se dermos crédito a existência dessas duas testemunhas (em processo dessa espécie) que muitas vezes nos reposteiros das Delegacias nascem tão somente do bico da pena, o processo é inteiramente falso e espera a acusada a sua absolvição (…)”

O apelo crítico do advogado e curador de Maria da Conceição, no entanto, não teve o mesmo efeito da defesa do português Vasco Peixoto. A menor foi condenada à prisão na Colônia Correccional até a idade de vinte e um anos. Contudo, fica a dúvida sobre a real dimensão da validade dos processos de vadiagem. Essa crítica em relação à febre repressora que marca os últimos anos do século XIX e a primeira década do século XX também encontrou ecos na imprensa da época, como no trecho extraído do jornal *Correio da Manhã*:

“Não é regular o que muitas vezes pratica a polícia nos processos de vadiagem, quando tolhendo a liberdade de qualquer pessoa, busca justificar este seu ato violento com a citação do artigo 399 do Código Penal. (...) O que se dá é um verdadeiro

abuso, pois que delegados há que conservam presos indivíduos trabalhadores e sérios, mandando-os processar pelo simples fato de agentes da segurança pública apresentá-los como vagabundos”.¹³⁰

O ano em que a crítica foi publicada – 1904 – coincide, justamente, com o período no qual percebe-se um aumento bastante considerável no número de processos de vadiagem na 8ª Pretoria.¹³¹ Convém destacar que a condenação veiculada pelo periódico não se refere à repressão propriamente dita, ela remete a forma como a polícia vinha agindo de forma arbitrária e cobra um posicionamento idôneo por parte das autoridades para que a vadiagem seja reprimida de forma legal e criteriosa, dessa forma, evitar-se-ia também um sem número de anulações de processos.

II.2. Artifícios populares

Por outro lado, se em um dos extremos a polícia pareceu forjar como pôde os flagrantes de vadiagem, convém destacar que na outra ponta da corda os sujeitos, vítimas de sua ação, também encontravam formas de burlar esses abusos através de artifícios bastante simples e, em boa parte das vezes, eficazes. Além da crítica feita através das defesas a de apresentação de padrões ou outros conhecidos como testemunhas de sua honestidade, a troca de nomes foi um dos artifícios mais utilizados por mulheres presas como vadias (e também por homens, evidentemente) com o intuito de despistar a ação da polícia. São numerosos, entre os processos, os casos nos quais as detidas têm suas fichas de identificação levantadas pela polícia e nelas se observam diversas entradas anteriores na Casa de Detenção com diferentes nomes em cada uma das prisões. Foi inclusive, vale lembrar, a persistente recorrência do nome Conceição entre as mulheres presas que despertou a curiosidade inicial desta pesquisa.

¹³⁰ *Correio da Manhã*, 01/03/1904. “Processo de Vadiagem”. A pesquisadora Érika Arantes mostra, nas conclusões contidas em sua dissertação de mestrado, que o conhecido jurista Evaristo de Moraes também utilizou as páginas do mesmo periódico, poucos dias antes (29/02/1904) para reclamar contra as arbitrariedades policiais. A reclamação publicada no dia 01/03/1904, certamente, é uma espécie de eco do debate incitado pelo jurista. Ver: Arantes, Érika Bastos. *O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*. Campinas, SP: [s.n.], 2005, pp. 51-52.

¹³¹ Conferir capítulo I.

A acusada Maria Rosa do Espírito Santo ou Maria Francisca, presa à uma hora da madrugada na rua General Pedra, em companhia de Malvina Maria da Conceição, Adelaide Justina de Castro e Juliana da Silva, declarou em seu interrogatório à polícia que havia trocado de nome “para furtar-se da ação da justiça”.¹³² Ela e as demais envolvidas foram absolvidas após passarem treze dias na Casa de Detenção. As acusações contra elas foram julgadas improcedentes, pois nada mais foi localizado contra as réas.

Ao contrário dos casos apresentados, nem sempre a troca de nomes era suficiente para livrar as mulheres processadas da punição. Foi o que parece ter ocorrido a uma tal Maria Rosa do Espírito Santo, de 30 anos, natural da cidade de Cordeiro, no estado do Rio de Janeiro. Aparentemente, trata-se da mesma pessoa mencionada no exemplo acima, porém, sua habilidade anterior em despistar a polícia não legou o mesmo número de informações sobre a ré que agora possuo. Além do nome, as outras informações que se repetem são apenas a naturalidade da infratora e o fato de já ter sido processada outras duas vezes na 8ª Pretoria, e detida uma outra vez na 2ª circunscrição, todas com a mesma alcunha. Dessa vez, porém, a ré foi condenada a pena de dois anos na Colônia Correcional de Dois Rios, pois a reincidência foi confirmada através de sua ficha de identificação.¹³³

Em episódio semelhante, a acusada Maria da Conceição, de 22 anos, solteira, natural de São Paulo, foi presa na rua Doutor João Ricardo, às sete horas da manhã. Anexada ao processo, aparece sua ficha de identificação, na qual lê-se ter sido registrada na Detenção pela primeira vez em trinta e um de março de 1903, com o nome de Celina Rosalina Maria de Jesus, nome bastante longo, permitindo uma série de combinações. Seguem-se outras dezesseis entradas, a maior parte com nomes diferentes, cinco delas com a combinação Conceição.¹³⁴

O considerável número de processos de repressão à vadiagem feminina, seguido de perto pelos índices de reincidência, traz novamente para a discussão a questão dos significados da presença feminina nas ruas¹³⁵. Se, como afirmei anteriormente, as mulheres

¹³² AN-OR3634/1904 – 8ª Pretoria/RJ.

¹³³ AN-OR3910/1905 – 8ª Pretoria/RJ.

¹³⁴ AN-OR4007/1905 – 8ª Pretoria/RJ. Ver, da mesma ré: AN-OR3603/1904 – 8ª Pretoria/RJ, Antônia Maria da Conceição, AN-OR2869/1903 – 8ª Pretoria/RJ, Eva Maria da Conceição, AN-OR3467/1904 – 8ª Pretoria/RJ, Celina Maria da Conceição; AN-OR3649/1904 – 8ª Pretoria/RJ, Celina Maria da Conceição.

¹³⁵ Utilizando dados provenientes dos livros de registro da Casa de Detenção, a pesquisadora Érika Arantes, concluiu que 60% das prisões de portuários entre os anos de 1901 e 1901, referiam-se a contravenções

cujo cotidiano era marcado pela presença nas ruas (como local de trabalho ou de passagem), não eram vistas com bons olhos pelos grupos que legislavam sobre o papel da mulher nesse período, por outro lado, essa presença tinha outros significados para elas mesmas. Certamente, os sujeitos com os quais cruzavam em suas andanças pelas ruas da cidade, alternavam diferentes opiniões sobre cada mulher presente nesse ambiente. Para a polícia, a partir do momento em que eram detidas, todas se tornavam “vagabundas conhecidas”. Os processos, contudo, deixam margem para que a perseguição aos vadios leve a diversos questionamentos. Primeiro, sobre a validade desses processos, como vimos, construídos de forma arbitrária e duvidosa e, segundo, sobre seus significados, inseridos em um contexto no qual os trabalhadores pobres vinham sendo recorrentemente espoliados de seus direitos. Para esse caso específico, ver as mesmas mulheres sendo detidas como vagabundas mais de uma vez, faz pensar o quanto o artifício de condená-las por vadiagem não era também uma forma de disfarçar a repressão em relação à prostituição não tipificada como crime no Código Penal então vigente.¹³⁶

Prendendo-as como vadias devido à suposta inexistência de profissão honesta e moradia fixa, a polícia mantinha-se relativamente afastada do centro dos debates em torno da questão da prostituição. Ao mesmo tempo, atendia duplamente ao ideal de saneamento das ruas próximas à região central, cumprindo fielmente sua nova atribuição.¹³⁷ Como discutido no capítulo anterior, é bastante pequeno o número de processos nos quais as mulheres aparecem como prostitutas de profissão. Mais uma vez permanece a dúvida sobre o fato de serem elas de fato meretrizes, ou se essa foi mais uma forma encontrada pela polícia de expor sua vida “desregrada” perante os juízes. Todas – a exceção de um caso – eram presas como ébrias, vagabundas ou desordeiras, fala repetida nos depoimentos das

(vadiagem, embriaguez, desordem, jogo e capoeiragem), sendo que somente a vadiagem compreendem 42,2% do total. Apesar de não ser possível utilizar esses dados para estabelecer uma comparação com a proporção de mulheres detidas pelo mesmo motivo, é possível termos uma dimensão da febre repressora à vadiagem em relação aos homens, certamente bem maior que entre as mulheres. Ver: Arantes, Érika Bastos. *O porto negro* (...), op. cit., p. 41.

¹³⁶ Ver: Pereira, Cristiana Schettini, *Que tenhas* (...), op. cit.

¹³⁷ Sobre a imposição de normas em relação à prostituição ver: Engel, Magali. **Meretrizes e Doutores. Saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, (1845-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

“(…) e que ao mesmo tempo não se refletisse a imperiosa tarefa de levar este espírito de reforma até a administração policial, que é quem mais de perto lida com o público e a que tem o dever imediato de assegurar-lhe a propriedade e a vida, bem como a obrigação de prever-lhe e corrigir-lhe os maus hábitos.” Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Anexo I, 1904, APUD: Mattos, Marcelo Badaró. *Vadios, jogadores* (...), op. cit, p. 60.

testemunhas e condutores, padrão em todos os processos desse tipo¹³⁸. Esse foi o caso do processo, no qual a acusada Castorina Maria da Conceição se declara prostituta e afirma receber visitas nessa condição no endereço onde reside.¹³⁹ Presa na rua, Castorina foi processada por embriaguez e vadiagem, sendo absolvida do primeiro delito e condenada a vinte e dois dias e meio de prisão pelo segundo. Muitas delas podiam mesmo exercer a prostituição eventualmente, como modo de complementação de renda ou de enfrentar conjunturas difíceis¹⁴⁰; outras ainda eram seguramente confundidas com meretrizes quando apenas namoravam livremente. Mas por vezes mulheres assumem abertamente a profissão diante do delegado, cientes que não podiam ser processadas por isso.

II.3. Quando agressão e vadiagem se confundem

Aproveito o mote deixado pelo debate anterior acerca da violência à qual as mulheres, de modo geral, estavam expostas em seu cotidiano familiar para discutir mais detidamente a associação entre violência e vadiagem femininas. Em termos estatísticos, os processos de agressão ocorridos fora do âmbito doméstico ou das habitações coletivas, perfazem um total de, aproximadamente, 35% dos casos. É importante frisar que nem todos esse casos constituem exemplos nos quais a vadiagem aparece explicitamente. Todavia, o envolvimento de mulheres em brigas de rua, especialmente em um contexto de recrudescimento da perseguição aos indivíduos tidos como vagabundos, certamente, reforçava os estereótipos sobre elas.

No dia 2 de abril de 1901, a ré Cecília Maria da Conceição, pernambucana de 21 anos, foi acusada de agredir a socos e pontapés a cozinheira de cor preta, com 35 anos, Izabel Maria da Conceição, no botequim localizado na rua Senador Pompeu, esquina com Travessa Dona Felicidade. Izabel apresentou a seguinte versão na delegacia:

¹³⁸ No primeiro capítulo discuto brevemente esse aspecto apoiada nas idéias da monografia da pesquisadora Leriche de Castro Garzoni, na qual apresenta dados sobre esse assunto. Conferir: Garzoni, Leriche de Castro. *Raparigas e Meganhas no Campo de Santana: Elementos para uma história social da prostituição no Rio de Janeiro (1903-1907)*. Campinas, SP: [s.n.], 2005;

¹³⁹ AN-OR2423/1902 – 8ª Pretoria/RJ.

¹⁴⁰ Ver informações sobre o custo de vida em: Damazio, Sylvia F. **Retrato Social (...)**; op. cit., pp. 45-65.

“(...) que se encontrava no local da ofensa com a acusada quando começaram uma discussão e ela empurrou-a e quando caída acertou-lhe uma pedrada no peito e muitos socos e pontapés (...)”

Cecília por sua vez tem uma outra versão para mesma história:

“(...) que entrou no botequim localizado no endereço onde ocorreu a ofensa e sentou-se a uma mesa onde em seguida sentou-se um homem desconhecido, e nessa ocasião apareceu a ofendida que pediu uma garrafa de cerveja e veio em sua direção; para defender-se empurrou-a sobre uma cadeira; enquanto isso o homem saiu correndo, e depois ela soube que ele era amigo da ofendida; que quando saía do botequim esbarrou na ofendida que caiu na rua sobre os trilhos do bonde, porém que ela acusada não espancou a ofendida (...)”

Não ficam claros os motivos exatos da contenda entre as duas Conceições. Parece que o desconhecido, que tratou de fugir quando notou a confusão formada, ocupa o centro da disputa, mas a ausência de seu testemunho nos deixa na curiosidade sobre maiores detalhes. As testemunhas apenas confirmaram a agressão, sem saberem os detalhes que levaram a ela.¹⁴¹ Apesar das lacunas deixadas pela leitura do processo, o simples fato do incidente ter ocorrido em um botequim, nos leva novamente a constatar as formas diferenciadas como as mulheres das classes pobres se relacionavam com os espaços públicos, distantes daquelas pretendidas por médicos, intelectuais e juristas do período. O importante aqui é pensar no quanto os códigos de conduta moral dominantes foram “burlados” por essas mulheres. Em primeiro lugar porque estavam em um botequim, local considerado bastante impróprio para o público feminino, de acordo com os preceitos da época. Além disso, ambas envolveram-se em um episódio de violência mútua e sangrenta.

Marisa Correa chama a atenção para o fato de que os episódios de violência que tinham mulheres como protagonistas tendiam a serem considerados como de legítima

¹⁴¹ AN-OR1951/1901 – 8ª Pretoria/RJ.

defesa. Os veredictos, nesses casos, costumavam reforçar o papel de vítima relegado ao sexo feminino e a enfatizar a defesa do espaço doméstico como justificativas para seus momentos de brutalidade.¹⁴² A autora, no entanto, se refere a episódios em que a violência da mulher é dirigida contra o sexo oposto, em geral, contra seu companheiro. No caso do processo acima, o rótulo de vítima cai por terra, na medida em que a defesa do âmbito privado não pode ser usado como justificativa. Cecília e Izabel se envolveram em uma briga, aparentemente, por causa do tal homem que, no momento mais crítico, tratou de deixar para ambas a missão de resolverem o conflito sozinhas. Esse tipo de disputa amorosa parecia recorrente entre homens, como no episódio de homicídio narrado por Chalhoub, no qual é réu o trabalhador da estiva Antônio Paschoal, acusado de ter assassinado a tiros um seu companheiro de trabalho conhecido por Zé Galego, devido a uma disputa amorosa.¹⁴³

Poderíamos afirmar que entre os trabalhadores pobres que habitavam aquela densa área de Santana haveria uma inversão de papéis de gênero. Porém, creio ser essa perspectiva um tanto reducionista, na medida em que considera a existência de valores fixos. Não descarto completamente a existência de um repertório comum de valores e práticas compartilhadas por um determinado grupo, como no caso dos significados atribuídos ao Santo Onofre causador da briga entre vizinhas mencionada anteriormente. Todavia, esses valores encontram-se em movimento constante e são passíveis de serem permanentemente (re) negociados e (re) inventados, especialmente, devido à sua circulação pelos mais diversos âmbitos da sociedade. A acusada Cecília se utiliza desse expediente ao demonstrar que conhece e sabe utilizar os valores atrelados ao fato de possuir um emprego fixo e acionar alguém capaz de testemunhar a seu favor. De acordo com o depoimento de sua patroa, esta não conheceria Cecília como “vagabunda ou turbulenta. Não contando que a mesma tenha sido recolhida a qualquer xadrez”. Ao acionar sua vida particular como evidência de sua honestidade, o depoimento de sua patroa talvez tenha contribuído para

¹⁴² Correa, Marisa. **Morte em família (...)**, op. cit., pp. 241-298.

¹⁴³ A discussão sobre o processo perpassa quase toda sua análise, no entanto, conferir, especialmente, Chalhoub, **Trabalho, lar (...)**, op. cit., Introdução, pp. 23-58 e o Epílogo, pp. 345-348.

que Cecília fosse absolvida após passar quarenta e oito dias detida, durante o desenrolar do processo¹⁴⁴.

A combinação de episódios de agressão e vadiagem nos legou um dos poucos processos no qual a cor de uma das envolvidas é mencionada. Além disso, o caso de apreso a seguir, também serve para levantar mais algumas hipóteses relacionadas à discussão sobre a vitimização e a passividade atribuídas às mulheres em geral, quase uma característica “típica” do gênero. Trata-se do episódio ocorrido no dia 17 de maio de 1900. O processo teve como uma de suas protagonistas a brasileira de cor preta, Alzira Alice da Conceição, de vinte anos, vítima de agressão na delegacia da 3ª circunscrição. A responsável foi a baiana Euzébia Cândida Ribeiro, de cinqüenta anos, moradora da rua Formosa, número 45, de profissão cozinheira e lavadeira.¹⁴⁵ Tanto a ré como a vítima encontravam-se na delegacia no momento da agressão, recolhidas ao xadrez por desordem e vadiagem. Inicialmente, chama a atenção o fato de apenas Euzébia ter sido processada, pois as duas já haviam infringido a lei, promovendo desordem no local onde foram detidas e, em seguida, na delegacia. Entretanto, o mais intrigante do que nos restou sobre a história é o fato da agressão ter sido mútua, de acordo com o testemunho do inspetor seccional Horácio Ferreira Travasso:

“(...) disse que estava de serviço e presenciou a dentada dada por [Alzira] Alice que decepou parte da orelha de Euzébia e teria engolido a parte decepada porque esta não foi encontrada em lugar algum (...)”

Note-se que a vítima aparentemente foi Euzébia. Ela teve parte de sua orelha decepada e, aparentemente, engolida por Alzira em um episódio capaz de gerar páginas de discussão entre médicos e teóricos da patologia social, além de servir de deleite aos leitores de obras naturalistas, em voga no período. No entanto, causa estranhamento ter sido ela a

¹⁴⁴ Sobre a presença dos patrões como protetores e defensores de suas empregadas ver: Graham, Sandra L. **Proteção e obediência (...)**, op. cit., e Esteves, Martha de Abreu. **Meninas perdidas (...)**, op. cit., pp. 179-192. Chalhoub, **Trabalho, lar (...)**, discute o fato de que Entre os homens detidos por vadiagem, acionar o depoimento de seus patrões, era mais uma forma de comprovar a honestidade necessária para que escapassem do jugo policial. Ver também: Arantes, Érika Bastos. *O porto negro (...)*, op. cit., p. 45.

¹⁴⁵ AN-OR1530/1900 – 8ª Pretoria/RJ. Apesar de, no processo, não constar a cor de Euzébia, vale mencionar que dos 86 indivíduos que se declararam baianos constantes nos cadastros nominiais do banco de dados *Ocorrências Policiais*, apenas dois, foram identificados como brancos.

única processada por agressão, enquanto Alzira figura como vítima da contenda. Quanto ao desfecho do processo, ele permanece como outra incógnita, pois, termina de forma abrupta sem que saibamos nada sobre sua conclusão. Por tratar-se de uma confusão iniciada na rua e levada posteriormente à delegacia, e cujos motivos não aparecem nos registros do inquérito policial, uma interpretação possível seria afirmar ser uma briga entre vizinhas, ou ainda, uma disputa por espaço ou por clientes entre duas prostitutas de idades bastante diferentes. Sendo este o caso a cor da vítima e, provavelmente, também da acusada, teria importância servindo para especularmos sobre os matizes da prostituição na região da 8ª Pretoria. No caso da cor preta atribuída a Alzira, ela foi identificada pelos médicos responsáveis por seu exame de corpo de delito. A princípio essa informação parece não significar nada, além de um procedimento padrão em exames dessa natureza. Pelos depoimentos das testemunhas, de fato, este não aparece como um aspecto a ser mencionado, ou registrado. Como discutido no capítulo anterior, aparentemente, a cor surge aqui como mais uma característica física capaz de contribuir na triagem dos indivíduos presentes no universo criminal.

II.3. Protegidas, mas nem tão obedientes.

A estratégia de utilizar o testemunho de seus patrões foi um dos expedientes adotados por algumas mulheres para tentar se livrar da prisão. Faz-se necessário considerar que no período em questão, os indivíduos perseguidos por vadiagem e infrações correlatas – embriaguez, jogo, mendicância – eram sempre tidos como pessoas situadas fora do âmbito do trabalho honesto e regular. Entre os homens detidos por vadiagem, acionar o depoimento de seus patrões, era mais uma forma de comprovar a honestidade necessária para escapar do jugo policial. Ter um patrão significava estar sob a proteção de alguém capaz de educar e forçar o trabalhador a desempenhar corretamente suas tarefas. A figura do patrão, nesse contexto pós-abolição do trabalho escravo, ainda continuava atrelada às formas de pensar as relações sociais de modo paternalista.¹⁴⁶ No caso das mulheres, a utilização do testemunho de patrões, além de confirmar sua estabilidade amparada no ideal

¹⁴⁶ Chalhoub, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim** (...), op. cit; Arantes, Érika Bastos. *O porto negro*(...), op. cit., p. 45.

de trabalho, como no caso dos homens, representava também atestar sua honestidade.¹⁴⁷ Especialmente no caso de mulheres solteiras, possuir pessoas capazes de zelar e confirmar sua condição de “mulheres honestas” podia significar a absolvição da ré ou anulação do processo.

Os patrões da cozinheira Catarina Marcelina da Conceição, 30 anos, moradora no local de seu trabalho à rua Frei Caneca, número 153, não hesitaram em procurar a polícia e servirem de testemunhas da queixa de agressão e ameaça por ela sofrida. De acordo com Catarina, em depoimento confirmado por sua patroa, ela havia ido até a casa de número 109 na mesma rua, a mando desta e, quando se encontrava sentada à escada conversando com a empregada da casa vizinha, apareceu Thomaz de tal, indivíduo com que já tinha uma rixa. Este lhe deu uma bengalada no olho esquerdo e se foi. No dia seguinte, ao encontrar-se novamente com Thomaz, ele teria lhe feito ameaças. Diante dessa situação, ao chegar em casa contou aos seus patrões, Mafalda Joaquina de Vasconcelos e Arthur Luiz Cardoso de Vasconcelos - ele, aliás, praça da polícia -, e ambos foram com Catarina até a delegacia da 7ª circunscrição dar queixa do ocorrido. O esforço dos patrões parece ter sido em vão, pois o acusado nunca chegou a ser preso. Julgado à revelia, foi absolvido das acusações¹⁴⁸. Se Catarina não obteve a punição de seu agressor, a intervenção de seus patrões pode ter significado o fim das ameaças. O tal Thomaz deve ter percebido não ser ela uma pessoa que vivia da sua própria sorte e risco, possuindo quem zelasse por sua segurança.

Ermelinda Maria da Conceição, lavadeira, moradora do Morro da Favela acionou seu ex-patrão, aparentemente advogado, para apresentar sua defesa no processo de embriaguez que sofria na 8ª Pretoria. No apelo do advogado:

“Em nome da caridade, defendendo a acusada, uma infeliz mulher, trabalhadeira, pois a conheço de perto, pois já foi minha empregada, que pelo fato de embriagada se achar (pois não é ébria habitual) foi presa pela Polícia da 9ª Circunscrição. A acusada não é ébria habitual, pode-se disso tirar certidões em todas as delegacias, e mesmo nunca foi queixada quer pelo artigo que se acha, quer pelo artigo 399 do Código Penal.

¹⁴⁷ Graham, Sandra L. **Proteção e obediência (...)**, op. cit.

¹⁴⁸ AN-OR2203/1902 – 8ª Pretoria/RJ.

É essa mãe de filhos, vive de seu trabalho, alijando-se como cozinheira e lavadeira.

Como seja a primeira vez que é presa, sujeita a um processo, vem [pedir] a V. Excia., relevância de seu delito, pois não é ébria habitual, e se tal aconteceu, isto é, achava-se embriagada no momento de sua prisão, foi devido ter ido a uma reunião de pessoas de sua intimidade, e do local saiu um pouco embriagada, pois se tratava de uma festa de (...).”

A defesa, no entanto, de nada adiantou, e Emelinda foi condenada a vinte e dois dias e meio de prisão por embriaguez¹⁴⁹. Note-se que o apelo do ex-patrão não nega a acusação de embriaguez, pelo contrário, ela acaba até por reforçá-la. Sua função é apenas justificá-la com um ato isolado e fortuito, ao contrário dos casos nos quais a declaração dos patrões – verdadeira ou não - nega a imputação de vadiagem lançada em relação às suas empregadas. Aqui, a balança da justiça pendeu para o lado mais forte no momento da disputa, e o artifício de acionar o ex-patrão não foi considerado suficiente para inocentar a ré. Casos como esse dão margem para perceber as sutilezas dessas disputas cotidianas entre homens e mulheres situados em lados opostos na arena das relações sociais.

Em outros casos, a presença dos patrões pode ter contribuído na decisão final do juiz, quando da infração ao artigo 399 do código Penal. Maria Dulce da Conceição, 21 anos, Raquel Maria da Conceição, 22 anos e Maria de Oliveira, 24, foram presas às onze horas da noite na Rua Doutor João Ricardo, todas elas como “vagabundas conhecidas sem profissão e nem domicílio certos”, vivendo “metidas em orgias nas hospedarias”, de acordo com as testemunhas. Nos seus depoimentos, também não constam seus endereços ou possíveis empregos. Todavia, aparecem anexados ao processo atestados assinados pelos supostos patrões das três jovens, onde se lê residirem estas em seus locais de trabalho e terem boa conduta¹⁵⁰. Se os três indivíduos que assinaram os atestados são mesmo os patrões das moças nunca saberemos. O fato é que eles tiveram poder para livrar as três de mais alguns dias de prisão e do registro na casa de detenção como vadias, mesmo tendo

¹⁴⁹ AN-OR3714/1904 – 8ª Pretoria/RJ.

¹⁵⁰ AN-OR4038/1905 – 8ª Pretoria/RJ.

sido presas em um horário pouco adequado a três moças de “boa conduta”, em um local com alta recorrência de intervenção policial.¹⁵¹

A dúvida em relação sobre os homens que assinaram os atestados confirmando a existência de domicílio e emprego fixo no processo das três jovens serem efetivamente seus patrões, nos remete a um outro aspecto dessa discussão. Se, em geral, os patrões assumiam uma certa responsabilidade sobre suas empregadas, o mesmo poderia ser afirmado em relação a amantes ou cártens – no caso das prostitutas. Essa afirmação, entretanto, não pode ser confirmada através dos processos de vadiagem pesquisados, porque, na maior parte das vezes, as mulheres envolvidas não se declaram meretrizes. Porém, em alguns processos, homens aparecem em defesa de mulheres sobre as quais pesava uma forte suspeita de prostituição.¹⁵²

Por outro lado, para as mulheres presas como vadias, acionar homens capazes de ajudá-las a solucionar seu problema com a polícia podia representar simplesmente uma outra forma de solidariedade amparada nos laços de amizade e de convívio regular. Se era prática comum os policiais apelarem para os negociantes da região, quando necessitavam de testemunhas para um caso de vadiagem, podemos pensar algo semelhante para o caso de algumas mulheres. Estas podiam solicitar o auxílio dos donos de casas de comércio onde

¹⁵¹ Ver o capítulo anterior, no qual menciono ser General Pedra é a campeã entre as ruas nas quais aconteceram ocorrências que culminaram em processos.

¹⁵² AN-OR4020/1905 – 8ª Pretoria/RJ. Apesar de não poder afirmar com segurança se esse processo refere-se a um caso de prostituição, processo no qual são réis Maria Scheid ou Said e Firmina Francisca das Dolores, apresenta alguns aspectos que nos permitem especular sobre uma suposta proteção a uma meretriz. As acusadas foram presas às 7 horas da noite promovendo desordem na rua Senador Euzébio, número 9, no local conhecido pelas testemunhas como “Zungú da Turca”. Maria Scheid aciona em sua defesa dois homens, cujos nomes aparecem ilegíveis em um abaixo assinado, no qual afirmam ser ela uma mulher “honesta e trabalhadora, dona de um armário e logo depois um botequim”. Maria apresenta também um recibo de aluguel do cômodo onde reside no valor de dois mil e duzentos réis, assinado por um tal Conde de Figueiredo. Apesar de constar em seu depoimento tratar-se de uma mulher casada, não consta que nenhuma de suas testemunhas de defesa seja seu marido. Sobre Firmina, consta ser de cor parda escura, com 21 anos, moradora no mesmo endereço onde foi detida. Em sua ficha de identificação consta possuir 5 entradas anteriores na Casa de Detenção, utilizando a alcunha Conceição combinada com outros nomes, além de possuir “diversas tatuagens pelo corpo”. A prática de tatuar o corpo estaria diretamente ligada às classes pobres e, para o caso das mulheres, seria associada ao meretrício. Sobre os zungús ver: Soares, Carlos Eugênio Líbano Soares. **Zungú: rumor de muitas vozes**. Rio de Janeiro: APERJ, 1998. Durante o século XIX foi intensa a perseguição aos locais conhecidos pelo nome de *zungús*, por serem locais considerados perigosos por agregarem um grande contingente de negros livres, libertos e fugitivos, além de imigrantes pobres. Esses locais seriam de esconderijo e moradia para esses sujeitos, e representavam um importante espaço para a prática de batuques e cultos religiosos de origem africana. Sobre esses locais, A persistência desse nome para designar a casa de Maria Scheid, certamente encontra-se associada a parte desses significados. Sobre a prática da tatuagem entre as camadas pobres e entre as prostitutas, conferir a opinião do contemporâneo a essas análises: João do Rio. “Os tatuadores”, IN: **A encantadora alma das ruas**. Raul Antelo (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997; pp. 100-112.

freqüentavam e eram conhecidas o bastante para pleitear sua “proteção”, caso não possuíssem outra pessoa para cumprir esse papel. Essa presença masculina vindo em defesa das acusadas nas delegacias certamente deveria funcionar como uma espécie de reforço à sua afirmação de honestidade.

Foi o que fez a acusada Archanja Rosa, 35 anos, casada, analfabeta, de pais incógnitos, natural do Piauí, presa como vadia, às 11 horas da noite na rua Senador Euzébio junto com Maria da Conceição, 38, viúva, natural de São Paulo, desempregada. Em sua defesa, Archanja apresenta um documento assinado por dois negociantes da região no qual afirma ser a ré “mulher sossegada, com filhos e trabalhadora”. Mencionar a existência de filhos seria uma forma de reforçar os papéis de gênero por parte das mulheres, assim como era feito pelos homens que se declaravam “honestos e trabalhadores”. Se nos debates da época sobre os papéis femininos era destacada a importância da maternidade e das funções atreladas a ela, declarar a existência de filhos seria uma forma de “encaixar” essas mulheres detidas como vadias dentro desses padrões.¹⁵³ Em momento algum é mencionada existência de seu marido no documento. A defesa parece não ter convencido o juiz, e a ré foi condenada a vinte e dois dias e meio de prisão. Maria da Conceição obteve pena de trinta dias. A crença na possível inocência de Archanja, defendida pelos dois negociantes que depuseram a seu favor, é posta em dúvida ao observarmos outros dois processos de vadiagem, nos quais a mesma acusada também aparece envolvida, dessa vez, sem protetores testemunhando em sua defesa.¹⁵⁴

Os sucessos e fracassos na empreitada de utilizar padrões como testemunhas de defesa demonstram as variadas maneiras através das quais as mulheres detidas enfrentavam os agentes da justiça em diferentes instâncias. Esses por sua vez, cientes dos jogos dos quais faziam parte, também negociavam de acordo com cada situação, utilizando as armas proporcionadas pelo seu exercício de poder. Um primeiro olhar para os casos de repressão à vadiagem costuma mostrar como padrão a perseguição e as arbitrariedades

¹⁵³ Sobre os padrões tidos como ideais em relação às mulheres no período ver: Esteves, Martha de Abreu. **Meninas (...)**, op. cit.; Caulfield, Sueann. **Em defesa (...)**, op. cit.; Rago, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinas. Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (...), e da mesma autora: **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; Soihet, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. Mesmo dentro de perspectivas teóricas distintas, todas essas autoras apresentam importantes elementos para essa discussão.

¹⁵⁴ AN-OR2885/1903 – 8ª Pretoria/RJ e AN-OR3787/1904 – 8ª Pretoria/RJ.

cometidas pelo aparato policial em relação aos indivíduos, e as estratégias destes, quando apanhados, para se livrarem da condenação. Todavia, se em geral a polícia era o algoz de mulheres presas como vagabundas ou como meretrizes, o inverso também não parecia algo impossível de ocorrer. Esse parece ter sido o caso do processo em que foi réu Pedro Joaquim de Gouveia, de 22 anos, solteiro, empregado público, natural do Rio de Janeiro, preso as 11 e meia da noite promovendo desordem na rua do Núncio, junto com ele, a meretriz Águeda Maria da Conceição, menor, de 19 anos, solteira, moradora da rua do Regente, número 80.

Ao chegarem à delegacia da 5ª circunscrição, Pedro teria agredido a meretriz, tendo por testemunha um guarda civil e um inspetor seccional. Em seu depoimento, o réu afirmou não se lembrar da agressão por se achar embriagado. Chama atenção aqui, o fato do réu ter sido condenado a três meses de prisão, pena mínima para os casos de agressão, apenas 16 dias após o incidente.¹⁵⁵ Desfecho bastante intrigante se comparado aos demais casos de agressão localizados nos quais, em um total de 28, apenas 2, incluindo este, terminaram com o réu condenado¹⁵⁶. Nos demais, 4 estavam inconclusos e o restante teve sentença favorável aos acusados. Além da absolvição do agressor, todo o desenrolar do processo apresenta-se cheio de lacunas. Não existe, por exemplo, o depoimento da vítima, ou ainda, a nomeação de um curador responsável por zelar pelos interesses da menor no decorrer da ação judicial. O próprio desfecho também se apresenta sem maiores justificativas. Por tratar-se de uma ré menor de idade, talvez Águeda possuísse uma espécie de proteção por parte da justiça. Por outro lado, também é plausível tratar-se de uma meretriz conhecida na região por trocar “favores” com os policiais da 5ª circunscrição, prática certamente comum entre esses indivíduos.¹⁵⁷

Todavia, se apenas a repressão desenfreada e arbitrária fizesse parte do cotidiano policial, certamente o desfecho desse processo teria seguido o padrão. Pedro, o acusado, era um homem passível de ser enquadrado nos moldes do cidadão honesto apenas pelo fato de possuir um trabalho fixo como funcionário público. Esse status daria ao réu grandes chances de absolvição se ele, ao invés da meretriz e menor Águeda, tivesse agredido sua

¹⁵⁵ AN-OR4113/1905 – 8ª Pretoria/RJ.

¹⁵⁶ Por exemplo: AN-OR3871/1905 – 8ª Pretoria/RJ: processo em que o réu José Francisco foi condenado a um ano de prisão por agressão a tesouradas a Maria Antônia da Conceição e Batistina Luiza da Silva, sua amásia.

¹⁵⁷ Como aponta: Pereira, Cristiana Schettini. *Que tenhas(...)*, op. cit.

esposa ou amásia, por exemplo.¹⁵⁸ Ou ainda, ambos teriam sido acusados e processados por desordem e vadiagem e, finalmente, punidos com a pena de vinte e dois dias e meio de prisão atendendo, mais uma vez aos objetivos do projeto de repressão à ociosidade.

Contudo, nesse caso o lado favorecido foi aparentemente o mais fraco que, aliás, não era tão fraco assim, porque pode contar com a proteção policial. Casos de solidariedades como esse, estabelecidos entre esses grupos, aparentemente opostos, chegam até nós apenas quando os embates entre policiais e infratores culminaram em registros de ocorrências ou em processos. Esse episódio parece demonstrar o quanto esses momentos não deviam ser assim tão raros. É bastante provável, que essas mulheres, tão expostas aos “perigos” decorrentes da sua exposição em locais públicos, pudessem contar, freqüentemente, com os policiais para sua a proteção. A polícia parecia fazer parte do mesmo processo civilizador e moralizante do qual faziam parte juízes e promotores; no entanto, é possível que sua maior proximidade com os sujeitos envolvidos nas contendas e processos de vadiagem tornasse essa relação um pouco mais complicada. Porém, mesmo tendo episódios de solidariedade como exemplo, a força policial tinha por função contribuir para aquilo que Martha Esteves chama de tendência marginalizadora, combinada com a civilização dos hábitos, assumida de formas diversas pelas diferentes instâncias dos poderes públicos. As farsas e os depoimentos forjados podem se inserir nesse mesmo sentido. Prender as mulheres consideradas vadias tinha por objetivo adequá-las às normas, dentro do processo mais amplo de moralização dos costumes pretendido para o período.

IV. Nem tão vítimas...

Privilegiar a atuação de mulheres das classes pobres e sua presença no cotidiano policial leva-nos a pensar em quais momentos as discussões sobre gênero podem ser informadas pelas questões de raça e de classe, na medida em que lança as mulheres num universo pensado como sendo apenas de domínio dos homens. Entre as classes pobres, a

¹⁵⁸ “O marido tem o direito de corrigir os filhos e a esposa, que, afinal, não passa de uma inferior no casamento. Segundo se pensa, o marido que bate na mulher tem lá seus motivos. Está defendendo a honra, pondo ordem na casa.”, Perrot, Michelle. “Os silêncios do corpo da mulher”. IN: Matos, Maria Izilda & Soihet, Rachel (org.), **O Corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003, p. 19.

questão da sobrevivência forçava mulheres a assumirem comportamentos considerados masculinos, como, por exemplo, trabalhar nas ruas para garantir o sustento de seus lares. A pobreza tendia a nivelar um pouco mais as hierarquias entre homens e mulheres. Os papéis sexuais, nesse contexto, são vividos de modos mais complexos.

As discussões sobre a relação das mulheres pobres com os espaços públicos e privados, também deve ser encarada sob essa mesma ótica. Para elas, as ruas, o pátio ou o tanque das habitações coletivas onde viviam, eram extensões de suas vidas particulares. Isso não significa que sua intimidade não fosse considerada algo importante. Ela apenas era vivida de maneira distinta, sendo, constantemente, (re) negociada e (re) adaptada de acordo com as contingências de gênero, raça e classe.

Nos casos de agressão, de modo geral, a polícia tendia a funcionar como uma espécie de mediadora para seus conflitos. Vale lembrar, que as evidências remanescentes dizem respeito aos episódios nos quais a interferência imediata de vizinhos, policiais e delegados nas contendas entre os indivíduos não foi suficiente, a ponto de ser necessária a intervenção de um juiz. Não são raros os casos em que nesse momento os envolvidos mais diretos e as testemunhas das contendas, simplesmente desaparecessem. Isso ocorria porque a justiça tendia a ser lenta demais em sua intervenção nos conflitos cotidianos. Muitos deles perdiam a importância ao cabo de poucas horas, ou eram resolvidos de modos diversos pelos próprios envolvidos, sem a interferência da justiça. Afinal, quando se tratava de brigas entre vizinhos, o convívio diário, às vezes, era uma opção inevitável. Por outro lado, se a situação fosse insustentável, podia-se, simplesmente, romper-se os laços e tentar a sorte em uma outra habitação coletiva qualquer.

Através de perseguição e punição às “vadias”, observa-se que a vadiagem é um universo no qual as mulheres envolvidas eram constantemente obrigadas a negociar com policiais e juízes de forma direta, através da apresentação de defesas, ou indireta, a partir de suas redes de solidariedade e proteção. No caso dos homens, reprimir aqueles considerados vadios estava centrado, sobretudo, na idéia de manutenção da ordem pública, atrelada à adequação desses indivíduos ao modelo de trabalho vigente. Para o caso das mulheres, a repressão às “vagabundas e desordeiras” parecia muito mais associada à discussão sobre os papéis de gênero. Tratava-se, não só de proteger a figura feminina mantendo-a no âmbito privado dentro dos moldes burgueses, mas também e, sobretudo,

punir as que se desviassem desse destino como forma de tornar claro o lugar social que deveriam ocupar.

Essa discussão, no âmbito das classes pobres parecia fazer pouco sentido em um contexto no qual as mulheres eram, às vezes, as únicas provedoras do sustento de seus lares. Entretanto, ela era utilizada de diferentes formas pelos policiais e pelas mulheres detidas em seus arranjos e conflitos cotidianos como forma de atingir seus objetivos. Aos juízes cabia dar-lhes o remédio moral, a pena exemplar capaz de corrigir gradativamente “defeitos” inatos. Aos policiais, cabia apenas a tarefa de levar algumas delas para a cadeia, possibilitando a existência dos episódios que chegaram até nós. Outras, porém, permaneciam nas ruas sob sua proteção em troca de favores e solidariedades diversas. Desconsiderar essa relação conflituosa com o aparato policial é perder a dimensão da questão da vadiagem e das relações de gênero no cotidiano dessas mulheres.

Quando a cor das mulheres infratoras entra como mais um complicador para essa discussão, novamente, um desconfortável silêncio vem à tona. Nos raros episódios mencionados, nos quais a menção desse critério pode ser observada, a perseguição às mulheres tidas como vadias contribuía para o reforço do senso comum sobre os indivíduos negros, mantendo e instituindo estereótipos ora encarados como patologias, ora convertidos em alegorias e senso comum. Esses aspectos foram reproduzidos e difundidos em outros setores da sociedade reforçando um processo de fixação de significados e criando identidades contraditórias como aquela da mulata.

O objetivo desse capítulo foi discutir mais de perto episódios nos quais esses significados pudessem ser observados, através da ação feminina como sujeitos ativos de suas histórias de vida. O passo seguinte será adentrar esses outros universos nos quais a questões da raça e da racialização tornam-se mais explícitas. No capítulo seguinte discuto a consolidação dos estereótipos relacionados às mulheres negras, tendo como base a popular figura da mulata. A partir de uma gama mais variada de fontes – a saber, literatura, música e os debates de intelectuais de fins do século XIX e início do XX – levanto mais alguns questionamentos.

Quais os significados estavam atrelados à cor das mulheres pesquisadas? Como cor e raça informaram a constituição/consolidação de estereótipos? Quais as dimensões dos estereótipos na vida cotidiana dessas mulheres? De que formas o corpo das mulheres

negras e pobres eram considerados o repositório de características permanentes e irreversíveis? Como esse mesmo corpo podia ser, ora lido como a perdição completa para a nação, ora como a via mais curta para sua redenção via processo de branqueamento? E, por fim, como as discussões extraídas dos processos de agressão e vadiagem se articulam a esse debate sobre raça e racialização dos indivíduos?

Capítulo 3

A (des)invenção da mulata

“Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio dia; ela era o calor vermelho das sestras da fazenda; ela era o aroma quente dos trevos e das baunilhas que o atordoara nas matas brasileiras; era a palmeira virginal e esquiva que se não torce a nenhuma outra planta; era o veneno e o açúcar gostoso; era o sapoti mais doce que o mel e era a castanha do caju, que abre feridas com seu azeite de fogo; ela era a cobra verde e traíçoeira, a lagarta viscosa, a muriçoca doída, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhando-lhe os desejos, acordando-lhe as fibras embambecidas pela saudade da terra, picando-lhe as artérias, para lhe cuspir dentro do sangue uma centelha daquele amor setentrional, uma nota daquela música feita de gemidos de prazer, uma larva daquela nuvem de cantáridas que zumbiam em torno da Rita baiana e espalhavam-se pelo ar numa fosforescência afrodisíaca.” (p.63)

Nesse último capítulo, deixo de lado por ora o trabalho com os processos e abro espaço para a discussão sobre as formas como os estereótipos aparecem em fontes cuja circulação abrangia um público mais amplo. Trago para a cena algumas canções populares e três obras literárias do período. O intuito é discutir como e quais estereótipos podiam ser identificados em relação às mulheres negras de modo geral e, mais especificamente, à figura da popular e controversa mulata, conhecido e difundido símbolo nacional cujo auge de popularidade data das décadas de 1920 e 1930.¹⁵⁹ Através do recuo temporal proposto ao longo desse trabalho procurei evidenciar também o quanto esta personagem já ocupava o imaginário brasileiro bem antes de tornar-se símbolo da nação, presente em diferentes *locais* nos quais imagens sobre ela eram produzidas, lidas e relidas de formas diversas antes de se consolidarem na literatura ou nas canções. Quando analisados em conjunto, os estereótipos identificados tendem a se sobrepor evidenciando formas de expressar as ambigüidades que marcam as representações de mulheres negras nas diversas fontes pesquisadas para o período em questão.

O conceito de raça surge aqui como um complicador capaz de interferir a constituição dos indivíduos. Ao trazer para o debate fontes de origens diversas, pretendo demonstrar como a racialização operava em diferentes âmbitos da sociedade do início do

¹⁵⁹ Corrêa, Mariza. *Sobre a invenção da mulata*. **Cadernos Pagu**, (6-7), 1996, pp. 35-50.

período republicano. Classificar os indivíduos implicava criar sobre eles estereótipos que, no caso das mulheres negras, às vezes, podia revelar uma forma de racismo bastante sutil baseado na exaltação. Raça aparece imbricada com as discussões sobre classe e, de modo especial, sobre gênero, ambos também encarados aqui como fatores determinantes na constituição dos sujeitos. A discussão sobre gênero vem atrelada à questão da corporalidade. Pressuponho o corpo como o local onde se desenham e se observam características tidas como raciais e sexuais e, por isso, passíveis de estigmatização. Caulfield propõe encarar o corpo como um texto com códigos semânticos e sintaxe indefinida e onde se inscrevem a lei e os procedimentos disciplinadores, e porque não, definidores, do indivíduo. Esse corpo, no entanto, é vulnerável e aberto, permitindo o registro de experiências e demarcações que escapam aos limites das intervenções.¹⁶⁰

Michelle Perrot destaca a onipresença do corpo feminino nos discursos e imagens de toda natureza.¹⁶¹ Com relação às mulheres negras, seu corpo é tido como portador de características definidoras de seu caráter e comportamento. Estes “sinais” seriam, inclusive, indícios capazes de comprovar sua honestidade.¹⁶² Para o caso da mulata, basta-nos uma olhadela rápida em nossos meios de comunicação para percebermos o quanto seu corpo é exposto e explorado de forma recorrente. A mulata é toda corpo. A tonalidade de sua pele confunde-se com as descrições sobre o formato de seu quadril e glúteos. Estes, por sua vez, determinam as peculiaridades de seus movimentos. Seus atributos físicos são comumente comparados a temperos e frutas com aromas e sabores fortes e exóticos.

A prostituição foi outro meio no qual a figura da mulata adquiriu um *status* próprio, com estereótipos fixos e peculiares atrelados à sua aparência física. Em seu trabalho sobre a prostituição carioca, Cristiana Schettini Pereira apresenta uma importante contribuição para o estudo das prostitutas negras e mulatas. Apesar de não ser este seu foco central, em seu epílogo “Mulheres de vida pública”, a autora analisa estas prostitutas e seu papel diferenciado em relação às estrangeiras, recontando episódios policiais e/ou da imprensa nos quais suas histórias de vida assemelham-se a romances, em geral, com um desfecho

¹⁶⁰ Caulfield, Sueann. *Getting into trouble: Dishonest Women, Modern Girls, and Women – Men in the Conceptual Language of Vida Policial, 1925-1927*. *Signs*, autumn, 1993, vol. 19, nº 1, pp. 146-176, p. 209.

¹⁶¹ Perrot, Michelle. “Os silêncios do corpo da mulher”. IN: Matos, Maria Izilda & Soihet, Rachel (org.), **O Corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003, pp. 13-27.

¹⁶² Esteves, Martha Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 64

trágico.¹⁶³ A partir do trabalho com processos criminais, essa autora traça um perfil do meretrício, seus espaços de atuação, suas relações com a polícia e com outras prostitutas, refazendo o caminho dessas mulatas e sua importância no mundo da prostituição entre a população de baixa renda.

Ao trazer para discussão a importância da pornografia como difusora de imagens sobre as prostitutas, Cristiana Pereira recupera as aventuras do trabalhador Dom Felício. Em sua busca por sexo, a história do personagem fictício nos legou uma série de sensos comuns sobre a mulata registradas na linguagem crua deste gênero de literatura. Após a frustração diante do profissionalismo eficiente e distante de uma francesa, a visão de um “rapazote de calcinhas justas e paletó mostra bunda” lhe dá a ideia para solucionar seu problema. Segue então para a região de Lapa:

“Mal entrei na zona, e logo um mulatão correto e apetitoso, toda dengosa, de olhar lânguido e voz harmoniosa, pegava-me pelo braço.(...) Era um tipo bonito de mestiça nacional; **os seios pequenos bastante rijos não pareciam ser de puta; tinha as coxas grossas e com as pernas bem torneadas; a boca, de lábios carnudos e sensuais**, era naturalmente vermelha e pequena; o ventre arredondado encimava a pentelheira basta e negra donde emergia o cono papudo e certamente quente. **Quanto a bunda, só lhes posso dizer que era um cuzão de três assobios.**”¹⁶⁴(grifos meus)

A partir deste conto a autora destaca a associação entre nacionalidade, raça e “especialidade” sexual para as atribuições de classificações hierárquicas. Desse modo, ao contrário das francesas supostamente profissionais na prática do sexo oral, as brasileiras (“mulatas, baianas”) seriam “naturalmente” especialistas em sexo anal devido às suas formas físicas. Note-se que na fala do personagem, aparecem reproduzidas características bastantes semelhantes àquelas da personagem Rita Baiana, a serem observadas no na epígrafe deste capítulo. Era exatamente desta forma que os estereótipos sobre mulheres negras circulavam em âmbitos variados da sociedade brasileira de então. Esses critérios

¹⁶³ Pereira, Pereira, Cristiana Schettini. “**Que tenhas teu corpo**”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. No prelo. Especialmente: “Epílogo: Mulheres de vida pública”, pp.261-303.

¹⁶⁴ Dom Felício, *Na zona*, Contos rápidos, n.11. (Ilha de Vênus: Casa editora Cupido & Comp., s.d.). Apud: Pereira, Cristiana Schettini, op. cit. pp. 287-288.

raciais de identificação também funcionariam como uma forma de distinguir as brasileiras negras das brasileiras de cor branca, sendo as primeiras consideradas sexualmente disponíveis, enquanto que as outras eram consideradas merecedoras de respeito.

Pretendo aqui evidenciar o quanto a controversa figura da mulata representa um sujeito histórico capaz de “complicar” em torno de si variáveis diversas como gênero, classe, raça e sexualidade de formas diversas e em *locais* diversos. Direta ou indiretamente, a mulata ocupou o cerne de debates sobre a nação no âmbito da política, da moralidade, da redefinição do mundo do trabalho no pós-abolição, da modernização da sociedade e dos costumes, da justiça, da medicina, das artes e das ciências de modo geral.

I. A condenação/redenção do mestiço

O trabalho do sociólogo Gilberto Freyre costuma ser recorrentemente acionado pela historiografia especializada como a pedra fundamental do mito da mulata. Seu clássico *Casa Grande e Senzala*¹⁶⁵, lançado no início dos anos de 1930, consolidou a tese do “paraíso racial” brasileiro e tem na mulata um dos representantes máximos da mestiçagem exaltada pelo autor. A mulata aparece no texto de Freyre, principalmente na figura da mulher responsável pela iniciação sexual do jovem branco, filho do senhor de engenho. No entanto, minha leitura voltou-se para a forma como as mulheres negras, de modo geral, aparecem na obra do autor. Nesse sentido, o trabalho de Freyre contribui para a manutenção dos estereótipos ora discutidos, além de instituir o mito da “democracia racial”, construção de uma imagem do Brasil “harmonioso” diante da questão racial. Essa abordagem tendia a simplificar a participação do negro, reduzindo à nulidade sua necessidade de reação contra a escravidão e minimizando seu espaço de ação dentro do âmbito da relação senhor/escravo, em grande parte responsável pela entronização da “mulata” como estereótipo nacional.

O capítulo “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro”, trata da influência do negro nos mais diversos aspectos da cultura brasileira, a partir dessa perspectiva, Freyre descarta as teorias sobre superioridade e inferioridade em relação às

¹⁶⁵ Freyre, Gilberto. **Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime Patriarcal.** Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1969 (14ª ed.).

raças, porém, não escapa desta hierarquia ao inferiorizar o índio em relação ao negro, e ambos em relação ao branco. Os determinismos climático e biológico são acionados como forma de justificar possíveis diferenças. Entretanto, não podem ser considerados centrais ao se comparar negros e brancos, pois, segundo Freyre, a incapacidade do negro de se impor diante do branco seria de origem social e técnica, e não psíquica e biológica. Partindo desta discussão, o autor apresenta uma série de considerações sobre a capacidade adaptativa do negro em relação ao trabalho e traz alguns dos elementos que contribuíram para o caráter de exaltação presente no decorrer do livro.

Para Freyre não seria possível empreender-se estudos sobre o negro dissociados da escravidão, pois ela é a justificativa para seu comportamento imoral, transmitido ao brasileiro na forma de erotismo, depravação e luxúria. Sua análise tende a minimizar o racismo quando exime o negro de qualquer tipo de “responsabilidade genética” empurrando a culpa para o sistema econômico escravista. Dessa forma, o determinismo deixa de ser biológico e passa a ser econômico, baseado em uma relação afetuosa entre senhores e escravos na qual a mulher negra será seu exemplo máximo.

As mulheres negras aparecem na obra de Freyre designadas como pretas, pardas, crioulas, mulatas. Inicialmente, surgem na figura da ama de leite, responsável pelo primeiro e principal contato do menino branco com o negro. Responsáveis pelas crianças, elas serviriam como substitutas às jovens, frágeis e inexperientes mães, transmitindo-lhes a única doçura e carinho que o branco carregava consigo. Cabia à ama de leite transmitir a primeira educação religiosa às crianças, introduzir em seu dia-a-dia os contos e as canções de ninar, marcados pela informalidade do vocabulário. Porém, segundo Freyre, após esse primeiro contato materno com a mulher negra:

“ (...) vinha o grande atoleiro da carne: a negra ou a mulata (‘mulheres sãs, rijas, cor da melhores terras da colônia. Mulheres cor de massapê e terra roxa’). Nele é que se perdeu, com em areia gulosa, muita adolescência insaciável.”¹⁶⁶

A beleza e determinados atributos físicos que as negras “de dentro” deveriam possuir tornaram as mulatas preferidas para esses postos por serem mais claras e

¹⁶⁶ Idem, p. 518.

consideradas de mais fácil domesticação (“mulatismo”). Elas deveriam possuir belos dentes, serem sadias, sagazes e afetivas. Características que, como veremos mais adiante são reforçadas na música e na literatura. Porém, segundo Freyre, a despeito da sensualidade *natural* da negra e da mulata, a responsabilidade pela antecipação da vida erótica e pelo desregramento do rapaz brasileiro deve-se essencialmente aos interesses econômicos intrínsecos ao sistema escravista.¹⁶⁷ Assim, o primeiro e principal contato do branco com o negro dar-se-ia através da mulher com o objetivo de atingir os interesses de um sistema econômico estabelecido no Brasil desde o início da colonização e, a partir de então, todos os aspectos da sociedade brasileira guardariam o legado do melhor da cultura africana adquirida por meio da transposição dos hábitos alimentares, religiosos etc.

O trabalho de Freyre surge como uma resposta positiva ao pensamento canônico de fins do século XIX e início do século XX. Todavia, a mulata não precisou esperar a consagração do trabalho do autor para ocupar papel de destaque nas discussões sobre o futuro do país. Baseados nas premissas do racismo científico, então em voga,¹⁶⁸ intelectuais como Nina Rodrigues, Silvio Romero e José Veríssimo, dedicaram, desde a segunda metade do século XIX,¹⁶⁹ boa parte de seus trabalhos para pensar a questão racial no Brasil de seu tempo e especular sobre o futuro de sua nação.¹⁷⁰ Para esses intelectuais, tratar dos destinos do país era parte de sua missão civilizadora.¹⁷¹

Para o médico baiano Nina Rodrigues, a sociedade brasileira deveria ser pensada a partir da idéia de uma hierarquia entre as raças que a compõem. Para esse autor, o código Penal Republicano precisava ser revisto porque criava leis universais para todos os indivíduos. Deste modo, não seria correto, nem eficaz punir da mesma maneira indivíduos cuja tendência à criminalidade era nata, determinada por suas características raciais e pelo

¹⁶⁷ “Ninguém nega que a negra ou a mulata tenha contribuído para a precoce depravação do menino branco da classe senhoril; mas não por si, nem como expressão de sua raça ou meio-sangue, mas como parte de um sistema de economia e de família: o patriarcal brasileiro.” Freyre, op. cit. p. 518.

¹⁶⁸ Sobre o racismo científico do século XIX ver: Schwarcz, Lilia, **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; e Stepan, Nancy Leys. *Race, Gender and Citizenship*. IN: **Gender & History**, vol 10, n° 1, abril, 1998, pp. 26-52.

¹⁶⁹ Roberto Ventura chama esses intelectuais de “geração de 1870”. IN: Ventura, Roberto. **Estilo tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹⁷⁰ Romero, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Garnier, 1888. Sobre as diferenciações que deveriam existir no código penal brasileiro com relação às punições para as “diferentes raças”: Rodrigues, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Bahia: Imprensa Econômica, 1894;

¹⁷¹ Romero, Silvio. **História (...)**, op. cit, pp. 94-100.

determinismo do meio e, ao mesmo tempo àqueles cuja criminalidade era consciente.¹⁷² O brasileiro seria apático por natureza. Assim, punir os vadios com a prisão seria uma medida irrelevante. Por isso, defende a criação de medidas educativas para resolver a questão da vadiagem.¹⁷³ Laura Moutinho considera essa separação no código penal uma espécie de *apartheid* brasileiro, marcado por uma jurisprudência racializada, da qual Nina Rodrigues seria o ideólogo.¹⁷⁴

Apesar de considerar a grande proporção de mestiços na sociedade brasileira, Rodrigues reforçava a idéia de uma hierarquia entre eles. Os mulatos de primeiro sangue e os mulatos claros possuiriam melhor caráter e uma tendência de retorno à raça branca, com o perigo, inclusive, de absorvê-la. Por fim, os mulatos escuros, com tendência de retorno à raça negra. Para Rodrigues, todavia, tanto os mestiços superiores quanto os inferiores seriam degenerados. Uma espécie de raça intermediária, anormais e estéreis. Daí residiria então o perigo da mestiçagem, porque esta poderia tanto gerar indivíduos com tendência ao retorno à raça branca, quanto “um produto inaproveitável e degenerado”. Com relação à mulata, sua sexualidade natural seria uma ameaça à força e à masculinidade do homem branco.¹⁷⁵ Moutinho destaca o fato de Rodrigues ter levado a sexualidade e os atributos relegados à mulata para o terreno da ciência, tornando inteligível sua associação com a lubricidade.¹⁷⁶ Para falar da mulata, Nina Rodrigues toma emprestada a crítica de José Veríssimo à exaltação dessa figura por Silvio Romero – transcrita a seguir – demonstrando o quanto e como o senso comum sobre essa figura circulava pelos diferentes âmbitos da sociedade brasileira do fim do século XIX. Mesmo lidos de forma distinta, é através desta circulação que os estereótipos consolidam-se.

“Nunca se notou bastante a *depravada* influência deste peculiar tipo brasileiro, ‘a mulata’, no amolecimento do nosso caráter. ‘Esse fermento do afrodisíaco pátrio’,

¹⁷² Correa, Mariza. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista, SP: EDUSF: IFAN, 1998. Moutinho, Laura. **Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul**. São Paulo: Unesp, 2004. Ribeiro, Carlos Antônio Costa. **Cor e Criminalidade. Estudo e análise da justiça no rio de Janeiro (1900-1930)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

¹⁷³ Rodrigues, Nina. **As raças humanas (...)**, op. cit., p. 135; e Moutinho, Laura. **Razão (...)**, op. cit., p. 69.

¹⁷⁴ Moutinho, Laura. **Razão (...)**, op. cit., p. 65.

¹⁷⁵ Idem, p. 71.

¹⁷⁶ Idem, APUD: Giacomini, Sônia M. *Profissão Mulata: natureza e aprendizagem num curso de formação*. Dissertação de Mestrado; PPGAS/Museu Nacional?UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

como lhe chama o senhor Sílvio Romero, foi um dissolvente da nossa virilidade física e moral. A poesia popular brasileira no-lo mostra, com insistente preocupação apaixonada, em toda a força de seus atrativos e da sua influência. O povo amoroso se não fatiga em celebrar-lhe, numa nota lúbrica, os encantos, que ele esmiúça, numa sofreguidão de desejos ardentes. Canta-lhes a volúpia, a magia, a luxúria, os feitiços, a faceirice, os dengues, os quindins, como ele diz na sua linguagem piegas, desejosa e sensual. Decididamente, ela atormenta a sua inspiração, e os poetas, Gregório de Matos à frente, fazem dela com mais franqueza e mais sensualidade no desejo a Márcia ou Nize de seus encantos.”¹⁷⁷

O trecho acima foi publicado no ano de 1890, quando José Veríssimo publicou *A educação Nacional*¹⁷⁸, obra na qual se propõe a lançar bases para a nova educação nascida junto com a recém proclamada República. Em seu capítulo sobre “as características brasileiras”, Veríssimo dedica um trecho à espinhosa questão racial a qual, inevitavelmente, permeava os debates sobre a “nova” nação brasileira e, como seus contemporâneos, não deixa passar despercebida a figura da mulata.

Em seu alerta sobre os “perigos” da mulata, Veríssimo acaba por reforçar justamente os aspectos em geral exaltados em relação a tal figura. Sua crítica é dirigida diretamente ao literato Sílvio Romero. Este, por seu turno, depositava no mestiço sua crença no futuro da nação brasileira. Para o literato, os mestiços seriam uma “sub-raça”, produto do cruzamento da raça superior européia e ariana com índios e negros.¹⁷⁹ Essa “sub-raça” mestiça somaria, já em fins do século XIX, mais da metade da população e, seria, gradativamente, incorporada aos arianos, cuja superioridade racial de suas características desfigurariam os traços físicos dos mestiços.¹⁸⁰ Para Romero:

“O mestiço é o produto psicológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional. Nossa psicologia popular é um produto desse estado inicial. Não quero dizer que constituiremos uma *nação de*

¹⁷⁷ Romero, Sílvio. *História (...)*, op. cit, p. 69.

¹⁷⁸ Veríssimo, José. *A Educação Nacional*. (3ª ed.) Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

¹⁷⁹ Idem, p. 53.

¹⁸⁰ Idem, p. 54.

mulatos; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá; quero dizer apenas que o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro.”¹⁸¹

O literato busca desfazer o mito sobre uma possível superioridade desse mestiço, ao mesmo tempo em que refuta também sua suposta esterilidade, característica de seres híbridos. Todavia, reforça que apesar de fecunda, a descendência de mestiços não seria “tão válida quanto a das raças mães”.¹⁸² A mestiçagem seria a responsável pelo afrouxamento das relações entre senhores e escravos, trazendo-lhe mais doçura. A beleza da raça brasileira também seria fruto desse cruzamento de raças. Aqui a mulher merece destaque:

“Ainda hoje os mais lindo tipos de nossas mulheres são essa moças ágeis, fortes, vívidas, de tez de um doce amorenado, de olhos negros, cabelos bastos e pretos, sadias jovens, em cujas veias circulam, por certo, muitas gotas de sangue africano.”¹⁸³

Escrita quase três décadas depois, a obra de Gilberto Freyre apresenta muito mais paralelos como o trabalho de Romero do que com o de Nina Rodrigues a qual, aliás, critica. Ambos, Freyre e Romero surgem em diferentes contextos como uma resposta positiva para um Brasil mestiço que se deseja branco. Seus escritos soam como um apelo em relação a um país que pode dar certo, desde que reconheça que sua força reside justamente na sua maior perdição: a mestiçagem. É esta mistura colorida, doce e pacífica que será capaz de conduzir o país ao progresso, ao contrário das previsões mais pessimistas. A diferença entre ambos residiria na crença de Romero no branqueamento gradativo da população. Para Freyre a tez amorenada seria apenas mais um indício positivo da mestiçagem. Para Romero, a cor da pele tendia ao clareamento, pois prevaleceriam os aspectos físicos superiores, ou seja, a cor proveniente da raça branca.

A “invenção” da mulata serviu perfeitamente a esse projeto. Mesmo de forma ambígua – ora tida como mestiça, ora como quase branca –, esta figura esteve presente,

¹⁸¹ Idem, p. 74-75.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Idem, p. 90-91.

intrinsecamente na série de debates nos quais o branqueamento era tido como a melhor solução para o problema brasileiro. Como mestiça, ela, representaria o caminho mais curto para a geração de indivíduos de pele cada vez mais clara. Por isso, a exaltação de sua figura pode ser vista como uma via de mão dupla capaz de agregar em torno de si aspectos de gênero, classe e raça, pois, ao mesmo tempo em que proporciona uma solução paliativa para a inserção do negro na sociedade, traz também, através de seu ventre, uma forma mais rápida de “branquear” a população. Novamente é o corpo da mulher negra entrando em cena como local capaz de demarcar seu espaço na sociedade de então. Essa imagem de mulata, amplamente difundida e consolidada a partir de Freyre, porém, proclamada por seus precursores décadas antes, permanece quase intacta até os dias atuais.

II. A mulher negra na literatura: encantos e desencantos

A literatura sempre foi um local no qual a figura da mulata possuiu espaço de destaque. Seja nos versos satíricos de Gregório de Matos, seja nos diversos livros de Jorge Amado, ela sempre teve seus atributos contados e recontados com cores e sabores diversos.¹⁸⁴ Teófilo Queiroz Júnior destaca o quanto os estereótipos presentes na literatura brasileira ao longo do tempo tendem a exaltar aspectos capazes de reforçar o preconceito em relação a esta figura, escolhida pelo autor por ser considerada um sujeito no qual espelham-se contradições e inconsistências sobre a maneira de organização de nossa sociedade.¹⁸⁵

Para a análise a seguir, selecionei três obras literárias escritas em fins do século XIX, duas delas bastantes conhecidas e difundidas, especialmente, no início do século XX. Meu objetivo aqui não é empreender uma análise sobre períodos ou escolas literárias. O intuito é buscar nesses trabalhos as diferentes formas como as mulheres negras foram retratadas e como essas formas mantiveram-se como senso comum e contribuíram na constituição de estereótipos sobre elas.

¹⁸⁴ Corrêa, Mariza. **As ilusões da liberdade (...)**, op. cit.; e Queirós Júnior, Teófilo. **Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira**. São Paulo: Ática, 1975 (reimpressão 1982).

¹⁸⁵ Queirós Júnior, Teófilo, **Preconceito de cor (...)**, op. cit., p. 15.

II.1. O Cortiço:

Publicado em 1890, *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo figura entre as obras canônicas do naturalismo brasileiro. O objetivo de seu autor é demonstrar o quanto o meio influi no comportamento dos indivíduos. Para tanto, cria o cortiço São Romão como cenário e protagonista para o desenrolar de sua trama e o palco onde entram em cena seus inúmeros e complexos personagens.¹⁸⁶

A trama tem início a partir da história do ambicioso português João Romão, que herda uma pequena venda no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, dando início ao seu “império” nos trópicos. À história de João Romão aparece atrelada a primeira personagem negra do livro, a escrava Bertoleza:

“(...) crioula trintona, escrava de um velho cego residente em Juiz de Fora e amigada com um português que tinha uma carroça de mão e fazia fretes na cidade.”¹⁸⁷

Bertoleza era uma quitandeira, vizinha de João Romão para o qual fornecia comida. Trabalhava duro e pagava o jornal ao seu proprietário guardando o restante para a compra de sua alforria. Após a morte de seu amante, passa a viver com Romão, outro português, pois, de acordo com o narrador, “como toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros” procurando “*instintivamente* o homem numa raça superior” (ênfase minha).¹⁸⁸ Romão toma posse das economias da escrava com a promessa de completar o restante para sua liberdade. Entretanto, forja sua carta de alforria utilizando-se do dinheiro para ampliar seu negócio. Com o passar dos tempos e com o importante auxílio do tríplice papel de Bertoleza – caixeiro, criada e amante –, João Romão prospera e enriquece as custas de sua venda, dos lucros extraídos de uma pedreira que também adquire e, principalmente, do aluguel de casinhas no cortiço São Romão, por ele construído. Junto ao sucesso financeiro surge, também, sua ambição nobiliárquica. Porém, para tanto modifica-se, deixando de lado

¹⁸⁶ Sobre o livro, conf.: Moutinho, Laura. **Razão (...)**, op. cit., especialmente: pp. 112-123;

¹⁸⁷ Azevedo, Aluísio. **O Cortiço**, Coleção Vestibular / O Estado de São Paulo, s.d, s.l.; p. 13.

¹⁸⁸ Idem, p. 14.

seus andrajos miseráveis e afasta-se de Bertoleza a “mancha negra, a indecorosa nódoa daquela prosperidade brilhante e clara”.¹⁸⁹

Mesmo ciente de sua condição de indesejada, a escrava adorava o amante. Dessa forma, não tendo outra alternativa em sua vida miserável de escrava do vendeiro, Bertoleza torna-se uma mulher sombria:

“(...) pouco a pouco deixara de ser a amante do vendeiro, para ficar sendo só uma sua escrava... Como sempre, era a primeira a erguer-se e a última a deitar-se; de manhã escamando peixe, à noite vendo-o à porta, para descansar da trabalhadeira grossa das horas de sol; sempre sem domingo nem dia santo, sem tempo para cuidar de si, feia, gasta, imunda, repugnante, com o coração eternamente emprenhado de desgostos que nunca vinham à luz. Afinal, convencendo-se de que ela, sem ter ainda morrido, já não vivia para ninguém, nem tão pouco para si, desabou num fundo entorpecimento apático, estagnado como um charco podre que causa nojo.”¹⁹⁰

Bertoleza é descrita ao longo do livro como uma mulher feia, suja, sempre com cheiros e cores desagradáveis impregnados ao seu corpo. Ora é o cheiro do peixe descamado por ela todas as manhãs, ora o cheiro de fritura impregnado à sua pele e, por vezes, o suor, produto do esforço desempenhado em sua rotina de trabalho. Esta sujeira, apesar de exógena, parece impregnada em seu corpo da mesma maneira que a cor mais escura de sua pele negra. Os cheiros, assim como a cor da pele e sua condição permanente de escrava e submissa a um homem branco, são caracterizados como atributos naturais, intrínsecos e imutáveis.

Em oposição à feiúra e à sujeira da personagem Bertoleza, desenvolve-se paralelamente a trama da perfumada mulata Rita Baiana. A primeira menção dessa personagem no livro já serve para demonstrar seu caráter indolente, sensual e volúvel, pouco afeita ao trabalho, sempre preterido em relação à pândega.¹⁹¹ Rita é uma lavadeira, também moradora do cortiço São Romão. Amante do típico malandro e capoeira, o também mulato Firmo, protagoniza os momentos de maior sensualidade da obra. Seu retorno ao

¹⁸⁹ Idem, p. 148.

¹⁹⁰ Idem, p. 148.

¹⁹¹ Idem, p. 36.

cortiço, após um sumiço de mais de três meses atrás de pagodes e de seu amante, é celebrado por todos e serve para apresentar a personagem:

“Cercavam-na homens, mulheres e crianças; todos queriam novas dela. Não vinha em trajo de domingo; trazia casquinho branco, uma saia que lhe deixava ver o pé sem meia num chinelo de polimento com enfeites de marroquim de diversas cores. No seu farto cabelo, crespo e reluzente, puxado sobre a nuca, havia um molho de manjeriço e um pedaço de baunilha espetado por um gancho. E toda ela respirava o asseio das brasileiras e o odor sensual de trevos e plantas aromáticas. Irrequieta, saracoteando o atrevido e rijo quadril baiano, respondia para a direita e para a esquerda, pondo à mostra um fio de dentes claros e brilhantes que enriqueciam a sua fisionomia com um realce fascinador.”¹⁹²

Rita é a “típica” mulata baiana. Toda sua passagem pela obra de Azevedo é descrita com cores, sabores, cheiros e movimentos que remetem à sensualidade. Ao contrário de Bertoleza, seu corpo é um agregado de aspectos *positivos*, todavia também ambíguos. Ele serve tanto como repositório para seus aromas e gostos, como para espaço onde o seu amante deposita bofetadas para expressar ciúmes, virilidade e para reforçar sua posse sobre a mulata.¹⁹³

Rita será, também, a grande responsável pela degeneração do português Jerônimo. Honesto pai de família, homem inicialmente preocupado com o futuro, habituado à ideologia do trabalho, Jerônimo se vê completamente perdido pelos encantos da mulata Rita Baiana. Seu primeiro encontro com ela é marcado por uma descrição minuciosa dos atributos físicos de Rita:

“E viu a Rita Baiana, que fora trocar o vestido por uma saia, surgir de ombros e braços nus, para dançar. A lua destoldara-se nesse momento, envolvendo-a na sua cama de prata, a cujo refulgir os meneios da mestiça melhor se acentuavam, cheios de uma graça irresistível, simples, primitiva, feita toda de pecado, toda de paraíso, com muito de serpente e muito de mulher.

¹⁹² Idem, p. 50.

¹⁹³ Idem, p. 54.

Ela saltou em meio da roda, com os braços na cintura, rebolando as ilhargas e bamboleando a cabeça, ora para a esquerda, ora para a direita, como numa sofreguidão de gozo carnal, num requebrado luxurioso, que a punha ofegante; já correndo de barriga empinada; já recuando de braços estendidos, a tremer toda, como se se fosse afundando num prazer grosso que nem azeite, em que se não toma pé e nunca se encontra fundo. Depois, como se voltasse à vida, soltava um gemido prolongado, estalando os dedos no ar e vergando as pernas, descendo, subindo, sem nunca parar com os quadris, e em seguida sapateava, miúdo e cerrado, freneticamente, erguendo e abaixando os braços, que dobrava, ora um, ora outro, sobre a nuca, enquanto a carne lhe fervia toda, fibra por fibra, titilando.”¹⁹⁴

Os movimentos do corpo de Rita durante a dança se aproximam da descrição do momento do ato sexual.¹⁹⁵ É como se todo seu corpo fosse naturalmente apto para aquela situação, assim como para o prazer sexual. Como consequência deste primeiro encontro, Jerônimo adocece e é remediado pelo café temperado com parati, preparado pela mulata. O sabor forte do café, somado aos gostos e perfumes também marcantes de Rita dão início à derrocada na vida do português. Por ela, Jerônimo mata, quase morre, abandona a mulher, o emprego, deixa de pagar a escola da filha, enfim, “abrasileira-se”.¹⁹⁶

O livro de Aluísio Azevedo é povoado por outras tantas mulatas com características próximas às de Rita Baiana.¹⁹⁷ Entretanto, é ela a mulata “típica”, aquela com a qual o autor estabelece um paralelo com o próprio país. Rita seria para Jerônimo o mesmo que o Brasil teria sido para tantos outros imigrantes estrangeiros: a degeneração de sua raça e a perversão de seu caráter. Esta perspectiva já havia sido observada nos escritos do médico Nina Rodrigues. As cores, cheiros e sabores de Rita Baiana e, também de Bertoleza são as cores, cheiros e sabores do país sintetizado no microcosmo do cortiço. Seus corpos encarnam o melhor e o pior da nação. Bertoleza surge como a figura do escravo negro

¹⁹⁴ Idem, p. 62.

¹⁹⁵ Moutinho, Laura. **Razão (...)**, op. cit., p. 118.

¹⁹⁶ Azevedo, Aluísio. **O Cortiço**, op. cit., p. 150.

¹⁹⁷ “Depois seguiam-se a Marciana e mais a sua filha Florinda. A primeira, mulata antiga, muito séria e asseada em exagero (...). a filha tinha quinze anos, pele de um moreno quente, beijos sensuais, bonitos dentes, olhos luxuriosos de macaca. Toda ela estava a pedir homem, mas sustentava ainda a sua virgindade (...)” Azevedo, Aluísio. **O Cortiço**, op. cit., p. 33.

degenerado, super explorado pelo homem branco, cuja única salvação é a morte. Rita é a síntese do mestiço. Também degenerada, porém, carregando consigo o futuro da raça nacional.

II.2. A Mulata

No dia 22 de abril de 1896 a Gazeta de Notícias estampava em sua primeira página a seguinte propaganda:

“A Mulata, romance de fogo, com deslumbrante capa e finíssima gravura colorida a oito cores, 4\$000.”¹⁹⁸

Nove dias depois, o mesmo jornal trazia um outro anúncio no qual se lia que os editores Quaresma & C. haviam recebido 396 cartas e 45 telegramas pedindo este mesmo romance e que, até aquele momento, os pedidos já remontavam ao número de oito mil volumes¹⁹⁹.

A obra alardeada pela Editora Quaresma era o livro *A Mulata*, de Carlos Malheiros Dias. Publicada em 1896, tratava-se de um romance “para homens”, leitura recorrente no Brasil de fins do século XIX e início do século XX.²⁰⁰ Apesar de não ser um trabalho reconhecido entre os cânones da literatura brasileira, este romance praticamente desconhecido é bastante importante para este trabalho, porque trata da figura da mulata em meio ao universo da prostituição. Além disso, por encontrar-se incluída no gênero de “romances para homens”, inicialmente pensei encontrar uma obra meramente pornográfica. Entretanto, surpreendeu-me o caráter explicitamente moralizador do livro.

¹⁹⁸ *Gazeta de Notícias*, 22/04/1896. Agradeço ao professor Leonardo Pereira por me mostrar essa referência que me levou até o romance ainda durante minhas pesquisas para a monografia de graduação.

¹⁹⁹ *Gazeta de Notícias*, 01/05/1896.

²⁰⁰ Dias, Carlos Malheiros Dias. **A mulata**. Rio de Janeiro: Quaresma Editores, 1896. El Far, Alessandra. *Páginas de Sensação. ‘Romances para o povo’, pornografia e mercado editorial no Rio de Janeiro de 1870 a 1924*. Tese de doutorado: Departamento de Antropologia; FFLCH/USP, 2002, pp. 240-241. A autora destaca que livros destinados ao público masculino eram bastante comuns no período e agitam o mercado editorial carioca.

Dias dá início à sua obra com algumas considerações sobre as influências da raça negra e do meio sobre a formação nacional.²⁰¹ Essa preocupação, como vimos, ocupava a mente e o debate dos intelectuais nos mais variados âmbitos da sociedade da virada do século XIX. O autor parecia compartilhar dos mesmos pressupostos observados no médico baiano Nina Rodrigues. Para ambos, de nada adiantavam leis imutáveis para punir indivíduos condenados pela degenerescência da raça.²⁰²

Concluído seu tratado sobre a degeneração da raça brasileira, o livro narra a história do jovem Edmundo. Jornalista, natural do Rio Grande do Sul, na aurora de seus vinte anos, que veio para o Rio de Janeiro em busca de reconhecimento para seu trabalho como escritor. É nessa capital quente, epidêmica, empestada de preguiça e vício e infestada de meretrizes,²⁰³ que o jovem viverá os piores/melhores momentos de sua curta vida. De saúde frágil, portador de uma tuberculose que enfraquece ainda mais seu já frágil corpo, Edmundo é “protegido” por seus dois anjos da guarda cariocas. Dona Maria, proprietária da pensão onde vive, o adota como um filho, e seu amigo Julião, jovem e solitário estudante de medicina, o qual só conhece as mulheres a partir dos cadáveres que disseca em suas aulas de anatomia. É ele quem socorre o jovem jornalista em momentos nos quais sua doença foge ao controle.

A mãe de Edmundo, também funciona como sua tábua de salvação, presente em sua vida através das cartas e da mesada enviadas do Rio Grande do Sul. Ela representa a ponte entre a vida desregrada do jovem no Rio de Janeiro e a segurança e o conforto do lar. Em oposição ao consolo materno surge na vida de Edmundo a mulata Honorina, assim descrita pelo narrador:

“Ela não era bonita! Uma beleza vulgar de soldado, dessas que podem levar um cadete a matar a pranchadas um clarim do regimento... Não era só morena como pensara, tinha o sangue mau da raça negra, mas parecia ter um cabelo admirável, fino como seda, liso, basto, e castanho. Os dentes eram brancos, iguais, mas chatos

²⁰¹ “Aqui mesmo, em nosso meio, o sangue degenerado foi injetado n’uma dosagem completa de Pravaz, e de todo esse enorme cruzamento de raças, d’essa procriação sob o sol candente dos trópicos, as nevroses rebentaram, como flores dos cálices (...)”, Dias, Carlos Malheiros Dias. **A mulata**, op. cit., p. 21.

²⁰² Rodrigues, Nina. **As raças humanas(...)**, op. cit.; e Dias, Carlos Malheiros Dias. **A mulata**, op. cit., pp. 22-24.

²⁰³ Dias, Carlos Malheiros Dias. **A mulata**, op. cit., p. 374.

como de uma gata. (...) Os lábios eram vermelhos como flores de alcea, e o nariz, como o dos felinos e das voluptuosas, abria de continuo umas ventas frementes de animalejo feroz. Tinha nos gestos o abandono e a preguiça da crioula. Era indolente até no falar.”²⁰⁴

Meretriz, com pouco mais de vinte anos, a jovem, natural de Minas Gerais seria um exemplo clássico de como o meio e a raça eram determinantes no destino dos indivíduos. Ainda criança teria presenciado o pai sendo trazido para casa ensanguentado com um tiro no peito. Viu a mãe passar fome e por conta disso:

“(...) entregou-se às promessas dos homens que lhe ferraram na frente o estigma de última, que lhe roubaram o seu sagrado direito de ser mãe, que a expulsaram para sempre da família, do amor, e depois do estupro de uma alma, e da violação de um corpo, lhe deixaram um pouco de dinheiro à cabeceira, o preciso para não morrer enquanto a ferida não cicatrizasse e um outro não viesse arreganha-la de novo, infamemente...”²⁰⁵

Após perder a honra, restou a Honorina apenas o desejo de vingança. É esse desejo que alimenta a forma como exerce sua profissão de meretriz e determina a maneira como a jovem viverá sua relação com Edmundo. A jovem meretriz não o ama, mas o mantém cativo de um relacionamento no qual suga, não apenas seu dinheiro, mas, também, sua saúde, seu ânimo em relação à vida e todo seu vigor físico.²⁰⁶ Aqui, o romance de Dias dialoga com as idéias de seus contemporâneos Nina Rodrigues e Aluisio Azevedo, pois, compartilha da mesma premissa de que a mulata seria a principal responsável pela degeneração do homem da raça branca superior. O romance entre os jovens é marcado pela mentira, e pela instabilidade emocional de Honorina. Ela blefa com os ciúmes de seu amante. Mesmo não satisfeita com sua vida ao lado de Edmundo, ela o mantém próximo de si por pura vaidade, indo buscar em outros homens modos de satisfazer-se e de ferir Edmundo. O narrador destaca o fato de Honorina ser um tipo de mulher que gosta de apanhar, gosta de ser humilhada por seus parceiros. Por isso, o amor e a entrega

²⁰⁴ Idem, p. 104. Todo o capítulo IV do livro destina-se a descrever a mulata Honorina.

²⁰⁵ Idem, pp. 169-170.

²⁰⁶ Idem, p. 206.

incondicional por parte de Edmundo, bem como seu desejo de afastá-la do meretrício e constituir família, iria contra a *natureza* de Honorina.²⁰⁷

Após perder tudo, amigos, dinheiro, o amor e o respeito próprios e dos outros por causa de seu envolvimento com a meretriz, a doença de Edmundo se agrava e ele encontra refúgio e proteção na pensão de D. Maria. É lá onde terminará seus dias de solidão e sofrimento por conta de sua aventura desregrada atrás da meretriz mulata Honorina. Esta, por sua vez, o abandona definitivamente, indo viver em Juiz de Fora com um de seus amantes que havia causado ciúmes em Edmundo e para o qual se entregou sem nada exigir. Toda a agonia do jovem jornalista é descrita em detalhes pelo narrador. A ausência dos amigos no momento de maior sofrimento também é reforçada. Estes só reaparecem quando Edmundo já não possuía mais condições de reconhecê-los.

A morte do jovem escritor tem por função encerrar o alerta do autor sobre os perigos de mulheres como a mulata Honorina para jovens inocentes como Edmundo.²⁰⁸ O livro é um aviso claro para os jovens cujos destinos se deparam com situações como essa. A mulata aqui não é o doce saboroso, o perfume exótico e atraente. Seu corpo é recorrentemente comparado ao de uma serpente.²⁰⁹ Seus olhos são selvagens como o dos felinos; seus cabelos escuros são comparados às asas de um corvo, negros como um abismo. O sorriso, belo e terrível como o mar. Seus lábios, vermelhos como que tingidos pelo sangue dos corações trincados por seus dentes.²¹⁰ Tudo em Honorina é sinônimo de perdição. Prenúncio do perigo e da morte. A personagem desenha-se ao longo do livro todo como um alerta para que Edmundo volte atrás, mas, os apelos já são inúteis a este jovem. Resta apenas aos leitores manterem-se atentos para escaparem de tal armadilha.

II.3. Clara dos Anjos

O escritor Lima Barreto em um de seus romances conta a história da jovem mulata Clara dos Anjos²¹¹. Raphael Silva em seu trabalho sobre a vida e a obra do literato, destaca

²⁰⁷ Idem, pp. 389-340.

²⁰⁸ Alessandra El Far destaca que a morte parecia ser a única forma de reparar a impureza dos indivíduos, uma forma de redimi-los de suas faltas. El Far, Alessandra. *Páginas de Sensação(...)*, op. cit., p. 147.

²⁰⁹ Dias, Carlos Malheiros Dias. **A mulata**, op. cit., p. 131.

²¹⁰ Idem, p. 171.

²¹¹ Barreto, Lima. **Clara dos Anjos e outras histórias**. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.

a forma de abordagem, extremamente crítica desse autor diante da questão racial do Brasil em que vivia²¹². Apreciado por sua capacidade de recriar personagens e situações consideradas características das áreas urbanas mais pobres do Rio de Janeiro, Lima Barreto fez parte da polêmica em torno da construção do Brasil como uma nação civilizada utilizando como alicerce os escombros de um modelo considerado decadente e atrasado, baseando-se em teorias que consideravam a raça uma categoria relevante para a compreensão dos problemas nacionais.²¹³ Segundo Silva, ao longo de toda sua trajetória como literato, Lima Barreto procurou confrontar duas imagens consideradas comuns acerca dos negros: a associação com animais, desprovidos de inteligência, e a representação dos negros como seres libidinosos, dotados de uma sexualidade exacerbada.²¹⁴

Filha única de um carteiro e uma dona de casa, Clara é criada com todos os recatos e mimos que, inclusive, o narrador da história considera prejudiciais em sua *condição*, subentenda-se, condição de mulata, sujeita aos percalços e intempéries impostas às jovens cujo estigma racial vinha atrelado aos seus corpos.²¹⁵ Clara é seduzida pelo jovem branco Cassi Jones, descrito pelo narrador como um rapaz de má índole, habituado a seduzir e enganar moças pobres e ingênuas, especialmente negras. Na fala do padrinho de Clara, estas jovens são descritas como portadoras de estigmas difíceis de serem apagados:

“Na sua vida, tão agitada e variada, ele sempre observou a atmosfera de corrupção que cerca as raparigas do nascimento e da cor de sua afilhada; e também o mau conceito em que se têm a suas virtudes de mulher. A *priori*, estão condenadas; e tudo e todos pareciam condenar os seus esforços e dos seus para elevar a sua condição moral e social.”²¹⁶

²¹² Silva, Raphael Frederico Acioli Moreira da. “A moléstia da cor”: a construção da identidade social de Lima Barreto (1881-1922)”. Dissertação de Mestrado, IFCH / Unicamp, Campinas, 2002.

²¹³ Silva, Raphael Frederico Acioli Moreira da. *A moléstia (...)*, op. cit., p. 28.

²¹⁴ Silva, Raphael Frederico Acioli Moreira da. *A moléstia (...)*, op. cit., p. 21.

²¹⁵ “ O que era preciso, tanto a ela como às suas iguais, era educar o caráter, revestir-se de vontade, como possuía essa varonil Dona Margarida, para se defender de Cassis e semelhantes, e bater-se contra todos os que se opusessem, por este ou aquele modo, contra a elevação dela, social e moralmente.” Barreto, Lima, **Clara dos Anjos**, op. cit., pp. 171-172.

²¹⁶ Barreto, Lima, **Clara dos Anjos**, op. cit., p.56.

Através de sua personagem, Lima Barreto denuncia o rebaixamento da mulher negra e mestiça à condição de mero objeto sexual, além do preconceito racial e o desprestígio social de que o negro era vítima no período. Clara estava condenada a *priori*. Por isso era necessário endurecer-se, pois, de nada adiantariam os esforços de todos para elevarem-nas. Aqui, mais uma vez, o meio e a raça são decisivos na definição das mulheres negras. Segundo o narrador, o ambiente onde a jovem vivia, cercada de modinhas românticas trazidas ao lar por seu pai, constituiu outro importante fator para o infortúnio da jovem mulata. Esse universo, somado à proteção a qual era submetida, teria contribuído para o desenvolvimento em Clara de uma alma fantasiosa, carregada do sentimentalismo amoroso das canções populares.²¹⁷

Barreto traz em seu livro uma série de exemplos de mulatas consideradas *típicas*, e uma delas parece surgir em oposição à personagem Clara. No entanto, esta oposição pode ser relativizada na medida se observarmos a mulata Rosalina como uma projeção de um possível futuro para a jovem protagonista. Através de Rosalina – Mme. Bacamarte, como era chamada - Lima Barreto nos leva a interpretar a prostituição como um destino quase inevitável para boa parte das jovens negras e pobres.²¹⁸

Seduzida ainda muito jovem, a polícia obrigou seu sedutor a desposá-la. O casamento, de início mostrou-se uma situação em parte bastante razoável. Porém, após três anos seu marido passa a espancá-la, dando-lhe apenas o necessário para seu sustento e de seus dois filhos. A embriaguez constante de seu companheiro torna-se um agravante para a situação e Rosalina acaba por adquirir o mesmo hábito, utilizando o escasso dinheiro de seu sustento na manutenção de seu vício. Após ter seu barraco demolido e perder o pouco que lhe restava, deixa seus filhos com vizinhas e tenta se matar atirando-se debaixo de um trem, sofrendo apenas ferimentos não fatais:

“Saiu renovada, e o seu rostinho de mulatinha sapeca tinha recuperado um pouco o viço e a petulância que devia ter pela puberdade. (...)”

²¹⁷ Idem, p. 57.

²¹⁸ Aqui, mais uma vez, gênero, classe e raça se confundem na definição das identidades e na determinação de estereótipos tidos como marcas intrínsecas aos indivíduos. Conf: Higginbotam, Evelyn Brooks. “African-American Women’s History and the Metalanguage of Race. IN: Revista **Signs**, inverno, 1992, vol. 17, número 2, pp. 251-174.

Em começo portou-se bem; mas bem depressa foi correndo de mão em mão, até que as moléstias venéreas a tomaram de todo, obrigando-a a visitas constantes à Santa Casa, para levar injeções e sofrer operações. Proibida de beber não obedecia à prescrição médica. Quando não tinha dinheiro, obtido de que maneira fosse, esperava pacientemente que suas galinhas ou as de sua mãe, com quem morava, ‘pussem’, e logo corria à venda a trocá-los, por duzentos ou trezentos réis de parati.”²¹⁹

A perdição de Rosalina parece algo sem volta. Uma vez desviada de um caminho considerado correto, jovens como ela e Clara têm suas vidas marcadas de maneira definitiva em uma sociedade na qual qualquer tipo de “deslize” serve como justificativa para os estereótipos tidos como *inerentes* a elas. Lima Barreto parece imbuir-se da mesma missão moralizadora de Malheiro Dias, porém aqui, seu alerta é dirigido às jovens mulatas, essas sim vítimas de brancos sedutores como Cassi Jones ou o responsável pela sedução e pelo defloramento de Rosalina. Barreto reconhece a situação desvantajosa de suas personagens. Entretanto, não haveria salvação para elas, a menos que não se deixassem levar por situações que não faziam parte de seu mundo. Ou seja, endurecer-se significava não ceder aos apelos do amor romântico ou das promessas contidas nas letras das modinhas, ou ainda, na lábia de sedutores. Endurecer-se significava reconhecer sua condição desprivilegiada e guiar suas vidas a partir desta pretensa *natureza* inevitável. Se seus corpos carregavam as incrustadas neles pela sociedade de então, era necessário torná-lo forte e resistente a esses apelos, nadar contra a corrente.

II.4. Rita Baiana, Honorina, Rosalina... e Clara: a tragédia no corpo

Mesmo sendo retratadas de maneiras distintas por seus criadores, as quatro mulatas ora analisadas tendem a sobrepor características que, de uma forma ou de outra, acabam por torná-las bastante semelhantes. Todas elas trazem consigo o estigma de uma raça considerada degenerada. A exceção de Clara dos Anjos, as demais carregam em seus corpos sinais naturais agravados pelo meio no qual vivem ou de onde vieram. Sua condição

²¹⁹ Barreto, Lima, *Clara dos Anjos*, op. cit., pp. 74-75.

de gênero as torna também, naturalmente submissas, mesmo quando são mostradas em seus momentos de poder.

Rita Baiana e Honorina aparecem como mulheres aparentemente fortes e dominadoras, capazes de destruir a vida de homens honestos e trabalhadores que delas se aproximam. No entanto, ambas são produtos da fraqueza de sua raça. Rita, mesmo sendo uma mulher independente, dona de si, submete-se aos apelos de sua natureza indolente e volúvel e cai na pândega, deixando de lado o trabalho e a perspectiva de um futuro. Ambas também demonstram fraqueza ao submeterem-se à violência de seus amantes. Honorina gosta de apanhar e despreza o amor de Edmundo por colocá-la sobre um altar de adoração e proteção. Rita mantém-se submissa aos ciúmes e aos maus tratos de seu amante Firmo e, só reconhece o valor do português Jerônimo, quando este mata por ela. Para as duas é necessário que seus homens demonstrem força para “lutarem” de igual para igual com estas mulheres de personalidade forte e caráter naturalmente fraco. Aqui, o corpo da mulher negra aparece como espaço aberto para a violência, remetendo ao passado de castigos e submissão dos tempos da escravidão.

A despreocupação com o futuro é um outro aspecto marcante na vida destas mulatas. Rita e Honorina vivem apenas para o presente. À primeira pouco importa os fregueses e a roupa a ser lavada. Para a meretriz Honorina, interessam apenas as jóias, os perfumes e as roupas necessárias ao incremento de sua beleza momentânea. Clara e Rosalina, por não pensarem no futuro entregam-se a homens errados e atrelam suas vidas aos estigmas a elas impostos.

As personagens Clara dos Anjos e Rosalina, de Lima Barreto, surgem como um contraponto a Rita Baiana e Honorina. Nadando contra a corrente do pensamento científico de seu tempo, Barreto utiliza sua obra como um apelo para que jovens como suas personagens imponham-se às determinações do meio onde vivem. Para o literato, os estigmas relegados às mulatas não são naturais, intrínsecos a elas. Eles lhes eram impostos por uma sociedade que utilizava o recurso da estigmatização para lançá-las às margens. O apelo do autor é para que as jovens mulatas, em geral, reconheçam estes pré-conceitos e aprendam a superá-los. As personagens são uma alerta sobre a força desses estigmas quando lançados sobre indivíduos frágeis. Ao escolher Clara e Rosalina como anti-

exemplos, Lima Barreto pretende divulgar estes estereótipos com o objetivo de “educar” seus leitores para que não caiam nas mesmas armadilhas.

Todas as quatro personagens são construídas por seus autores com um subentendido objetivo moralizante. Na história de todas os determinantes são inevitáveis, porém, seus efeitos podem ser minimizados. No caso de Rita e da meretriz Honorina, caberiam aos homens de raça e intelecto superior, não cederem aos apelos naturais do sexo oposto e da raça degenerada. No caso de Clara e Rosalina, são as jovens mulatas como elas, as quais deveriam proteger-se contra os estigmas sociais que lhes eram impostos.

III. A mulata das canções

Do Brasil a Mulatinha

(lundu baiano)

Do Brasil a mulatinha
É do céu doce maná,
Adocicada frutinha,
Saboroso cambucá!

É quitute apetitoso,
É melhor que vatapá,
É néctar delicioso,
É boa como não há

É manjar bem delicado,
É melado com cará,
Agradável bom-bocado,
Gostoso maracujá.

É caju açúcarado,
E tem de manga o sabor,
É quibebe apimentado
Pelas mãozinhas do amor

É doce licor de rosa,
É melhor do que melado,
Delicado e melindroso,
Vinho velho engarrafado.

É manguinha da Bahia,
É doce favo de mel,
Não é clara como dia,

Nem alva como o papel.

A mulatinha mimosa,
Fios d’ovos com canela,
É morena, cor de rosa,
Tem uma cor muito bela.

É faceira, tem candura,
Tem do coco o paladar,
Tem meiguice, tem ternura,
Tem quindins de enfeitar.

Quando eu meigo vejo ela,
Tão terna, tão moreninha,
Logo exclamo: como é bela
Do Brasil a mulatinha!

Os olhos sabe volver
Tão ternos a namorar,
Que eu quisera só poder
Junto dela sempre estar.

(Biblioteca da Livraria do Povo. **Trovador Brasileiro ou Novíssimo Cantor de Modinhas.** Rio de Janeiro: Livraria do Povo – Quaresma & C. Livreiros Editores, 1904, p. 99-100.)

A música popular foi, provavelmente, o meio no qual a figura da mulata parece ter alcançado maior contorno. Devido ao alcance das composições, divulgadas através das gravações e também por meio de publicações com letras e partituras, diferentes imagens de mulatas foram amplamente difundidas e consolidadas.²²⁰ Se a literatura do período na qual esta temática pode ser observada tendia a destacar a influência do meio e da raça na determinação da mulata, a música, por seu turno, reinterpreta essas imagens de forma alegórica, muitas vezes pervertendo as premissas do discurso científico. Martha Abreu destaca o quanto as canções e seus intérpretes podiam negociar com as imagens que difundem em suas letras e performances.²²¹ Para a autora, analisar estas canções a partir de uma perspectiva na qual essas imagens seriam apenas uma evidência explícita do racismo e da dominação branca em relação ao negro, significa perder de vista seu “inegável sentido político”.²²² Nas canções fica ainda mais evidente a associação da mulata às metáforas alimentícias. No exemplo acima, *Do Brasil a Mulatinha*, em praticamente todas as estrofes, a mulata aparece associada a algum alimento ou tempero. O lundu também é um exemplo clássico da justaposição entre raça e nacionalidade.²²³ A mulata e seus sabores, aromas e requebros incorpora tudo de mais tipicamente brasileiro.

Uma outra alegoria bastante recorrente no universo musical é a ligação entre a mulata e a baiana. Esta última teria sido a precursora da típica mulata carioca.²²⁴ Dela a mulata parece ter herdado a vaidade, o asseio, o gingado e os requebros do corpo. Eduardo das Neves expressou assim seus encantos por uma baiana:

(...)
“Com sua trunfa de surah
Seus braceletes, um primor,
Quando no samba vai dançar:
Brancas sandálias de cetim,
Continhas de ouro e de marfim,

²²⁰ Sobre a circulação das canções e as publicações do gênero, conf.: Ferlim, Uliana dias Campos. *A polifonia das modinhas: diversidade e tensões musicais no Rio de Janeiro na passagem do século XIX ao XX*. Campinas, SP: Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 2006.

²²¹ Abreu, Martha. “*Sobre Mulatas Orgulhosas e Crioulos Atrevidos*”: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890 -1920), IN: **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 16, pp. 143-173.

²²² Idem, pp. 170-173.

²²³ Idem, pp. 158-159.

²²⁴ Seigel, Micol & Gomes, Tiago de Melo. *Sabina das Laranjas: gênero e nação na trajetória de um símbolo popular, 1889-1930*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Anpuh/CNPq, vol. 22, nº 43, 2002, pp. 171-193; Moura, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.

Gosto de ouvi-la aí cantar,
As pastorinhas mais formosas
Quais de um jardim cândidas rosas,
Vêm terno culto lhe render:
Ela, orgulhosa, que tem fitado a todos com desdém,
Faz-me penar,
De amor sofrer.

Quando na sala do festim,
Dançava o samba, a multidão,
Entre requebros os mais gentis,
Ela saltou também no fado,
Toda vestida de encarnado,
Eu dei-lhe a mão,
Ela não quis!”²²⁵

O crioulo Dudu das Neves, como era mais conhecido, reveste-se da alegoria do malandro, típico sedutor de mulatas, sobre as quais canta suas conquistas, e desventuras amorosas.²²⁶ De acordo com Abreu, a existência de intérpretes negros, que compartilhavam o convívio e faziam parte das variadas teias de relações compostas por moradores dos bairros pobres da cidade do Rio de Janeiro, evidencia o quanto essas imagens divulgadas sobre mulatas, morenas, crioulos etc, eram também compartilhadas por esses grupos. Deste modo, as imagens tendiam a serem interpretadas de acordo com as contingências do local por onde circulavam.²²⁷

Note-se que a baiana de Dudu é uma figura de personalidade forte e arrebatadora. A todos seduz com seus encantos, mas, nega-se a cedê-los para quem quer que seja. Essa imagem de mulata também é outro recurso comum nas canções. As mulatas possuem uma espécie de feitiço, entretanto, não seriam mulheres submissas, passíveis de dominação. Esta representação é justamente o oposto daquela pretendida nos discurso de época acerca do comportamento feminino.²²⁸ A mera menção de sua presença em rodas de samba já

²²⁵ Eduardo das Neves, **Trovador da Malandragem**. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma Editora, 1926. [trata-se de uma compilação com canções do início do século XX], **A Baianinha, Bahia, 1º de abril de 1902**, pp. 48-49.

²²⁶ Ferlim, Uliana dias Campos. *A polifonia(...)*, op. cit., pp. 67-96; Abreu, Martha. “*Sobre Mulatas (...)*”, op. cit., especialmente, pp. 164-167.

²²⁷ Abreu, Martha. “*Sobre Mulatas (...)*”, op. cit., p. 164.

²²⁸ Com relação aos debates sobre honra feminina e moralidade, conf.: Esteves, Martha de Abreu. **Meninas perdidas (...)**, op. cit.; e Caulfield, Sueann. **Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000. No capítulo anterior faço uma discussão mais detalhada sobre esses aspectos.

demonstra o quanto estas mulheres conduziam suas vidas em sentido contrário a esses padrões verticalmente impostos a elas. A exposição desregrada de seus corpos, sempre com uma forte conotação sexual, aqui é sinônimo de sua força, de sua capacidade de desafiar as regras, de impor-se dizendo “não” quando assim o desejasse.

Outro senso comum sobre a mulata presente nas canções e anteriormente observado também na literatura, é a ambição. Como vimos, tanto a meretriz Honorina, quanto a personagem Rita Baiana, mantém com seus amantes uma relação amparada na ruína financeira de seus companheiros com o intuito de atender às “necessidades” de suas mulatas. O jovem Edmundo e o português Jerônimo vão à bancarrota em função da manutenção de seus luxos. Novamente, é Dudu das Neves quem trás em uma de suas letras a importância do dinheiro na definição dos relacionamentos com as mulatas:

Quando vejo uma mulata,
Com seu todo remexido,
Chego perto e lhe pergunto:
- “Yayá, você tem marido?”

Se me dá uma rabanada,
E sai num passo ligeiro,
É sinal que não gostou:
Pensa que estou sem dinheiro.

Eu que já estou todo feito,
(Só Deus sabe como estou.)
Mostro-lhe a nota de vinte,
E a chave do meu chateau.²²⁹

Ou ainda, um trecho da clássica *Vem cá Mulata*, composta pelo consagrado literato Bastos Tigre para o teatro de revista, lugar por excelência do estereótipo:²³⁰

Dou-te um anel de brilhante
Dou-te brincos de argolão
Se queres ser minha amante,
Se for meu teu coração!

Chula
- Vem cá, mulata

²²⁹ Eduardo das Neves, **Trovador da Malandragem**, op. cit; **Quando vejo uma mulata**, pp. 72-73

²³⁰ Sobre Bastos Tigre, cf. Marcelo Balaban (org). **Instantâneos do Rio Antigo - Bastos Tigre**. Campinas, Mercado de Letras, 2003. Sobre o teatro de revista, cf. Gomes. Tiago de Melo. **Um espelho no palco (...)**, op. cit.. Em minha monografia de graduação discuti o teatro de revista como palco privilegiado para a análise de estereótipos. Cf.: Santiago, Silvana. “*O seu cabelo não nega*”? *Experiências e estereótipos relacionados à mulher negra. Rio de Janeiro, anos 1920*. Campinas, SP: [s.n.], 2003.

- Eu não vou lá não!
Vamos n' Avenida
Ver o pavilhão!

Convenci-me que é de pedra
Teu malvado coração
No teu peito já não medra
O fogo de uma paixão.²³¹

As canções, certamente, têm aqui papel de destaque na discussão sobre os estereótipos relacionados às mulatas. Se pensarmos que sua execução podia ser feita tanto entre intelectuais em busca do exótico, do tipicamente nacional, ao mesmo tempo em que eram cantadas nos morros e bairros cariocas pobres, não podemos perder de vista as formas diversas como foram (re)lidas e (re)interpretadas por cada grupo, em cada contexto específico. Para um intelectual é possível que estas canções simplesmente confirmassem o que a ciência já alardeava sobre os negros de modo geral, e sobre a mulata, mais especificamente. Todavia, para os negros e demais indivíduos pobres, que ouviam ou tocavam e cantavam estas canções em seus momentos de lazer, seus significados podiam ser bem distintos. A maior parte delas parece desafiar a ordem e a hierarquia vigentes. Elas até podem ter sido entoadas em diversos momentos sem que fossem sequer pensadas por seus intérpretes. Porém, encará-las desta forma seria reduzir seu poder de consolidação e difusão de imagens e estereótipos recorrentes na sociedade brasileira de então.

IV. A mulata em verso e prosa:

A escolha da literatura e das canções como mote para a discussão dos estereótipos relacionados à figura da mulata não se deu de forma aleatória. Selecionei estes dois gêneros devido ao seu alcance e sua difusão na sociedade brasileira da época. Estes trabalhos atingiam os públicos mais variados de formas diversas, tanto através da leitura, quanto através da execução, no caso das canções. Certamente, a figura da mulata, e dos negros de modo geral, ocupou outros meios de difusão de informação. Porém, creio serem estes suficientemente relevantes para a aproximação que proponho aqui. Quando postos lado a lado, a literatura e as canções funcionam como importantes divulgadoras dos estereótipos e das premissas científicas de então. No discurso literário essa perspectiva é mais evidente.

²³¹ Idem; **Vem cá Mulata**, pp. 120-122.

De caráter claramente moralizador, as obras literárias analisadas tendem a reproduzir e consolidar o senso comum a partir de uma crítica sutil e exemplar dos perigos da degeneração racial, representada pela figura da mulata. Esses sujeitos trariam de modo intrínseco e visível a partir de seus corpos racializados, um alerta sobre seus perigos. Todos os personagens que cederam ao determinismo da raça depararam-se com a desgraça e a degeneração. Os corpos das mulatas surgem como portadores de sabores, aromas e texturas, mas, também, de venenos capazes de romper com a razão de homens honestos. À mulata é relegada a responsabilidade de agregar em si os contraditórios papéis de redentora e de perdição para o Brasil. Sua associação com a nação manifesta-se a partir de seu caráter mestiço e, por isso, contraditório. Nas canções essa contradição é ainda mais evidente porque implica em significados ambíguos, dependentes de seus divulgadores e dos contextos de divulgação.

Todavia, ambos os discursos, o literário e o musical, parecem falar a partir de um local definido, ou seja, a partir das atuações e das estratégias dos indivíduos retratados. Por outro lado, o oposto parecia ocorrer quando esta mesma fala provinha dos discursos dos intelectuais do período. Estes pareciam falar “de fora”, colocando-se como observadores e analistas dessas questões. Seu objetivo era pensar em soluções para os “problemas” da nação e, ao fazerem isso, acabavam por reforçar ainda mais os aspectos que se propunham solucionar.

O trabalho de Lima Barreto surge nesse contexto de contradições como uma espécie de grito de alerta quase solitário. Ao contrário dos intelectuais, observadores externos, e de seus colegas literatos, estes, divulgadores e compartilhadores do discurso científico sobre a degenerescência racial, Barreto imprime um tom de militância sutil em seu discurso através de um apelo pela elevação do caráter moral dos negros. O autor reconhece o senso comum e o reproduz como forma de alertar para os perigos de sua manutenção. Os objetivos disciplinadores de Lima Barreto parecem mais específicos. Seu intuito não é o de estabelecer um tratado de moralidade à nação, mas aos indivíduos negros e pobres, para que estes encontrem nela seu espaço de direito.

Conclusão

(Des)inventar um mito

Quando a mulata despertou meu interesse de pesquisa, minha primeira iniciativa foi procurar meios onde pudesse investigá-la como um sujeito histórico. Após uma busca pouco animadora na biblioteca, o passo seguinte foi recorrer a Internet e ver no que dava. A alegria em ver páginas e mais páginas tratando desta figura foi imediatamente substituída pelo susto ao compreender do que fato elas tratavam. A maioria esmagadora daquelas páginas era de pornografia. Neles a mulata é presença constante. Existem mulatas para todos os gostos: mais claras, mais escuras, porém todas com as mesmas cores, sabores e aromas considerados típicos deste símbolo sexual.

A confortável exceção a estes *sites* foi o encontro com a página oficial do pintor Emiliano Di Cavalcanti. Este artista dedicou grande parte de sua vida e obra retratando mulatas, também com todas as cores, sabores e aromas que lhes seriam típicos. Recentemente, a morte de uma de suas modelos me pôs novamente diante do trabalho do pintor, o qual havia deixado de lado após a conclusão de minha monografia de graduação. Manina Montini faleceu aos 53 anos, no dia 20 de março desse ano. Montini era viúva, não tinha filhos e vivia no Retiro dos Artistas, local para onde vão ex-artistas, alguns bastante famosos em seu passado, mas que já não têm mais condições de sustentarem-se sozinhos. Em nota divulgada pelo jornal carioca O Globo, via Internet, lê-se que Marina posou para Di Cavalcanti quase diariamente entre 1969 e 1976 e que sob seu traço, a modelo, que era “magrinha” teria ganho formas mais arredondadas.

Esse reencontro com as mulatas de Di Cavalcanti hoje tem muito mais significado do que teve a quase quatro anos atrás, quando pesquisar a figura da mulata foi encarado apenas como mais um indício explícito da perversidade do racismo à brasileira. Hoje, faz muito mais sentido a “maquiagem” feita por Di Cavalcanti no corpo de Marina Montini. Para o pintor, a imagem “real” da mulata Marina não era aquela figura “magrinha”, mas a mulata que povoa o imaginário que todo e qualquer brasileiro projeta em sua mente quando essa figura é acionada: beleza, curvas e formas avantajadas, movimentos sensuais, associação com sabores, aromas e momentos de lazer e descontração. Basta pensarmos nas propagandas de cerveja!

Mas, afinal, o que esta mulata, estilo Di Cavalcanti, tem a ver com aquelas tantas Conceições, detidas na 8ª Pretoria da freguesia de Santana, no Rio de Janeiro no início do século XX? Que aspectos de sua história de vida, marcada pela pobreza, pela luta por sobrevivência cotidiana e pela perseguição e vigilância policial, podem estar relacionados com a popular sensual figura da mulata?

Minha proposta de aproximar universos aparentemente tão díspares teve por objetivo discutir o quanto eles se tocam quando observamos que em todos o corpo da mulher, pobre e negra serve de repositório para elementos negativos e positivos constituintes de um discurso sobre a nação. A mulata, enquanto alegoria a ser observada a partir de sua construção histórica, agrega uma série de elementos capazes de revelar as incoerências e ambigüidades do discurso brasileiro acerca da questão racial.

Escolhi como recorte cronológico o final do século XIX e o início do século XX porque é nesse contexto, imediatamente posterior à abolição do trabalho escravo e aurora do período republicano, em que uma cidadania supostamente universal começa a ser posta em prática. É justamente nesse momento que projetos supostamente universalizantes e inclusivos mostram seu verdadeiro sentido marcado por ambigüidades. O recrudescimento da perseguição aos indivíduos considerados vadios é um bom exemplo dessa contradição.

Em seu projeto de perseguir e deter vadios encontra-se implícita a idéia de um projeto pedagógico capaz de adequar estes indivíduos em padrões verticais de moralidade e conduta. Quando este projeto é aplicado às mulheres, é o ventre da nação que está em jogo. Manter nas ruas indivíduos degenerados racialmente e culturalmente era um perigo para o futuro da nação. Eram estas as futuras mães do trabalhador nacional, educá-las era uma medida de extrema urgência. Com relação a estas mulheres o projeto pedagógico ia ainda mais longe. Punir um homem preso como vadio era uma medida de curto prazo. Punir uma mulher nas mesmas condições era uma forma de evitar um mal vindouro muito maior.

Daí a importância e a ambigüidade da associação entre a mulata e a nação. Ao mesmo tempo em que esta figura é escolhida como a síntese do “verdadeiro” brasileiro, o mestiço, fruto do encontro das três raças formadoras da nação, ela carrega consigo a reprodução desse modelo, ora considerado positivo, já que inevitável, ora negativo, e por isso, precisava ser gradativamente eliminado. Desta discussão brotam as teorias de branqueamento, que novamente têm no mestiço, e, principalmente, na mestiça, o caminho

mais curto e viável. É mais uma vez o ventre da mulher mestiça que traz o alento aos teóricos que acreditavam na superação dos caracteres raciais provenientes dos negros. É também o seu corpo que traz marcadas estas características, portanto, é através dela que será possível perceber e empreender mudanças.

Se a repressão à vadiagem foi tida como um projeto maior com fins educativos, é necessário considerarmos o fato de que quando se relega às mulheres o rótulo de “vagabunda”, os significados dessa perseguição se ampliam e forçam a uma releitura. A mulher vadia, não é só aquela que não possui trabalho “honesto”, mas pode ser também a prostituta, a bêbada, a louca. Quando a isso mistura-se à questão da raça, acrescentam-se também os estereótipos e o senso comum amplamente difundido em diversos setores da sociedade e chancelados pela mais moderna ciência racial e suas teorias sobre a degeneração do negro. Some-se a esse debate a questão da moralidade, presente nos discursos das mais diversas instâncias da sociedade. Assim, as mulheres que se desenham ao longo do primeiro capítulo na pele daquelas tantas Conceições, em sua maioria jovens pobres e negras, são o alvo desse ataque proveniente de diversas frentes. A violência doméstica e a perseguição policial em relação a estas mulheres e suas estratégias diante destas situações, discutidas no segundo capítulo, servem para demonstrar o quanto os estigmas considerados intrínsecos à sua natureza supostamente degenerada eram passíveis de negociação, revelando momentos em que esses estereótipos são reinventados, ressignificados e apropriados por grupos antagônicos de maneiras distintas.

Neste sentido, o trabalho com os processos serviu para dar visibilidade às situações cotidianas que envolviam mulheres pobres e negras lançado-as em direção ao universo policial. Este tipo de fonte contribuiu para a criação, difusão e manutenção de estereótipos, pois serviam como estatística para que se atingisse uma população cujas histórias de vida são praticamente invisíveis. Buscá-los através dos episódios registrados pela polícia e pela justiça eram, e ainda são, uma das poucas formas de atingir seu cotidiano. Desse modo, eram nas delegacias onde se começava a desenhar a mulher pobre e negra, moradora dos infectos cortiços da cidade, cujas relações conjugais eram quase sempre instáveis, não oficiais e marcadas pela violência doméstica. É lá também onde se delineia o perfil da jovem prostituta mulata, da vagabunda sempre metida em escândalos e orgias pelas ruas da

cidade, muitas vezes bêbada, freqüentando botequins e sendo detida em horários considerados impróprios para mulheres honestas.

Os processos ora discutidos definem um perfil de mulher a ser perseguida pela polícia com características muito próximas daquelas retratadas na música e na literatura, ou nos projetos dos intelectuais do período. Seus projetos de nação funcionaram como uma espécie de chancela para estes estereótipos. São suas verdades científicas que tornam estes estigmas inteligíveis. Deste modo, quando elegem a mulata como objeto de seus discursos, tanto intelectuais, como artistas, acabaram por reproduzir o senso comum sobre este personagem. Como discutido no terceiro capítulo, na literatura e na música os estereótipos são ainda mais explícitos porque surgem através de alegorias, além de funcionarem como um importante difusor desse senso comum devido ao seu alcance. São nesses meios que a discussão sobre a apropriação do corpo da mulher negra como um local onde se definem e se observam seus atributos físicos e sua sexualidade supostamente exacerbada, adquirem tons, formas, aromas e sabores os mais diversos.

No caso da literatura, a difusão das imagens se dá através de um caráter visivelmente moralizador. O corpo da mulata é quase sempre um local arriscado. Ela é a cobra, cujos movimentos sensuais hipnotizam desviando a atenção em relação a seus perigos. Ela também pode ser o felino traiçoeiro ou o animal selvagem que ataca sua vítima por instinto. Ou ainda, o mar, belo, misterioso e enganador. Suas cores, cheiros e sabores, seriam uma forma de atrair e enganar suas vítimas, em geral o homem branco, mais suscetível aos seus encantos.

As canções parecem “brincar” com o que se considerava real em relação a essas mulheres. Nelas as metáforas gastronômicas são ainda mais presentes e revelam um corpo quase sempre disponível para o exercício da sexualidade. A música corrobora com o modelo recorrente de mulata. No entanto, as mesmas imagens utilizadas na literatura para sinalizar seus perigos, aparecem no discurso musical como provas de seu poder. Nas canções a degradação confunde-se com a exaltação e uma mesma letra pode possuir interpretações diversas dependendo de quem a canta. A música surge aqui como a arena de conflitos de imagens mais complexa, pois, seu caráter ambíguo confunde, permitindo uma leitura mais variada da maneira como difunde as imagens.

A combinação destes diferentes discursos contribuiu para a criação e consolidação das mesmas imagens recorrentes em relação às mulheres negras de modo geral, e às mulatas, mais especificamente. Somados eles contribuíram para a construção de um modelo racializado de nação. Observei que um mesmo estereótipo utilizado como alegoria em canções ou na literatura, podia ser encontrado nas falas de médicos e intelectuais ou nas justificativas para a repressão às “vagabundas conhecidas”. Essa perspectiva foi bastante útil para refletir sobre as diferentes maneiras através das quais as idéias circulam, a partir de um movimento permanente e complexo entre estas e seus sujeitos difusores. As implicações deste movimento e encontros de idéias podem ser observadas e sentidas até os dias atuais e determinam a manutenção de mitos e estigmas relacionados às mulheres negras, amplamente difundidos mundo afora.

Através da combinação das variáveis gênero, classe e raça, meu objetivo foi discutir como padrões foram construídos e em que medida eles determinaram, e ainda determinam, as formas como a mulher negra é vista e tratada no Brasil. Não se trata de pensar aqui a partir de uma vitimização pura e simples, amparada apenas em uma denúncia de racismo. Trata-se de demonstrar a construção histórica e a persistência de imagens construídas e consolidadas ao longo de séculos e sua importância na constituição e (re)negociação das identidades dos indivíduos.

Fontes

1. Relação dos processos lidos (Arquivo Nacional – fundo OR/8ª Pretoria – Freguesia de Santana – 1900-1905):

OR1418	OR2803	OR3323	OR3635	OR3899	OR4154
OR1430	OR2818	OR3329	OR3649	OR3910	OR4156
OR1525	OR2864	OR3350	OR3651	OR3911	OR4157
OR1530	OR2867	OR3376	OR3652	OR3922	OR4162
OR1795	OR2869	OR3386	OR3653	OR3941	OR4182
OR1815	OR2870	OR3426	OR3659	OR3946	OR4192
OR1834	OR2885	OR3438	OR3660	OR3949	OR4194
OR1887	OR2902	OR3440	OR3681	OR3958	OR4225
OR1923	OR2910	OR3444	OR3691	OR3968	OR4260
OR1951	OR2948	OR3453	OR3693	OR3972	OR4269
OR2183	OR2951	OR3462	OR3714	OR3980	OR4274
OR2202	OR2973	OR3467	OR3728	OR3990	OR4293
OR2203	OR2988	OR3483	OR3748	OR4007	OR4294
OR2261	OR3005	OR3493	OR3753	OR4020	OR4311
OR2283	OR3008	OR3499	OR3771	OR4031	OR4324
OR2298	OR3196	OR3508	OR3773	OR4034	OR4329
OR2368	OR3200	OR3516	OR3776	OR4038	OR4330
OR2388	OR3215	OR3535	OR3778	OR4045	OR4341
OR2405	OR3235	OR3548	OR3785	OR4049	OR4344
OR2418	OR3252	OR3552	OR3787	OR4050	OR4347
OR2423	OR3262	OR3563	OR3792	OR4052	OR4351
OR2425	OR3266	OR3565	OR3871	OR4061	OR4354
OR2427	OR3268	OR3570	OR3876	OR4070	OR4356
OR2665	OR3273	OR3574	OR3877	OR4083	OR4358
OR2669	OR3279	OR3580	OR3884	OR4087	OR4369
OR2709	OR3285	OR3603	OR3891	OR4088	OR4374
OR2716	OR3310	OR3634	OR3896	OR4113	

2. **Ocorrências Policiais** - 9ª Circunscrição (Santana) para o ano de 1905 (Cecult/IFCH/Unicamp.)

3. **Código Penal Brasileiro (Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890)**, comentado por Affonso Dionysio Gama. São Paulo: Saraiva e Cia. Editores, 1923.

4. Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal) realizado em 20 de setembro de 1906.

5. Azevedo, Aluísio. **O Cortiço**, Coleção Vestibular / O Estado de São Paulo, s.d, s.l.

6. Dias, Carlos Malheiros Dias. **A mulata**. Rio de Janeiro: Quaresma Editores, 1896.

7. Barreto, Lima. **Clara dos Anjos e outras histórias**. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.

8. Eduardo das Neves, **Trovador da Malandragem**. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma Editora, 1926. *[trata-se de uma compilação com canções do início do século XX]*

9. Biblioteca da Livraria do Povo. **Trovador Brasileiro ou Novíssimo Cantor de Modinhas**. Rio de Janeiro: Livraria do Povo – Quaresma & C. Livreiros Editores, 1904

10. João do Rio. **A encantadora alma das ruas**. Raul Antelo (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

11. Mapa da Região da 8ª Pretoria para o ano de 1905 em:

<http://www.unicamp.br/cecult/mapastematicos/index.html>

12. Gazeta de Notícias, 22/04/1896.

Gazeta de Notícias, 01/05/1896.

13. Correio da Manhã, 02/10/1904

Correio da Manhã, 01/03/1904

Bibliografia

Abreu, Martha. “*Sobre Mulatas Orgulhosas e Crioulos Atrevidos*”: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890 -1920), IN: **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 16, pp. 143-173.

Albuquerque, Wlamyra R. de. *A exaltação das diferenças: raça, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1890)*. IFCH/Unicamp, Tese de Doutorado, 2004.

Andrews, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

Arantes, Érika Bastos. *O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Benchimol, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

Bretas, Marcos Luiz. **A guerra nas ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

Bretas, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Cardoso, Elizabeth Dezouart; Vaz, Lílian Fessler; Albernaz, Maria Paula; Aizen, Mario; Pechman, Roberto Moses (colaboradores). **História dos Bairros: Saúde, Gamboa e Santo Cristo**. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia: Editora Indez, 1987.

Carvalho, José Murilo de. **Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Caulfield, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

Caulfield, Sueann. *Getting into trouble: Dishonest Women, Modern Girls, and Women – Men in the Conceptual Language of Vida Policial, 1925-1927*. **Signs**, autumn, 1993, vol. 19, nº 1, pp. 146-176.

Chalhoub, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Chalhoub, Sidney. **Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001 (2ª ed.).

Correa, Mariza. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista, SP: EDUSF: IFAN, 1998.

Correa, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sociais**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

Corrêa, Mariza. *Sobre a invenção da mulata*. **Cadernos Pagu**, (6-7), 1996, pp. 35-50.

Cunha, Maria Clementina P. “De Historiadoras Brasileiras e Escandinavas: Loucuras, Folias e Relações de Gêneros no Brasil (século XIX e início do XX)”. IN: **Tempo – Revista do Departamento de História da UFF**, n.º 5; jun. 1998; Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998, pp. 181-215.

Damazio, Sylvia F. **Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

Edmundo, Luiz. **O Rio de Janeiro do Meu Tempo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

El Far, Alessandra. *Páginas de Sensação. ‘Romances para o povo’, pornografia e mercado editorial no Rio de Janeiro de 1870 a 1924*. Tese de doutorado: Departamento de Antropologia; FFLCH/USP, 2002.

Engel, Magali. **Meretrizes e Doutores. Saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, (1845-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Esteves, Martha Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Fausto, Boris. “Criminalidade e controle social”, IN: **Crime e Cotidiano. A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Edusp, 2001 (2ª ed.)

Ferlim, Uliana dias Campos. *A polifonia das modinhas: diversidade e tensões musicais no Rio de Janeiro na passagem do século XIX ao XX*. Campinas, SP: Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 2006.

Freyre, Gilberto. **Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime Patriarcal**. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1969 (14ª ed.).

Fry, Peter, “O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a ‘política racial’ no Brasil”. IN: *Revista USP*: São Paulo (28), dez-fev 95/96.

Garzoni, Lericce de Castro. *Raparigas e Meganhas no Campo de Santana: Elementos para uma história social da prostituição no Rio de Janeiro (1903-1907)*. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Gomes, Tiago de Melo. *Para além da Casa da Tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930*, IN: **Afro-Ásia**, nº 29-30 (2003), pp. 175-198.

Gomes, Tiago de Melo. **Um espelho no palco: identidades sociais e massificação da cultura no teatro de revista nos anos 1920**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

Graham, Sandra L. **Proteção e obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Graham, Sandra L. *Salvery's Impasse: Slave Prostitutes, Small-Time Mistress, and the Brazilian Law of 1871*. IN: **Comparative Studies in Society and History**. Vol. 3, n. 4, out, 1991.

Guimarães, Francisco (Vagalume). **Na Roda do Samba**. Rio de Janeiro: Edição FUNARTE, 1978.

Higginbotam, Evelyn Brooks. "African-American Women's History and the Metalanguage of Race". IN: *Revista Signs*, inverno, 1992, vol. 17, número 2, pp. 251-174.

Maio, Marcos Chor (org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

Marcelo Balaban (org). Instantâneos do Rio Antigo - Bastos Tigre. **Campinas, Mercado de Letras, 2003**.

Matos, Cláudia N. de. **A poesia popular na república das letras: Silvio Romero folclorista**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: FUNART, 1994.

Matos, Maria Izilda & Soihet, Rachel (org.), **O Corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.

Mattos, Hebe Maria. **Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Mattos, Marcelo Badaró. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na cidade do Rio de Janeiro do início do século*. Dissertação de mestrado. Niterói: ICHF – UFF, 1991.

Moura, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.

Moutinho, Laura. **Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul.** São Paulo: Unesp, 2004.

Pereira, Cristiana Schettini. **“Que tenhas teu corpo”:** uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. No prelo.

Pereira, Leonardo Afonso de Miranda. **As barricadas da saúde. Vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira da República.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Perrot, Michelle. *Os silêncios do corpo da mulher.* IN: Matos, Maria Izilda & Soihet, Rachel (org.), **O Corpo feminino em debate.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2003, pp. 13-27.

Pinho, Patrícia de Santana. **Reinvenções da África na Bahia.** São Paulo: Annablume, 2004.

Queirós Júnior, Teófilo. **Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira.** São Paulo: Ática, 1975 (reimpressão 1982).

Rago, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinas. Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Rago, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

Ribeiro, Carlos Antônio Costa. **Cor e Criminalidade. Estudo e análise da justiça no rio de Janeiro (1900-1930).** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

Rodrigues, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.** Bahia: Imprensa Econômica, 1894.

Romero, Silvio. **História da Literatura Brasileira.** Rio de Janeiro: Garnier, 1888.

Santiago, Silvana. **“O seu cabelo não nega”?** *Experiências e estereótipos relacionados à mulher negra. Rio de Janeiro, anos 1920.* Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Schwarcz, Lilia, **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Scott, Joan Wallach. “Prefácio a *Gender and politics of history.* IN: **Cadernos Pagu.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1994; nº 03.

Seigel, Micol & Gomes, Tiago de Melo. *Sabina das Laranjas: gênero e nação na trajetória de um símbolo popular, 1889-1930*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Anpuh/CNPq, vol. 22, nº 43, 2002, pp. 171-193;

Seyferth, Giralda. “Construindo a nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”. IN: Maio, Marcos Chor (org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, pp.41-58.

Silva, Raphael Frederico Acioli Moreira da. “*A moléstia da cor*”: a construção da identidade social de Lima Barreto (1881-1922)”. Dissertação de Mestrado, IFCH / Unicamp, Campinas, 2002.

Soares, Carlos Eugênio Líbano Soares. **Zungú: rumor de muitas vozes**. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.

Soihet, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

Stepan, Nancy Leys. *Race, Gender, Science and Citizenship*. IN: **Gender & History**, vol. 10, nº 1, abril 1998, pp. 26-52.

Tilly, Louise. “Gênero, história das mulheres e história social.”; IN: **Cadernos Pagu**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1994; nº 03

Varikas, Eleni. “Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott”. IN: **Cadernos Pagu**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1994; nº 03

Velloso, Mônica Pimenta, *As tias baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro*. IN: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 3, nº 6, 1990.

Ventura, Roberto. **Estilo tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Verger, Pierre Fatumbi. **Lendas Africanas dos Orixás**. São Paulo: Editora Corrupio, 1985.

Veríssimo, José. *A Educação Nacional*. (3ª ed.) Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.